





CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

Revista USP / Superintendência de Comunicação Social
da Universidade de São Paulo. – N. 1 (mar./maio 1989) -
- São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, Superintendência
de Comunicação Social, 1989-

Trimestral.

Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo

Descrição baseada em: N. 93 (2012)

ISSN 0103-9989

1. Ensaio acadêmico. I. Universidade de São Paulo.
Superintendência de Comunicação Social

CDD-080

dossiê jogos olímpicos

5 Editorial

8 Apresentação *Flavio de Campos*

11 A política no pódio: episódios de tensões e conflitos nos Jogos Olímpicos da Era Moderna *Flavio de Campos*

21 Agenda 20 + 20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olímpico Internacional *Katia Rubio*

29 Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes *Silvana Vilodre Goellner*

39 Primeiros ventos olímpicos em terras tupiniquins *Victor Andrade de Melo e Fabio de Faria Peres*

49 Rio de Janeiro 2016: a cidade em movimento *Gilmar Mascarenhas*

57 “Tá tranquilo, tá favorável”: a cobertura brasileira dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016 *José Carlos Marques*

67 As estratégias de João Havelange para enfraquecer o futebol olímpico *Sérgio Settani Giglio*

77 O doping e os Jogos Olímpicos: diferentes dimensões do fenômeno *Marco Bettine de Almeida, Diego Monteiro Gutierrez e Gustavo Luis Gutierrez*

87 A contribuição dos Jogos Paralímpicos para a promoção da inclusão social: o discurso midiático como um obstáculo *Renato Francisco Rodrigues Marques*

97 Esporte, cultura e política: a trajetória dos Gay Games nas práticas esportivas contemporâneas *Wagner Xavier de Camargo*

arte

116 Lápides – Alex Flemming *Alecsandra Matias de Oliveira*

livros

129 Movimentos messiânico-milenaristas: modos de transformação do desespero em esperança *Leonildo Silveira Campos*

A **revistausp** é uma publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP. Os artigos encomendados pela revista têm prioridade na publicação. Artigos enviados espontaneamente poderão ser publicados caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor MARCO ANTONIO ZAGO
Vice-reitor VAHAN AGOPYAN

Superintendência de Comunicação Social

Superintendente EUGÊNIO BUCCI

revistausp

Editor chefe FRANCISCO COSTA

Editor executivo JURANDIR RENOVARO

Editora de arte LEONOR TESHIMA SHIROMA

Revisão MARIA ANGELA DE CONTI ORTEGA
SILVIA SANTOS VIEIRA

Secretária MARIA CATARINA LIMA DUARTE

Conselho Editorial

ANA LUCIA DUARTE LANNA

BELMIRO MENDES DE CASTRO FILHO

CICERO ROMÃO RESENDE ARAUJO

EDUARDO VICTORIO MORETTIN

EUGÊNIO BUCCI (membro nato)

FRANCO MARIA LAJOLO

JOÃO SAYAD

JOSÉ ANTONIO MARIN-NETO

LILIA KATRI MORITZ SCHWARCZ

MIGUEL TREFAUT URBANO RODRIGUES

OSCAR JOSÉ PINTO ÉBOLI

Ctp, impressão e acabamento

LIS Gráfica e Editora

The logo of the University of São Paulo (USP), consisting of the letters 'USP' in a stylized, bold, sans-serif font.

Rua da Praça do Relógio, 109 – Bloco L – 4º andar – sala 411
CEP 05508-050 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/SP
Telefax: (11) 3091-4403
<http://jornal.usp.br/revista-usp>
e-mail: revisusp@edu.usp.br

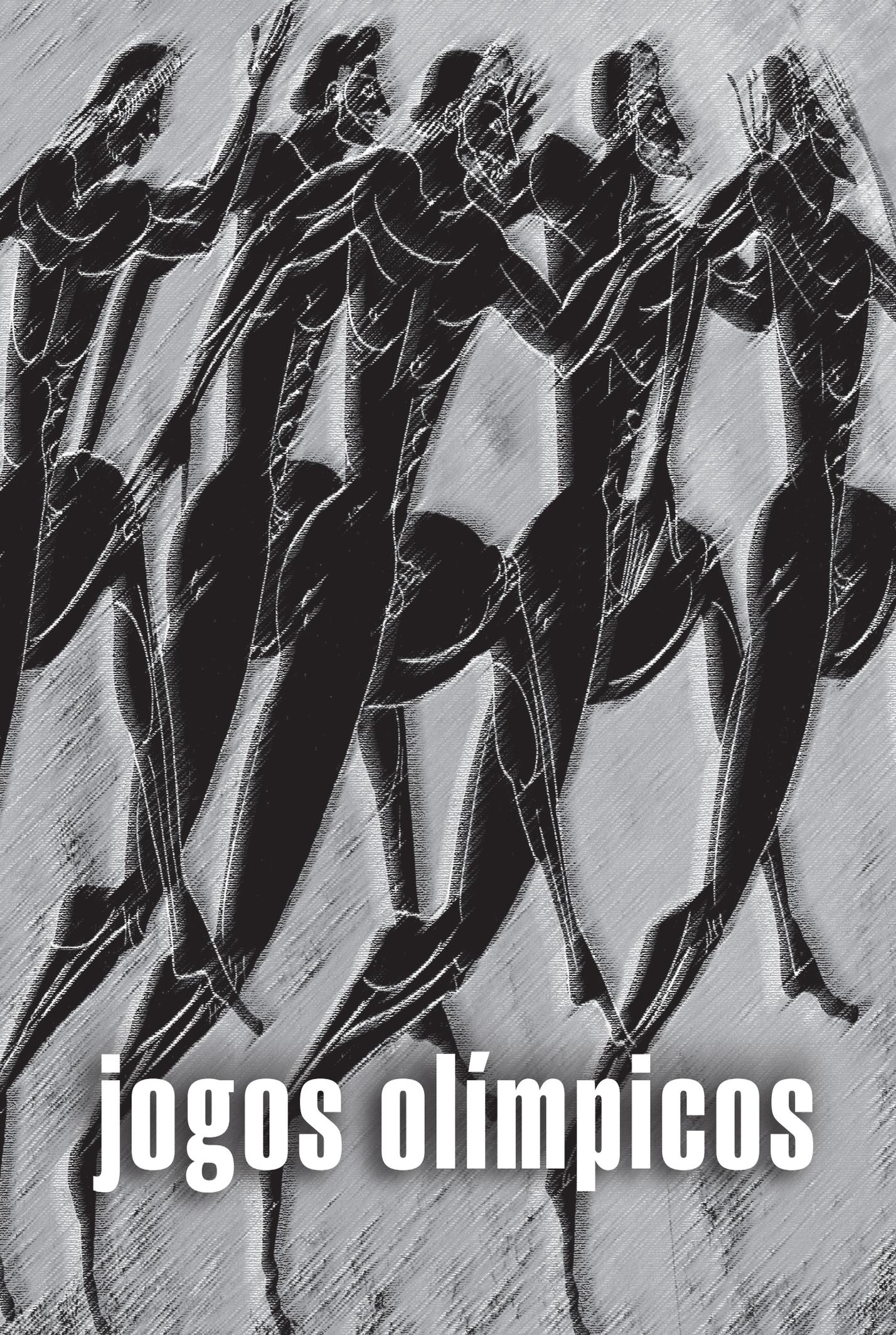
E

m 1968, eu tinha 13 anos e assisti, estupefato, à prova símbolo do atletismo olímpico, os 100 metros rasos na Olimpíada do México. A estupefação não ocorreu exatamente na prova, vencida pelo norte-americano Tommie Smith, com o compatriota John Carlos em terceiro e o australiano Peter Norman em segundo lugar. Lembro-me de que fiquei chocado com o que aconteceu na premiação, com os negros Smith e Carlos descalços, cabeças levemente abaixadas e os braços erguidos com luvas nas mãos – à la Panteras Negras – enquanto o hino nacional americano era executado. Nunca tinha visto nada parecido, e uma pergunta não cansava de se repetir em minha cabeça: mas pode isso? Sim, eu conhecia os Panteras Negras – que queriam instalar um Estado negro dentro dos EUA, tomado pela luta armada. O contrário de tudo o que dizia o pastor Martin Luther King (ele e Robert Kennedy seriam mortos naquele mesmo ano), a quem eu admirava de longe. A resposta veio em seguida, quando o Comitê Olímpico dos EUA escorraçou os dois atletas de volta para casa. Felizmente, não tiveram que devolver suas medalhas. Ali aprendi que, apesar do que sempre protagonizou o Comitê Olímpico Internacional (COI), esporte e política poderiam se misturar.

Outra memória impressionante: a final dos 100 metros rasos em Seul 1988. Minha simpatia era toda para o jamaicano naturalizado canadense Ben Johnson. Seu grande adversário, o ídolo norte-americano Carl Lewis, para mim, na época, o suprasumo da arrogância. Eu não gostava dele e achava estranho que um corredor competisse também no salto a distância. Chegou o dia e a imagem ficou guardada na minha cabeça desde então. O que me impressionou não foi o tempo anotado naquele dia (incríveis 9s79), mas a forma como a prova transcorreu. Johnson terminou a corrida desacelerando, o braço direito esticado com o dedo indicador apontando para cima. Os narradores de TV quase enlouqueceram comentando a proeza – que acabou dois dias depois, com o resultado de *doping* para Johnson, com sua medalha de ouro confiscada e entregue a Lewis.

Pois bem, caríssimos leitores, o dossiê que temos o prazer de lhes apresentar intitula-se Jogos Olímpicos e aborda o tema das formas mais prazerosas e diferentes possíveis. Um trabalho que contou com a feliz organização de Flavio de Campos e de seu exemplar grupo de pesquisas esportivas – o Ludens. Nossos agradecimentos ao Flavio, que tornou possível a reunião de ponta, pois todos os 11 textos são de qualidade indiscutível e nos deu enorme prazer editá-los. O que você leu acima é apenas um aperitivo sobre o tema Olimpíadas. Há espaço, inclusive, para os Gay Games, discutidos num extenso e valioso artigo.

Francisco Costa



jogos olímpicos



Apresentação

O conjunto de textos que compõe o presente dossiê dialoga, retoma e é tributário de duas edições desta mesma revista, ambas direcionadas, sobretudo, ao futebol e lançadas em períodos de Copas do Mundo¹. Iniciativas extraordinárias, sobretudo se considerarmos que em 1994 os estudos e pesquisas sobre futebol e esportes ainda enfrentavam fortes resistências no meio acadêmico brasileiro, a despeito da seminal e valiosa produção que já se podia identificar àquela altura².

Nosso intuito, ao reunir esses dez artigos, foi o de apresentar significações variadas, não apenas para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, mas, também, para as dimensões dos

esportes e das competições em nosso mundo contemporâneo, que alguns já chegaram a definir como sociedade lúdica³.

As tensões políticas são o objeto de exame do nosso artigo, que abre esta série, e que procurou resgatar e historicizar episódios de conflitos em edições dos Jogos Olímpicos, tendo em vista a grande possibilidade de se verificarem situações análogas de enfrentamentos no Rio de Janeiro, dada a eferescente situação política nacional.

Uma análise sobre o reposicionamento do Movimento Olímpico Internacional diante das demandas atuais e uma proposta de periodização e contextualização dos jogos desde a sua primeira edição são os eixos do trabalho oferecido por Katia Rubio.

A questão das relações de gênero, ou melhor, a compreensão dos Jogos Olímpicos como espaço de generificação e as oscilações entre o mito da fragilidade do corpo das mulheres e o distanciamento de tal representação normalizada são os temas do estudo de Silvana Vilodre Goellner.

As significações e alusões aos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro desde o final do século XIX e aos Jogos Latino-Americanos, realizados em 1922 por ocasião do centenário da Independência do Brasil, são apresentados por Víctor Andrade de Melo e Fabio de Faria Peres.

1 Refiro-me aos números 22 e 99, de 1994 e 2013, respectivamente.

2 Sobre a produção acadêmica acerca do futebol e esportes no Brasil, ver, por exemplo: S. Giglio e E. Spaggiari, "A Produção das Ciências Humanas sobre Futebol no Brasil: Um Panorama (1990-2009)", in *Revista de História (Dossiê Futebol)*, 163, São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, jul./dez. 2010, pp. 293-350; S. L. Guedes, "Esportes, Lazer e Sociabilidade", in C. B. Martins e L. F. D. Duarte (coords.), *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, Anpocs/Discurso Editorial, 2010, pp. 431-56; S. R. Silva et al. (coords.), *Levantamento da Produção sobre Futebol nas Ciências Humanas e Sociais de 1980 a 2007*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2009.

3 A. Cotta, *La société ludique. La vie envahie par le jeu*, Paris, Bernard Grasset, 1980.

Gilmar Mascarenhas ocupou-se das transformações urbanas do Rio de Janeiro, das dimensões do modelo de megaevento esportivo e dos sentidos do empreendedorismo que se manifesta na constituição da cidade olímpica e sua monumentalidade excessiva coroada pela extravagância dos recursos públicos.

A eufórica cobertura midiática sobre os Jogos Olímpicos, desde a definição do Rio de Janeiro como a cidade-sede, é examinada por José Carlos Marques, que, além da análise de matérias e manchetes da imprensa, resgata o papel das emissoras de televisão na produção da violência simbólica e na descrição-prescrição do mundo social.

Os conflitos entre o COI e a Fifa sobre as práticas do amadorismo e a presença do futebol nos Jogos Olímpicos, e as estratégias e medidas utilizadas por João Havelange nesses enfrentamentos são o objeto das reflexões de Sérgio Settani Giglio em seu artigo.

O uso de substâncias e métodos para melhorar artificialmente o desempenho esportivo e as definições sobre o *doping*, desde o primeiro caso, registrado em 1904, até os recentes escândalos envolvendo atletas russos, são discutidos por Marco Bettine de Almeida, Diego Monteiro Gutierrez e Gustavo Luis Gutierrez.

As representações dos atletas feitas pela mídia durante as competições dos Jogos Paralímpicos e as suas implicações do ponto de vista da inclusão social e da superação de estereótipos e preconceitos são o tema desenvolvido por Renato Francisco Rodrigues Marques.

Os pouco conhecidos e divulgados Jogos Olímpicos Gays são examinados por Wagner Xavier de Camargo, que nos oferece um interessante conjunto de reflexões acerca das representações de gênero e sexualidade por meio de suas pesquisas etnográficas.

A política, as demandas sociais, as relações de gênero, a memória coletiva, o impacto urbano, a cobertura da imprensa, os dirigentes esportivos, a dopagem, a inclusão de portadores de deficiência, a homoafetividade e todos os aspectos que derivam desses temas foram tratados neste dossiê a partir da questão esportiva.

Nesse sentido, é possível sustentar, sem nenhuma dúvida, a legitimidade dos esportes como objeto dos estudos acadêmicos e o seu papel como janela privilegiada para a compreensão das nossas sociedades contemporâneas. Os esportes merecem, portanto, ser examinados não apenas em seus campos, quadras, pistas, raias ou ginásios, mas, sobretudo, no jogo de suas relações sociais.

Flavio de Campos



**A política no pódio:
episódios de tensões e conflitos
nos Jogos Olímpicos da Era Moderna**

Flavio de Campos

resumo

Em tempos de protestos e conflitos em praças esportivas brasileiras, este artigo tem como objetivo retomar alguns episódios marcantes de tensões e enfrentamentos ideológicos ocorridos durante a história dos Jogos Olímpicos de Verão da Era Moderna. Pretende-se questionar a perspectiva, contida nos discursos oficiais do Comitê Olímpico Internacional, entre os organizadores dos mais diversos países e de setores expressivos da imprensa, de que a política e os esportes devem estar apartados em nome do espírito olímpico. A referência a tais episódios demonstra como as situações históricas revelam a recorrência das práticas e confrontos políticos mais ou menos explícitos.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos; protestos olímpicos; nacionalismo; boicotes olímpicos.

abstract

This article – written in a time rife with protest and conflict amidst the Brazilian sporting scenario – aims to review some episodes of striking tension and ideological bouts throughout the history of the Modern Summer Olympic Games. It seeks to challenge the perspective – endorsed by official speeches by the International Olympic Committee, among the organizers from a number of countries, and some from significant press outlets – according to which politics and sports must be kept apart in the name of the Olympic spirit. Reviewing those episodes shows that historical events reveal the recurrence of somewhat explicit political practices and confrontations.

Keywords: *Olympic Games; Olympic protests; nationalism; Olympic boycotts.*

Na Antiga Grécia, a trégua sagrada (εκεχερία – *ekechería*) era proclamada a cada quatro anos por emissários que anunciavam a realização dos Jogos Olímpicos. Assim, as hostilidades entre as *póleis* deveriam ser suspensas e garantidos salvo-condutos nos percursos de ida e volta da cidade de Olímpia, considerada como território neutro e inviolável durante as competições.

O apreço pela autonomia política deveria ser, temporariamente, submetido à preservação e à reatualização da cultura pan-helênica. As guerras endêmicas, próprias do ambiente das *póleis*, não poderiam afetar o transcurso dos jogos (Finley, 1976).

Em 393 d.C., Ambrósio, bispo de Milão, obteve do imperador romano Teodósio a proibição aos Jogos Olímpicos, a principal referência lúdica da cultura clássica. Em um contexto de afirmação do cristianismo e de luta contra os mais diversos paganismos, o combate aos jogos fúnebres e às reminiscências aos demais jogos helênicos (píticos, nemaicos e ístmicos) fez parte do programa de ação das lideranças cristãs que procuravam estabelecer a sua hegemonia diante de outros sistemas de crenças e práticas devocionais no Mediterrâneo.

Os Jogos Olímpicos, na mira do bispo de Milão, tiveram sua importância e suas vinculações pagãs evidenciadas até mesmo pelo geógrafo

Pausânias, que, no século II d.C., equiparou-os aos mistérios de Elêusis, em sua obra *Descrição da Grécia* (Campos, 2004).

O resgate dos Jogos Olímpicos no final do século XIX, capitaneado por Pierre de Freddy, o barão de Coubertin, foi estimulado pelas proposições do cristianismo atlético ou cristianismo muscular, que se desenvolvera sobretudo nas escolas inglesas, articulando-o a uma visão idealizada do mundo grego, que serviria de preceptiva para as práticas esportivas dos *sportsmen* (Parry, 1988).

Sem dúvida, o impacto das pesquisas e descobertas realizadas em Olímpia pela equipe alemã, coordenadas pelo filólogo e historiador Ernst Curtius, entre 1875-81, municiaram as demandas pela ressignificação do ideal olímpico com a necessária cultura material que serviriam de base para os Jogos de Atenas em 1896.

Aristocrata e pacifista, Coubertin empenhou-se por imprimir a marca do amadorismo e da neutralidade política às competições da Era Moderna, cujos encaminhamentos foram iniciados em 1894, no Congresso de Paris, no mesmo ano de sua visita à simbólica cidade de Olímpia. O amadorismo visava a estabelecer uma fronteira social entre aristocratas e burgueses, de um lado, e as classes subalternas, de outro. Significativamente,

FLAVIO DE CAMPOS é professor do Departamento de História da FFLCH/USP e coordenador científico do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (Ludens) da USP.

utilizava-se a distinção “cavalheiros” e “jogadores” para os praticantes das modalidades lúdicas¹.

Nesse aspecto, a ressignificação com relação aos atletas gregos é também curiosa. Como se sabe, apenas os homens e cidadãos podiam tomar parte das competições. Como aspecto fundamental da educação e da constituição da cidadania no mundo grego, os jogos assumiam a função modular para a vida pessoal e social e assemelhavam-se a ritos sociais que reforçam a unidade do grupo e de classe, através de sentimentos e laços cívicos de identidade, que diferenciava os cidadãos dos escravos e das mulheres. A *paidia* (jogo) esteve intimamente vinculada à *paidéia* (educação) (Campos, 2004).

Apontado como uma violação do espírito olímpico, o profissionalismo foi combatido no mesmo processo em que se procurava afirmar um padrão excludente de lazer e estilo de vida (Hobsbawm, 1997). A modernização dos corpos pelo amadorismo, associada às capacidades mensuráveis do esforço humano, aproximava as realizações tecnológicas do século XIX do desenvolvimento físico, demarcando a distância imensurável entre as classes subalternas e o seu desenvolvimento físico através do trabalho. A modernização dos corpos acompanhava a modernidade excludente que se instaurava. Por isso o profissionalismo se constituía no grande inimigo de um certo padrão esportivo.

De qualquer modo, o princípio da meritocracia, partilhado pelos burgueses e classes médias, combinou-se ao amadorismo e aos valores de elegância e dignidade, identificados com a aristocracia (Vigarello & Holt, 2008). Essa combinação, que frutificou na Grã-Bretanha, estaria na base da organização dos jogos desde o seu início.

1 A questão do amadorismo foi discutida e repensada por Coubertin em vários textos ao longo de sua vida. Não cabe aqui uma discussão aprofundada sobre as nuances e variações em suas formulações. De qualquer modo, seu posicionamento inicial sintetizou e norteou as diferenciações entre amadorismo e profissionalismo: “Que o atletismo seja considerado amador: A todo aquele que nunca tenha participado de uma prova aberta nem competido por um prêmio em espécie ou por dinheiro, seja qual for a fonte da qual provenha, especialmente dos ingressos – ou com profissionais – e que nunca tenha sido em nenhum momento de sua vida professor ou monitor assalariado de educação física” (Coubertin, 2015, p. 628).

NACIONALISMO NOS JOGOS

Apesar da ênfase às disputas individuais e aos ideais de conagração mundial, durante o transcurso dos Jogos de 1900, em Paris, foi possível identificar rivalidades nacionalistas. As lembranças da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e do cerco à capital francesa por tropas alemãs mantiveram delicadas as relações entre a Alemanha e a França. Tensões entre ingleses e franceses também foram registradas, devido às disputas travadas entre as duas potências imperialistas. Não era apenas o sentimento de harmonia que se manifestava nos atletas e torcedores em Paris.

Em Londres, em 1908, a questão da arbitragem inglesa em todas as modalidades provocou atritos com estadunidenses e franceses nas corridas dos 400 metros e no ciclismo. O estilo aristocrático e a elegância competitiva não predominaram na prática, e as rivalidades nacionalistas nas pistas renunciavam as tensões que desembocariam, seis anos mais tarde, na Primeira Guerra Mundial.

Nos jogos seguintes, em Estocolmo, as múltiplas tensões nacionalistas também eram perceptíveis. As delegações da Finlândia, então integrante do Império Russo, e da Irlanda, integrante do Reino Unido, foram impedidas de desfilar com suas bandeiras, por pressões de seus respectivos governos centrais. Ocupado em resolver demandas particulares de países desde a primeira organização dos Jogos Olímpicos e atento à movimentação belicista dos governos europeus, Coubertin finalizou as competições da Suécia, em setembro de 1912, com um apelo que o espírito olímpico não tinha meios de garantir:

“Ficou estabelecido o costume de que a última palavra pronunciada ao final dos Jogos Olímpicos fosse para saudar o início dos próximos jogos. Por isso quero propor, em nome do Comitê Olímpico Internacional, guardião supremo e estável da instituição renovada, que brindemos em honra à VIª Olimpíada.

Oxalá possa contribuir, como suas predecessoras, para o bem geral e o aperfeiçoamento da humanidade! E oxalá possa ser preparada com o labor fecundo dos períodos de paz! E que, quando chegar o dia, possa ser celebrada por todos os povos

do mundo, na alegria e na concórdia” (Coubertin, 2015, p. 440).

Berlim foi a cidade escolhida para sediar os Jogos de 1916. Os dirigentes do Comitê Olímpico Internacional acreditavam que a indicação da Alemanha pudesse contribuir para evitar a eclosão da guerra, como se fosse possível uma *ekechería* no mundo contemporâneo. Pelo contrário, a guerra impediu a realização da VIª Olimpíada da Era Moderna. O mesmo voltaria a acontecer em 1940 e em 1944, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, esses jogos são oficialmente contados, mesmo que não realizados.

O internacionalismo foi golpeado pela ferocidade nacionalista do conflito iniciado em 1914. Além de lideranças e partidos do movimento operário que se envolveram na luta entre os Estados capitalistas, o internacionalismo desportivo também se deixou atrair pela sedução nacionalista. O próprio Coubertin alistou-se e prestou serviços militares, ainda que burocráticos (como tradutor e recrutador de soldados)². A quimera de uma paz olímpica mundial esvaiu-se.

Menos de dois anos após o fim da guerra, foram realizados os Jogos de Antuérpia, sem contar com delegações da Alemanha, Áustria, Hungria e Turquia – os grandes derrotados no conflito e que não foram convidados –, além da Rússia, que vivia o início da implantação de seu regime socialista e as dificuldades internas decorrentes da luta contra o exército branco, que se estenderia até novembro de 1920.

Na abertura dos jogos, os significados da vestimenta militar escolhida pelo rei Alberto I da Bélgica, bem como o tom marcial da apresentação de grande parte das delegações, eram nítidos. O espectro da guerra justapunha-se ao espírito olímpico ainda nas edições seguintes.

Em 1924, novamente em Paris, mas ainda sem a participação da delegação alemã, os espectadores franceses demonstravam impaciência

nacionalista com as vitórias de atletas de outros países e tentavam abafar, com vaias e apupos, as comemorações e as execuções dos hinos de outras nacionalidades.

Quatro anos depois, em Amsterdã, seria a vez da delegação francesa tornar-se o alvo da torcida holandesa, culturalmente mais próxima dos germânicos, que retornavam às competições. As tensões estiveram tão exacerbadas que os atletas franceses recusaram-se a participar do desfile de abertura dos jogos.

Os Jogos de Los Angeles 1932 transcorreram sob o forte impacto da crise internacional de 1929. Na cerimônia de abertura, para evitar um confronto entre franceses e alemães, desfilaram os atletas da Grã-Bretanha entre as duas delegações. Uma das novidades implementadas nas cerimônias de premiação coroava o sentimento nacionalista vigente: o hasteamento das bandeiras dos países representados no pódio e a execução do hino nacional do vencedor.

JOGOS E RESISTÊNCIAS EM TEMPOS SOMBRIOS

Saudações fascistas já haviam sido gestualizadas por atletas italianos em 1932. Mas um ano antes, quando o Comitê Olímpico Internacional concedeu a Berlim a primazia de sediar os Jogos de 1936, preterindo Barcelona, os nazistas ainda não haviam chegado ao poder na Alemanha.

De uma postura contrária aos jogos, os dirigentes nazistas passaram a utilizá-los como instrumento de propaganda do regime, da superioridade ariana e da afirmação da cultura germânica, registrados monumentalmente por Leni Riefenstahl no filme *Olympia*, de 1938³.

As saudações nazistas foram executadas não apenas pela delegação alemã, como também por atletas da Grécia, Itália, França e Áustria. Esses últimos, entusiasticamente recebidos pelo público germânico. No caso dos atletas franceses, na verdade, tratava-se da saudação olímpica. Ingleses e estadunidenses foram vaiados.

2 Em uma carta de janeiro de 1916, Coubertin (2015, p. 461) explica-se ao barão Godefroy de Blonay: “Você não ficará surpreso que, por prolongar-se a guerra, eu tenha tomado a decisão, apesar da minha idade, de tomar parte dela. Compreenderá também que, ao me incorporar às fileiras, considere incorreto que nosso Comitê seja presidido por um soldado”.

3 Uma interessante análise da produção do filme pode ser encontrada em L. Nazario (2012).

Uma forte campanha internacional havia defendido o boicote aos jogos nazistas. O movimento mais contundente ocorreu na Espanha, governada pela Frente Popular, que chegou a planejar a Olimpíada Popular, prevista para se realizar entre 19 e 26 de julho de 1936. Todavia, os acontecimentos políticos que levaram à eclosão da Guerra Civil Espanhola em 18 de julho impediram a realização dos Jogos Populares.

Mesmo assim, milhares de atletas de 22 países inscreveram-se na competição, contando com delegações de atletas exilados da Alemanha e Itália, judeus, sindicalistas e lideranças de esquerda. Com o início da Guerra Civil, centenas de atletas ingressaram nas fileiras republicanas para combater as tropas franquistas.



Cartaz da Olimpíada Popular de Barcelona, em 1936

Por decisão pessoal, atletas judeus de vários países boicotaram os jogos nazistas. Nos Estados Unidos, o Congresso Judaico-Americano e o Comitê Trabalhista Judaico empreenderam uma forte campanha de boicote, que foi enfra-

quecida com a decisão do Sindicato dos Atletas Amadores dos Estados Unidos em participar dos jogos.

Enquanto os protestos se ouviam em diversas partes do mundo, as autoridades nacionais de 32 países e o Comitê Olímpico Internacional concordaram em participar do espetáculo nazista. No caso da Inglaterra, tratava-se da conivência com as recorrentes violações de tratados internacionais e da militarização empreendida pelo governo alemão que permitiram a anexação da Áustria e dos Sudetos e que desembocaria na invasão da Polônia.

Internamente, o processo de arianização das organizações atléticas alemãs iniciaram-se em 1933, com a exclusão e perseguição a judeus e ciganos. O campeão de boxe Erich Seelig, o tenista Daniel Prenn e a saltadora Gretel Bergmann foram excluídos por serem judeus. O boxeador Sinti Johann Rukelie Trollmann, por ser cigano.

A esgrimista Helene Mayer foi a única atleta de origem judaica a competir pela Alemanha em 1936. Obteve a medalha de prata e cumpriu o protocolo nazista com a saudação característica junto com outros atletas alemães.

Se as vitórias de Jesse Owens nos 100 e 200 metros rasos punham abaixo o discurso da superioridade ariana, nas entranhas da sociedade alemã, apesar das contundentes denúncias, as práticas de perseguição alimentavam-se ainda mais da aparente e cosmética tolerância que se procurava mostrar ao mundo durante o transcurso dos jogos.

As autoridades esportivas internacionais contentaram-se com as imagens oficiais e não ousaram condenar o regime nazista, em nome da separação entre esportes e política. No seio da nação germânica governada pelos nazistas, como nunca antes, esporte e política estiveram intrinsecamente vinculados.

Ao final dos XI Jogos, o barão de Coubertin saudava o povo alemão pela realização e anunciava alvíssaras para as competições que se desenrolariam no Japão, “nas longínquas margens do Pacífico”, em 1940. O barão faleceu em 1937 e foi poupado de acompanhar as competições bélicas que ocorreram no Pacífico e em diversas outras partes do mundo. A guerra, uma vez mais, paralisaria os jogos de 1940 e de 1944.

BIPOLARIZAÇÕES E MULTIPOLARIZAÇÕES

Com um intervalo de 12 anos, os atletas olímpicos voltariam a se reunir em Londres em 1948, sem a participação de alemães, que só enviariam uma delegação a Melbourne, em 1956, e ainda sem a presença soviética, que estrearia nos Jogos Olímpicos de Helsinque 1952. Em 1960, no auge da Guerra Fria, duas delegações alemãs desembarcariam em Roma, representando a Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental. Com mais de 300 atletas, a União Soviética arrebataria o maior número de medalhas na competição.

Desde 1952, quando pela primeira vez os soviéticos tomaram parte nos jogos, as rivalidades entre EUA e URSS deram o tom dos encontros olímpicos. Apesar de se tratarem de disputas individuais, as duas superpotências passaram a disputar a primazia esportiva por meio dos quadros de medalhas por países, não reconhecidos oficialmente pelo Comitê Olímpico Internacional⁴.

As disputas entre EUA e URSS culminariam nos boicotes de 1980 e 1984. Os EUA não enviaram delegação a Moscou em 1980 como represália à invasão do Afeganistão, em 1979, por tropas soviéticas que passaram a combater guerrilheiros armados e financiados pelo governo estadunidense, entre os quais, anos depois, despontaria Osama Bin Laden. Sessenta e dois países seguiram os Estados Unidos e esvaziaram o evento esportivo. No entanto, estiveram presentes delegações da Itália, França, Grã-Bretanha, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Suíça, Holanda, Espanha e Grécia.

Quatro anos depois, os soviéticos deram o troco alegando, sobretudo, que a profissionalização de atletas e os crescentes interesses econômicos constituíam-se em violações do princípio do amadorismo. Foram seguidos por 16 países socialistas. Apenas China, Romênia e Iugoslávia, dentre os países socialistas, não acompanharam o boicote proposto pelos dirigentes soviéticos.

4 A considerar o questionável quadro de medalhas durante a Guerra Fria, os Estados Unidos ficaram em primeiro lugar nos Jogos de 1948 (sem a participação da URSS), 1952, 1964, 1968 e 1984. A URSS venceu em 1956, 1960, 1972, 1976, 1980 e 1988.

Os boicotes por razões políticas constituíram-se em uma das marcas das disputas dos jogos após a Segunda Guerra Mundial. A China não enviou delegações aos jogos entre 1952 e 1972, devido à participação de Taiwan (República da China), base dos nacionalistas derrotados na Guerra Civil Chinesa em 1949. Como pano de fundo desse boicote, situavam-se as pressões e negociações para o reconhecimento internacional da República Popular da China e de seu regime comunista, o que só viria a acontecer em 1971, quando o assento no Conselho Permanente da ONU deixou de ser ocupado pela China nacionalista e passou a ser exercido pela China comunista. Em 1978, os dirigentes dos EUA também passavam a reconhecer o governo de Pequim como o legítimo representante do povo chinês.

Em 1956, nos Jogos de Melbourne, também ocorreram boicotes por razões distintas. A ocupação do Canal de Suez por tropas inglesas, francesas e israelenses, após a nacionalização do canal pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, provocou o boicote do Egito, Líbano e Iraque. De outra parte, a invasão da Hungria por tropas soviéticas desencadeou o boicote de Holanda, Espanha e Suíça.

Nos Jogos de Montreal 1976, 28 países africanos boicotaram a competição em protesto contra a presença da delegação da Nova Zelândia, que permitira a viagem de sua equipe de *rugby* à África do Sul. Devido ao regime do *apartheid*, os sul-africanos haviam sido proibidos de participar dos Jogos de Verão entre 1964 e 1988, pelo Comitê Olímpico Internacional, acatando a solicitação do South African Non-Racial Olympic Committee, criado em 1962 e que atuava no exílio⁵.

Além dos boicotes, os protestos e tensões intensificaram-se na década de 1960. Nos Jogos de Tóquio 1964, um protesto sutil foi engenhosamente realizado pelos organizadores. A pira olímpica foi acesa pelo jovem corredor Yoshinori Sakai, nascido em 6 de agosto de 1945, na localidade de Miyoshi, pertencente à prefeitura de Hiroshima, no mesmo dia em que a bomba atômica Little Boy foi lançada pelas forças militares estadunidenses. A emocionante cerimônia de abertura lembrava as

5 A esse respeito, ver P. R. Braga (2011).



Yoshinori Sakai conduz a tocha olímpica na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Tóquio 1964

atrocidades da Segunda Guerra Mundial no contexto da Guerra do Vietnã.

Os Jogos do México produziram imagens repletas de tensões. Em 12 de outubro de 1968, pela primeira vez, uma pira olímpica seria acesa na América Latina. O percurso da tocha, que saía da cidade de Olímpia, procurava refazer o caminho da primeira viagem de Cristóvão Colombo, cerca de 476 anos antes, partindo do Porto de Palos, na Espanha. Diante da afronta, o fogo arderia no México.

Dez dias antes da abertura, milhares de estudantes mexicanos participaram de uma intensa onda de protestos contra a realização dos jogos, contra a estrutura social do país e contra a invasão de duas universidades por forças militares. Concentrados na Plaza de las Tres Culturas, os manifestantes foram atacados por soldados fortemente armados. Estima-se em 300 o número de mortos,



Pôster anônimo contra os Jogos Olímpicos do México 1968

no episódio que ficou conhecido como Massacre de Tlatelolco⁶.

⁶ Sobre o conflito, ver E. Poniatowska (1994).

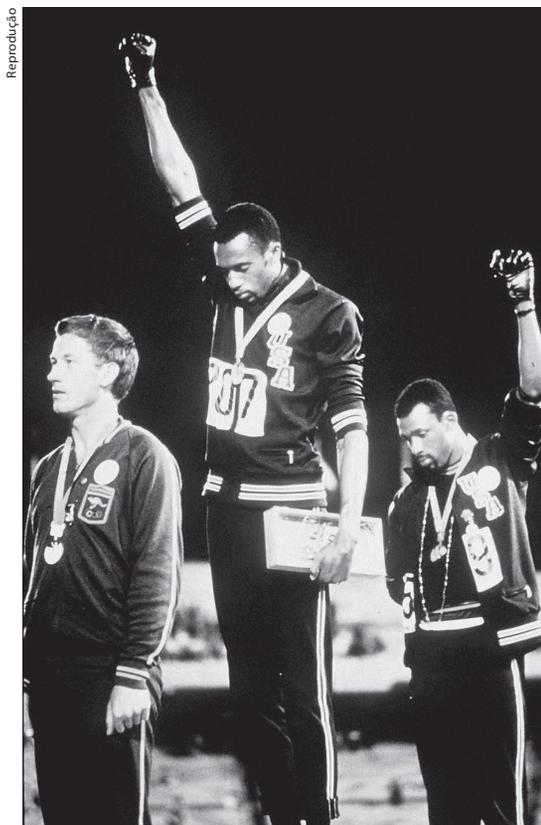
As imagens dos jovens negros Tommy Smith e John Carlos, de punhos fechados e erguidos com luvas pretas, no pódio dos 200 metros rasos, durante a execução do hino dos EUA e o hasteamento das bandeiras, tornou-se, talvez, o símbolo mais conhecido dos protestos em Jogos Olímpicos. A alusão aos Panteras Negras e à luta contra o racismo custou-lhes as medalhas olímpicas. Mais uma vez, de acordo com o discurso olímpico oficial, os esportes não poderiam ser contaminados pela política.

Nos Jogos de Munique 1972, ocorreu a maior tragédia da história dos jogos, quando oito militantes do grupo palestino Setembro Negro promoveram um ataque terrorista à Vila Olímpica. Os ativistas invadiram o alojamento da delegação de Israel, mataram dois de seus integrantes e fizeram outros nove como reféns. Exigiam a libertação de mais de 200 presos políticos palestinos e um avião para liberar os reféns.

Apesar de toda a brutalidade, os jogos não foram interrompidos. Enquanto eram travadas as negociações, várias modalidades esportivas eram disputadas. Os jogos deveriam continuar.

O desfecho do episódio foi ainda mais terrível. À noite, quando sequestradores e reféns eram embarcados em uma base aérea próximo à Vila Olímpica, um comando de atiradores de elite da Alemanha tentou uma emboscada. O resultado foi desastroso. No total, 11 integrantes da delegação israelense, cinco terroristas e um policial foram mortos. Diante da situação, os organizadores decidiram interromper as competições e antecipar a cerimônia de encerramento, com bandeiras a meio pau.

Em pouco mais de um século de existência, os Jogos Olímpicos da Era Moderna foram palco de diversos conflitos políticos, das mais variadas naturezas. Nessa sucessão de eventos encadeada e selecionada, procurou-se evidenciar a dramatização de tensões constituídas em torno de padrões normativos acerca das práticas esportivas regulares, das relações entre esporte, política e sociedade e sobre as tensões



Ao centro, Tommy Smith, vencedor dos 200 metros rasos, com John Carlos (bronze) à esquerda, e o australiano Peter Norman (prata) à direita, nos Jogos do México 1968

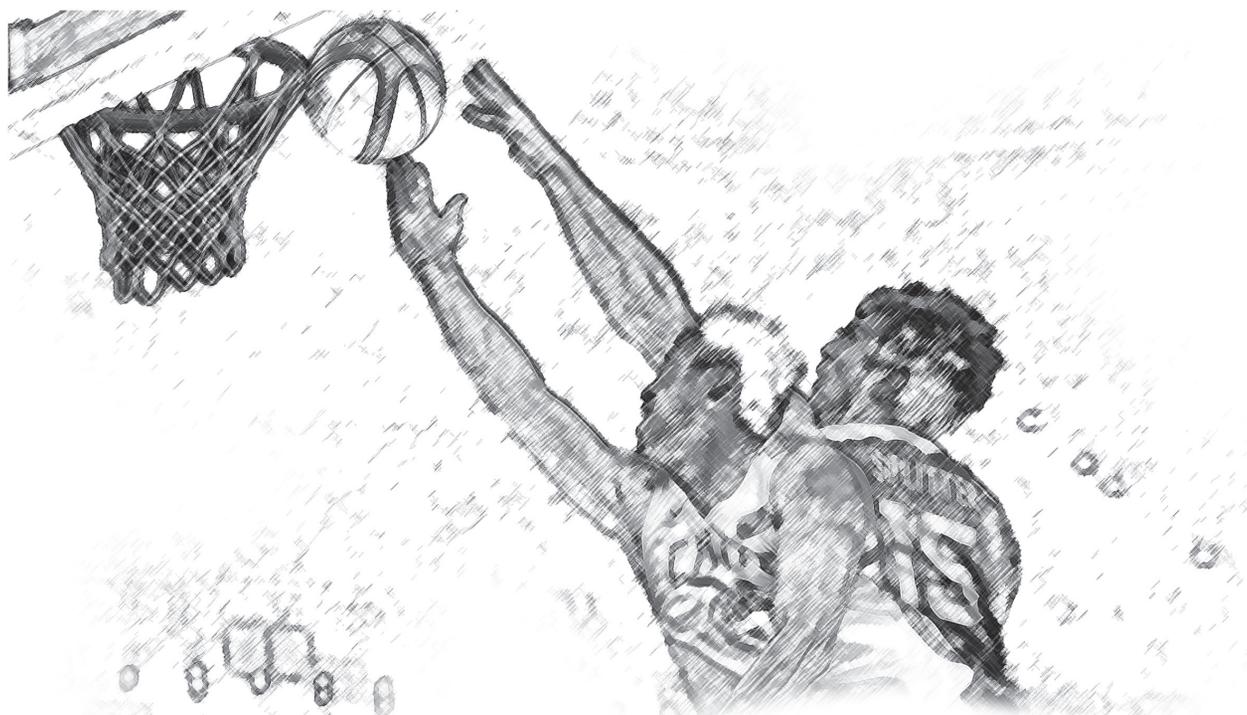
entre o internacionalismo olímpico e os interesses e sentimentos nacionalistas.

Na cena brasileira recente, delimitada pela agenda esportiva iniciada em 2013, com a Copa das Confederações, a ser concluída em 2016 com os Jogos Olímpicos e a Paralimpíada do Rio de Janeiro, há que se esperar, também, por tensões e conflitos que devem dramatizar dilemas e questões de nossa sociedade.

Há que se acompanhar, atentamente, os protestos e manifestações que o futuro imediato deverá apresentar. E buscar suas significações, quaisquer que sejam os desdobramentos da crise política em que estamos inseridos.

BIBLIOGRAFIA

- BRAGA, P. R. S. *A Rede de Ativismo Transnacional contra o Apartheid na África do Sul*. Brasília, Funag, 2011.
- CAMPOS, F. "A Agonia Lúdica: Guerra, Competição e Fortuna nos Jogos Medievais", in E. Magnani; H. Franco Júnior; F. Campos (orgs.). *Le Moyen Âge Vu D'Ailleurs II. Historiografia e Pesquisas Recentes*. São Paulo, IEA/USP, 2004, pp. 338-56.
- CASHMORE, E. *Making Sense of Sport*. New York, Routledge, 1990.
- COUBERTIN, Pierre de. "Carta do Amadorismo" [1902], in N. Müller; N. S. Todt (eds.). *Pierre de Coubertin: Olimpismo. Seleção de Textos*. Porto Alegre, EdiPUCRS, 2015.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. *A Busca da Excitação*. Lisboa, Difel, 1992.
- FINLEY, M. I.; PLEKET, H. M. *The Olympic Games: The First Thousand Years*. New York, The Vicking Press, 1976.
- FISCHER, D. *The Encyclopedia of the Summer Olympics*. New York, Franklin Watts, 2003.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- MCINTOSH, P. *Fair Play: Ethics in Sport and Education*. London, Heineman, 1979.
- NAZARIO, L. "O Discurso Ideológico de Olympia", in *Aletria*, n. 2, v. 22, 2012, pp. 137-49.
- OFFICIAL WEBSITE of the Olympic Movement. Disponível em: <http://www.olympic.org/olympic-studies-centre>.
- PONIATOWSKA, E. *La Noche de Tlatelolco: Testimonios de Historia Oral*. México, Era, 1994.
- SAUNDERS, F.S. *The Cultural Cold War: The CIA and World of Arts and Letters*. New York, New Press, 2000.
- YOUNG, D. *The Modern Olympics: A Struggle for Revival*. London, John Hopkins University Press, 1996.
- TURNER, V. *Dramas, Campos e Metáforas. Ação Simbólica na Sociedade Humana*. Niterói, Eduff, 2008.
- VIGARELLO, G.; HOLT, R. "O Corpo Trabalhado – Ginastas e Esportistas no Século XIX", in A. Corbin; J-J. Courtine; G. Vigarello (orgs.). *História do Corpo*, v. 2 Petrópolis, Vozes, 2008, pp. 393-478.



Agenda 20+20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olimpico Internacional

Katia Rubio

resumo

Passado mais de um século desde o início dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, o Movimento Olímpico busca uma mudança de trajetória na busca do espírito olímpico perdido. Depois de sofrer profundas transformações que puseram em risco o chamado “espírito olímpico”, colaborando para isso a ascensão do profissionalismo e dos interesses comerciais que rondam o maior espetáculo do planeta, o atual presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) faz um chamamento à comunidade olímpica internacional propondo diálogo, inclusão e transformações em uma das instituições mais fechadas do planeta. O objetivo deste texto é discutir o reposicionamento do Movimento Olímpico e as recomendações estratégicas do COI denominados Agenda 20 + 20, no que diz respeito ao futuro do Movimento Olímpico e dos Jogos Olímpicos.

Palavras-chave: Movimento Olímpico; Agenda 20 + 20; olimpismo.

abstract

Over a century after the start of the Modern Olympic Games, the Olympic Movement seeks a change of course in its search for the lost Olympic spirit. After undergoing deep changes that put the so-called "Olympic spirit" in jeopardy – mainly due to the rise of professionalism and business interests surrounding the greatest show on the planet – the current president of the International Olympic Committee (IOC) has summoned the international Olympic community to propose dialogue, inclusion and transformation in one of the most opaque institutions on the planet. The aim of this paper is to discuss the repositioning efforts undertaken by the Olympic Movement and the IOC strategic recommendations called 20 + 20 Agenda, as regards the future of the Olympic Movement and the Olympic Games.

Keywords: *Olympic Movement; 20 + 20 Agenda; olympism.*

Processes and events, not symbols, are the only substantives, and 'time' is a symbol, not a process event.

Furthermore, "every change in 'space' is a change in 'time'; (and) every change in 'time' (is) a change in 'space'"

(Elias, 1992).

Criado no final do século XIX, o Movimento Olímpico tem na *Carta Olímpica* o registro de um ideal de grupo e de competição esportiva que inegavelmente privilegiou padrões de conduta e de convivência da burguesia e da aristocracia de então. Poucos documentos internacionais sofreram tão poucas mudanças ao longo do século XX como a *Carta Olímpica*. Apesar das profundas e drásticas transformações ocorridas no Oriente e no Ocidente ao longo de um século marcado por duas grandes guerras, pela Guerra Fria e pelo fim da União Soviética, poucas alterações marcaram a história olímpica contemporânea, à exceção do profissionalismo que promoveu na década de 1980 uma profunda alteração nos rumos do COI, como instituição, e da identidade do atleta, o protagonista do espetáculo esportivo e razão central da existência do Movimento Olímpico.

Apesar desse protagonismo e da imortalização dos feitos atléticos na pessoa do atleta, pouco foi feito por e para esse sujeito que esteve à mercê dos interesses dos dirigentes e das políticas esportivas. Constata-se que, na história olímpica, os dirigentes não só ocuparam o poder e ditaram as regras dos jogos e do Movimento Olímpico, como também se observa que nem todos eles foram atletas ou mesmo praticantes competitivos do esporte. É o caso do próprio Pierre de Coubertin, fundador do COI e do Movimento Olímpico Internacional, ou

mesmo de Raul do Rio Branco, primeiro brasileiro a participar do COI (Rubio, 2001).

É inegável que esse distanciamento provocou não apenas uma burocratização das instâncias decisórias, acentuando o poder dos dirigentes sobre as estruturas esportivas em um modelo com efeito cascata, começando no nível internacional e se multiplicando nas esferas nacionais, como também levou a uma restrição do papel do atleta “apenas” à esfera competitiva, destituindo-o de participação no sistema esportivo como um todo. No entanto, esse modelo parece viver um esgotamento. Depois de um ciclo virtuoso que levou ao agigantamento dos Jogos Olímpicos, da necessária participação dos Estados nacionais e das cidades-sede na realização das competições esportivas, constatou-se a necessidade da mudança desse modelo em direção à entrada do capital privado nessas realizações. Coincide com esse momento o prejuízo vivido pela cidade de Montreal na realização dos Jogos de 1976 e o boicote aos Jogos de Moscou 1980. O período que se seguiu levou a um dos negócios mais rentáveis do planeta, associando a presença de marcas relacionadas ao esporte de apelo internacional à espetacularização do esporte pelos meios de comunicação e à transformação do atleta em uma *commodity* (Walsh & Giulianotti, 2001) de valor sem precedentes. O que se viu ao longo dos últimos 30 anos foi a perda das referências morais do esporte limpo – referendadas

KATIA RUBIO é professora associada da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo e membro da Academia Olímpica Brasileira.

na *Carta Olímpica* e nos chamados “ideais olímpicos”, como a competição em si mesma, a busca da superação de si e o *fair play* –, a exploração da imagem das competições e dos atletas – situação essa que vive o seu limite na impossibilidade do uso de símbolos ou palavras que se relacionem diretamente aos Jogos Olímpicos, prejudicando assim a multiplicação do ideal olímpico – e o esgotamento desse sistema que se tornou altamente rentável, mas que não resistiu a práticas corruptas, expondo o COI e seus dirigentes e colocando em xeque uma instituição cujas bases se assentavam, teoricamente, em valores universais transformados em olímpicos.

Para entender o processo que levou a esse quadro, partirei de uma discussão realizada anteriormente (Rubio, 2010), na qual serão apontados alguns momentos centrais do Movimento Olímpico e os marcos de sua periodização.

A NECESSIDADE DE PERIODIZAR

Periodizar é um recurso utilizado para facilitar a compreensão de narrativas, entendendo a história não como uma sucessão de fatos, mas como a articulação dos diversos agentes e atores envolvidos na sua realização, impregnando-a de características do momento em que ela ocorre, descortinando em seus desdobramentos as ideias e ideologias que a subjazem. A periodização é um instrumento que permite organizar a história dos fatos para situá-los em suas rupturas e descontinuidades.

Wishart (2004) aponta que periodizar é parte e parcela da arte de escrever narrativas, tão integral para o processo como identificar e selecionar fatos e organizá-los em uma síntese. É uma estratégia usada para dar formato à narrativa, produzindo uma superestrutura para o progressivo desenvolvimento da interpretação.

Não há dúvida de que os eventos históricos são ditados pelas ações humanas, que imprimem suas marcas diante da projeção dada àquele sujeito que narra o fato ou a proposta que o anima. Daí a função das rupturas e descontinuidades, momento de erupção do novo, capaz de enunciar manifestações latentes que invocam a necessidade da transformação. Diante da afirmação sobre a materialidade dos eventos e ações, Santos (1996) propõe que os eventos são também ideias e não apenas fatos. “Uma inovação é um caso especial de evento, caracterizado pelo aporte a um

dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade” (Santos, 1996, p. 117).

Analisar um fenômeno sociocultural, como os Jogos Olímpicos, que atravessa um período repleto de singularidades como o século XX, requer a clareza dos diversos momentos sobre os quais se fala. Da conjuntura pré-Primeira Guerra Mundial à pós-modernidade muitos são os movimentos implicados na compreensão não só da geopolítica mundial como das distinções e exclusões promovidas pelas diversas crises de identidade geradas pela criação e negação de Estados nacionais, bem como das questões próprias do esporte, como o amadorismo, a profissionalização ou o *fair play*. Daí a preocupação de McComb (2004) em construir uma teoria para analisar e comparar o esporte em diferentes momentos e lugares.

Conforme aponta Rubio (2010), embora o Movimento Olímpico contemporâneo preze e defenda a continuidade, é possível observar claras rupturas ao longo de sua história. Porém, como forma de perpetuar uma tradição institucional e política, invoca-se a continuidade da organização e de seus ideais, fortalecendo um imaginário institucional soberano. Daí a importância de se destacar quais são os momentos de ruptura do Movimento Olímpico, contextualizando-os e observando-os à luz dos movimentos sociais nacionais, no caso do Brasil, e internacionais.

Os quatro grandes momentos identificados são:

Fase de estabelecimento (de Atenas 1896 a Estocolmo 1912)

É o período que vai dos Jogos Olímpicos de Atenas 1896 a Estocolmo 1912 e está marcado pela anúncio de um evento singular e arregimentação de adeptos para ele. É o momento de aceitação da proposta olímpica. Krüger (1999) chama esse período de anos formativos do COI. Nesse momento se confundiam a realização dos jogos a qualquer custo e a disposição férrea de Pierre de Coubertin para que os ideais olímpicos fossem preservados. Guiando o Movimento Olímpico com mão de ferro, refutava ingerências na estrutura de poder, que se mantinha centralizada e protegida de “investidas” democráticas, usando para isso o argumento de que esporte e política não se misturavam. Apesar disso, o que se observa já nesse momento é a necessária convivên-

cia com os poderes centrais dos Estados nacionais, responsáveis pela construção da estrutura material para a realização dos Jogos Olímpicos.

Evidencia-se desde então uma tendência do Movimento Olímpico de se manter próximo da aristocracia e da burguesia europeia, ainda que Coubertin fizesse uma leitura da geopolítica mundial, observasse as correlações e força e buscase a aproximação com as nações estratégicas em cada continente. Foi o caso da América Latina, que teve a Argentina como o primeiro país sul-americano a ingressar no COI, o que levou Coubertin a convidar Raul do Rio Branco, filho do barão do Rio Branco e embaixador brasileiro na Suíça, a ingressar no comitê, afirmando assim a condição de potência regional exercida pelo Brasil.

À disposição de ampliar os quadros de liderança olímpica somava-se a necessidade de ampliação da prática esportiva mundo afora, condição básica para a multiplicação do ideal olímpico. O que impedia a viabilização dessa proposta com a velocidade que o barão desejava era a aliança feita inicialmente com os ingleses para a consolidação dos Jogos Olímpicos. Sendo eles os organizadores do esporte moderno, acabaram por imprimir muitas de suas marcas naquilo que era universalizado como “valores olímpicos”, inclusive a proposta do amadorismo que esbarrava em uma prática voltada apenas para aqueles que pudessem praticar o esporte de forma amadora, ou seja, “por amor”. Esse valor levou à exclusão de muitos trabalhadores que não dispunham nem do tempo livre nem das condições materiais necessárias para a prática esportiva em nível competitivo. Daí a criação de organizações e ligas não olímpicas, mas altamente competitivas, como foi o caso do futebol e do *rugby* (Brown, 2011).

Fase de afirmação

(de Antuérpia 1920 a Berlim 1936)

Já em Antuérpia os Jogos Olímpicos se mostraram sólidos o suficiente para manter a periodicidade olímpica, mesmo com a interrupção provocada pela Primeira Guerra Mundial. Esse hiato provocado pelo conflito de maior abrangência até então provava que o Movimento Olímpico e os Jogos Olímpicos não eram refratários aos acontecimentos sociais mundo afora.

Nesse período os Jogos Olímpicos mostraram-se reconhecidos pela comunidade internacional, sendo

prova disso o número de representantes no COI, que ultrapassava os integrantes na Liga das Nações, e a crescente disputa pela postulação de sua realização. O evento crescia a cada edição, dando visibilidade à cidade e ao país-sede em um momento em que os conflitos se acirravam na Europa. Mesmo as questões religiosas foram superadas, como foi o caso dos Jogos Olímpicos de Amsterdã 1928, quando a rainha Guilhermina da Holanda declinou do convite para participar da cerimônia de abertura argumentando ser aquela uma celebração pagã. Porém, diante da grande adesão do público e do sucesso da competição, a soberana reconsiderou sua posição e apoiou a iniciativa. Ou seja, as dificuldades inerentes ao Movimento Olímpico foram superadas, uma a uma, restando aos organizadores as questões de ordem internacional, como foi o caso da quebra da Bolsa de Nova York em 1929 e seus desdobramentos nos Jogos Olímpicos de Los Angeles 1932, e da ascensão do nazismo e sua repercussão nos Jogos Olímpicos de Berlim 1936.

Essa relação e dependência com a dinâmica política e social internacional levou os dirigentes do COI a adotarem uma postura de independência no plano do discurso, mas de atrelamento aos governantes das sedes olímpicas por causa da condução do evento. Era evidente, desde o princípio, a subordinação, ainda que indesejada, do Movimento Olímpico à política internacional. Já aconteciam nessa época os primeiros boicotes, que se intensificaram no futuro, evidenciando a visibilidade crescente dos jogos. Nesse sentido, o pragmatismo dos dirigentes levou os Jogos Olímpicos para a Alemanha de Hitler, para a União Soviética de Brejnev e para a China pós-comunista, porém, ainda não signatária dos acordos ambientalistas ou dos direitos humanos.

Esse período, que se encerra com a Segunda Guerra Mundial, também prenuncia os desafios do próximo.

Fase de conflito

(de Londres 1948 a Los Angeles 1984)

O final da Segunda Guerra Mundial não pôs fim aos conflitos mundiais. Fê-los ganhar novos contornos e outros cenários, alterando o confronto direto por um outro dissimulado, mas não menos letal. Conforme Hobsbawm (1995), o pós-guerra foi marcado por uma reconfiguração de alianças e

aproximações políticas, cujo elemento norteador da formação de blocos se deu pela ideologia e interesses políticos e econômicos subjacentes a ela.

Os Jogos Olímpicos, já afirmados como um grande evento mundial, tornaram-se uma vitrine para os conflitos que afligiam os dois grandes blocos políticos daquele momento: de um lado, capitalistas, e, do outro, socialistas. Cada competição esportiva era a oportunidade de afirmação de superioridade de um sobre o outro. Grandes nações obviamente deveriam produzir grandes atletas, que demonstrariam ao mundo o verdadeiro potencial de construção de domínio de uma ordem mundial binária. As medalhas passaram a ser contadas como pontos a favor de seus respectivos regimes, afirmando um tipo de superioridade não pretendida pelo Movimento Olímpico.

Mais do que em qualquer outro momento histórico, os boicotes aos Jogos Olímpicos mostravam ao mundo o que ocorria nos bastidores da política internacional, obrigando dirigentes a manobramentos a favor desse ou daquele país, a depender da relevância desempenhada para o Movimento Olímpico. Diante disso não é de se esperar que haja coerência nas resoluções que favoreceram alguns países, como a China ou os Estados Unidos, e desfavoreceram outros, como foi o caso da África do Sul ou de Taiwan. Questões como *apartheid*, racismo, discriminação, desrespeito foram largamente utilizadas ao longo dos anos para justificar a abstenção nos jogos.

O modelo olímpico, baseado nos valores e na *Carta Olímpica* do século XIX, dava sinais de esgotamento. Prova disso era uma disputa com a Fifa originada no início do século sobre o conceito de amadorismo, o que levou, inclusive, o futebol a ficar fora dos Jogos Olímpicos de Los Angeles 1932. Era insustentável manter os atletas alheios ao assédio das grandes empresas que desejavam ver suas marcas associadas ao triunfo dos heróis olímpicos.

Solucionados os grandes conflitos políticos que levaram aos boicotes de 1980 e 1984, era tempo também de pensar na superação das últimas barreiras que impediam que os Jogos Olímpicos pudessem ser o grande negócio que alguns dirigentes vislumbravam. O modelo amador e estatal, que quase levou à falência de Montreal em 1976, precisava ser substituído pelo profissionalismo que o maior evento do planeta exigia. Estavam dadas as condições para a queda de um paradigma que acompanhava os atletas olímpicos desde sempre: o amadorismo.

Fase do profissionalismo (de Seul 1988 até Rio 2016)

Duas questões se colocam para esse marco no Movimento Olímpico: a espetacularização dos jogos, tendo como pano de fundo a transmissão das competições em tempo real para todo o mundo, e a falta de consenso sobre o conceito de amadorismo.

Guttman (1976) profetizou o que ocorreria com o esporte a partir do diferente entendimento que os países capitalistas e socialistas tinham sobre o papel desempenhado por seus atletas no cenário olímpico.

Enquanto para o bloco capitalista atletas amadores eram todos aqueles que não recebiam nenhum salário ou ajuda para se dedicar à prática esportiva, para o bloco socialista não havia dúvidas de que todo atleta no desempenho do ofício da defesa dos interesses do Estado era também um amador, mesmo que para isso dedicasse todos os seus dias a se preparar para essa batalha. Essa distinção fazia com que houvesse uma discrepância entre equipes, principalmente no futebol, em que atletas olímpicos dos países socialistas chegavam também a disputar Copas do Mundo.

Havia ainda outros interesses. Empresas em diferentes países já ofereciam produtos e benefícios a atletas que “promettessem” fidelidade às marcas. Essa “promessa” podia ou não ser acompanhada de um contrato assinado, situação não regulamentada pelas instituições esportivas (Rubio, 2003). Diante desse cenário, perdiam os atletas, as empresas, mas, principalmente, o COI e as confederações. Os responsáveis por essa regulamentação, que levou à profissionalização dos atletas e do espetáculo esportivo, foram Juan Antonio Samaranch, pelo COI, e João Havelange, pela Fifa.

Desde então passou-se a regulamentar o uso de marcas, símbolos e imagens, alterando radicalmente a dinâmica das competições esportivas e também da identidade do atleta, o protagonista do espetáculo esportivo. Nessas circunstâncias, ele já não é mais aquele sujeito que “pratica por amor” o esporte. Ele agora é a mão de obra qualificada de um sistema que vive às suas custas, mas não o respeita, nem protege, conforme a grandiosidade do espetáculo exige. E, como em qualquer outro sistema onde prevalece a exploração da excelência, os valores morais que fundamentaram a competição esportiva deixam

de ser o *modus operandi* do movimento olímpico e passam a ser um discurso bem estruturado para ser utilizado em ocasiões especiais, como no caso da quebra de protocolos ou leis.

Em menos de três décadas esse modelo deu mostras de exaustão.

De um lado, os protocolos de postulação levaram o COI a ter cada vez mais autoridade sobre as cidades-sede colocando em risco a própria soberania dos países. Essas situações podem ser observadas nas imposições sobre infraestrutura, políticas comerciais ou relações internacionais e no consequente recuo dos países democráticos em sediar uma edição olímpica. Não parece admissível para uma cidade bem governada, em um país com tradição democrática, que ingerências dessa ordem possam ditar os rumos a se tomar. Como consequência, sobram postulações de cidades e países com regimes centralizadores, com pouca tradição de transparência de gastos e de conduta duvidosa em disputas nas quais o colégio eleitoral é suscetível a negociações.

Do ponto de vista do atleta, as exigências de ordem objetiva, como a vinculação de imagem a produtos e o cumprimento de contratos que restringem a liberdade de expressão, não são menos invasivas do que a política de controle de dopagem que o obriga a declarar sua localização 24 horas por dia, sete dias da semana, para ser submetido a exames que provem sua “limpeza” nas competições. Ou seja, os heróis olímpicos são agora, antes de tudo, suspeitos até que provem o contrário.

UMA NOVA ORDEM OLÍMPICA.

A AGENDA 20 + 20

Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro representam o final de um ciclo para o Movimento Olímpico. Claro está que nem cidades nem atletas podem mais se submeter a uma relação verticalizada e desigual, em que sobram obrigações e faltam direitos. Mesmo diante da dificuldade de se adaptar às transformações sociais, é preciso atentar a que esse modelo autocrático e soberbo tenha cada vez menos espaço de diálogo e manobra no mundo contemporâneo. Ou seja, ou o Movimento Olímpico se revê ou está fadado ao esgotamento, como ocorre com outras instituições seculares ao redor do planeta. Porém, diferentemente de instituições pautadas em dogmas, o COI está organizado

e assessorado por profissionais sensíveis às demandas da sociedade em diferentes pontos do planeta, seja por idealismo ou por necessidade comercial. Essa talvez seja a razão para que o novo presidente, Thomaz Bach, convocasse a comunidade olímpica a fim de encontrar saídas para o impasse criado pelas crescentes denúncias de corrupção e desmandos. Imediatamente após sua posse, encabeçou uma consulta que durou um ano e somou mais de 40 mil sugestões, as quais, sistematizadas, resultaram em 1.200 propostas que foram levadas pelos presidentes dos 14 grupos de trabalho à 127ª sessão do COI, em dezembro de 2014. Dessa reunião resultaram 40 recomendações, denominadas Agenda 20 + 20, consideradas estratégicas para o futuro do Movimento Olímpico e dos Jogos Olímpicos.

Dentre os temas centrais dessa discussão encontram-se o combate à corrupção dentro do ambiente olímpico, o controle sobre o agigantamento dos Jogos Olímpicos, a igualdade entre gêneros, o controle do *doping* e o empoderamento do atleta (IOC, 2016).

A busca pelo debate sobre essas questões sugere um redirecionamento não apenas político do Movimento Olímpico, conduzido ao longo do século anterior com a arrogância de uma entidade isolada e independente das questões maiores da sociedade internacional. Abrir-se para temas negligenciados no passado aponta para uma preocupação verdadeira sobre as repercussões de fatos que denotaram discriminação, preconceito e desrespeito à sociedade e levam, no presente, a um crescente desinteresse pelo maior espetáculo esportivo do planeta.

A implementação das recomendações da Agenda 20 + 20 do COI indica não apenas uma mudança de rumos para o Movimento Olímpico como também uma transformação no papel social do atleta, que deixa de ser apenas um executor de gestos habilidosos valiosos para o espetáculo esportivo e passa a ser uma figura central dentro do Movimento Olímpico. Essa alteração de postura do COI aponta para uma tentativa de resgate dos valores olímpicos, virtudes desejadas, mas perdidas ao longo do processo de transformação do Movimento Olímpico e irreconhecíveis para a sociedade atual.

Diante do que se observa, há indicações de que haverá um cuidado maior com as questões relacionadas com a transparência do processo de postulação, com o meio ambiente, com a promoção da igualdade de gêneros – lembrando da dívida histórica

que o Movimento Olímpico tem com as mulheres, impedidas de participar da competição no início da história olímpica contemporânea – e um maior investimento no apoio a atletas dentro e fora do campo de jogo. Esse respeito parece evidente também na honra concedida aos atletas limpos que herdaram justamente as posições perdidas pelos dopados nas competições olímpicas. Até o presente, constatado o *doping*, a medalha era concedida ao atleta imediatamente colocado no *ranking*, porém, sem a mesma pompa e circunstância da cerimônia dos Jogos Olímpicos. As recomendações da Agenda 20 + 20 são no sentido de que cerimônias formais sejam organizadas para medalhistas que recebem

sua medalha olímpica após a desqualificação de um competidor e que elas sejam devidamente comunicadas a todas as partes envolvidas.

Claro está que o Movimento Olímpico se mobiliza para resgatar o respeito e a dignidade perdidos ao longo de um período obscuro manchado por desmandos e corrupção. Foi dado início ao diálogo com a sociedade atual em busca de saídas para o impasse criado pelo distanciamento dos valores olímpicos basilares. Trata-se de um diálogo pouco praticado no passado, dando mostras de que o olimpismo se abre para além das fronteiras do Movimento Olímpico, buscando com isso preservar o papel histórico do esporte para a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- BROWN, C. G. "Masculinity and Secularisation in Twentieth-Century Britain", in Y. M. Werner (ed.). *Christian Masculinity. Men and religion in Northern Europe in the 19th and 20th Centuries*. Leuven, Leuven University Press, 2011.
- ELIAS, N. *Time: An Essay*. Oxford, Blackwell, 1992.
- GUTTMANN, A. *The Games Must Go on: Avery Brundage and the Olympic Movement*. New York, Columbia University Press, 1982.
- HOBBSBAWM, E. *Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- INTERNATIONAL Olympic Committee. Olympic Agenda 2020 20+20 Recommendations. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/Olympic_Agenda_2020/Olympic_Agenda_2020-20-20_Recommendations-ENG.pdf
- KRÜGER, A. "The Unfinished Symphony: A History of the Olympic Games from Coubertin to Samaranch", in J. Riordan; A. Krüger (eds.). *The International Politics of Sport in the 20th Century*. London, E. & F.N. Spon, 1999.
- MCCOMB, D. G. *Sports in World History*. New York, Routledge, 2004.
- MÜLLER, N. *Olympism Selected Writings. Pierre de Coubertin 1863-1937*. Lausanne, International Olympic Committee, 2000.
- RUBIO, K. *O Atleta e o Mito do Herói*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.
- _____. "The Professionalism Legacy: The Impact of Amadorism Transformation Among Brazilian Olympic Medalists", in M. Moragas; C. Kennett; N. Puig (eds.). *The Legacy of the Olympic Games 1984-2000*. Barcelona/Lausanne, Olympic Studies Centre of the Autonomous University of Barcelona/Olympic Studies Centre of the International Olympic Committee, 2003.
- _____. "Jogos Olímpicos da Era Moderna: Uma Proposta de Periodização", in *Rev. Bras. Educ. Fis. Esporte*, v. 24, n. 1. São Paulo, jan.-mar./2010, pp. 55-68.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- WALSH A. J.; GIULIANOTTI, R. "This Sporting Mammon: A Normative Critique of the Commodification of Sport", in *Journal of the Philosophy of Sport*, vol. 28, issue 1, 2001, pp. 53-77.
- WISHART, D. "Period and Region", in *Progress in Human Geography*, 28(3), 2004, pp. 305-19.



**Jogos Olímpicos:
a generificação de
corpos performantes**

Silvana Vilodre Goellner

resumo

Este texto tem como objetivo analisar os Jogos Olímpicos como espaço de produção de corpos generificados. Focaliza aspectos como a desigualdade numérica entre homens e mulheres participantes e entre as modalidades disputadas por cada sexo. Considerando que gênero se refere à construção de masculinidades e feminilidades, analisa ainda as estratégias de controle sobre os corpos e *performances* de mulheres que se afastam de uma representação normalizada de feminilidade e cuja permanência nas competições é autorizada, desde que seja comprovada a autenticidade de seu sexo.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos; gênero; mulher; feminilidade.

abstract

This paper aims to analyze the Olympic Games as a setting in which gendered bodies are produced. It focuses on aspects such as males outnumbering their female counterparts, and the sporting disciplines in which each gender takes part. Considering that gender is related to the construction of masculinities and femininities, the paper also analyzes the strategies of control over the bodies and performances of women who do not fit into a standardized feminine representation, and whose eligibility to compete is granted as long as they undergo sex-verification testing to prove they are female.

Keywords: Olympic Games; gender; woman; femininity.

A realização dos Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, integra a pauta de instituições políticas, pedagógicas, culturais, econômicas e midiáticas com discussões que contemplam temas diversos, dentre eles, aspectos relacionados à tradição e ao espetáculo. Considerados como seus protagonistas os/as atletas são apresentados/as como modelos edificantes, símbolos de determinação, disciplina, superação e ética, valores considerados iminentes ao esporte e associados a princípios que regem condutas adequadas ao convívio social, mesmo que as competições e disputas sejam plenas de injustiças, desigualdades e distinções.

A força de tal discurso¹ encontra raízes naquilo que comumente reconhecemos como a história do esporte moderno, que se origina no século XVIII e se expressa nas *public schools* inglesas, espaço de construção dos corpos e subjetividades de homens burgueses. Com essa afirmação, ressalto que o esporte foi pensado pelos homens e para os homens, marcando, desde seu

1 Discurso é aqui entendido como sistemas e códigos de significação que constituem o conjunto de enunciados de um determinado campo de saber, construídos historicamente dentro das relações de poder. Assim, o discurso "é o objeto de desejo; [...] aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (Foucault, 1996, p. 10).

início, a sua generificação. Considerando essas questões, este texto focaliza o esporte como um espaço de produção de corpos generificados. Não porque seja assim em sua essência, mas porque é uma construção cultural à qual se agregam discursos, valores e práticas que produzem representações de feminilidades e masculinidades, as quais, por sua vez, produzem posições sociais que hierarquizam os sujeitos a partir da biologia dos seus corpos. Focaliza, mais especificamente, algumas restrições à presença das mulheres, sobretudo, àquelas que fogem de uma representação vinculada à feminilidade no singular.

A INSERÇÃO DAS MULHERES NOS JOGOS OLÍMPICOS: UM CAMPO GENERIFICADO DE DISPUTAS

A inserção das mulheres no universo cultural do esporte adquire maior visibilidade em meados do século XIX. Vale lembrar que, nesse tempo, seu corpo, alvo de intervenções médicas, pedagógicas, jurídicas e religiosas, era observado como um importante instrumento de refinamento racial

SILVANA VILODRE GOELLNER é professora da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenadora do Centro de Memória do Esporte da mesma instituição e do Grupo de Estudos sobre Esporte, Cultura e História (Grecco).

e de fortalecimento orgânico mediante a condução de uma maternidade sadia, cumprindo, assim, com a máxima de que “as mães fortes são as que fazem os povos fortes” (Thardiére, 1940, p. 60). Para que a mulher pudesse cumprir essa missão, que é individual e social, era indispensável que aprendesse determinadas formas de ser, de se comportar, de se expressar e de se movimentar visando a salvaguardar seu maior atributo: carregar no próprio corpo a esperança de uma nova vida.

Esse temor não passou despercebido nas discussões que circundaram a organização dos Jogos Olímpicos modernos. O Barão de Coubertin, um dos seus idealizadores, era contrário à participação das mulheres por considerar que poderiam vulgarizar esse espaço voltado para a educação de homens. Nas suas palavras:

“O problema dos esportes femininos complica-se com a paixão e expressões exaggeradas que neles põe a campanha feminista. Os dirigentes desta campanha pretendem simplesmente a anexação de tudo o que até agora era do domínio próprio do homem; d’ahi a tendencia da mulher querer mostrar-se capaz de egualar o homem em todas as actividades. [...] tecnicamente as jogadoras de futebol ou as pugilistas que se tentou exhibir aqui e allí não apresentam interesse algum; serão sempre imitações imperfeitas. Nada se aprende vendo-as agir; e assim os que se reúnem para vel-as obedecem preocupações de outra especie. E por isso trabalham para a corrupção do esporte, aliás, para o levantamento da moral geral. Si os esportes femininos forem cuidadosamente expurgados do elemento espetaculo, não há razão alguma para condena-los. Ver-se-á, então, o que delles resulta. Talvez as mulheres compreenderão logo que esta tentativa não é proveitosa nem para seu encanto nem mesmo para sua saúde. De outro lado, entretanto, não deixa de ser interessante que a mulher possa tomar parte, em proporção bem grande, nos prazeres esportivos do seu marido e que a mãe possa dirigir inteligentemente a educação physica dos seus filhos” (Coubertin, 1938, p. 46).

O esforço físico, a competição, a rivalidade consentida, o treinamento e a exibição de corpos performantes, práticas comuns no espetáculo

esportivo, se permitidos às mulheres poderiam desestabilizar aquilo que configurava os papéis sociais atribuídos a cada sexo, nos quais ao “homem associavam-se conceitos de vigor, moralidade, combatividade e a visibilidade pública, todos valorizados nos jogos olímpicos, e à mulher a maternidade, o cuidado com a casa e a clausura do lar” (Devide, 2005, p. 90).

Nesse sentido, não é de estranhar a ausência das mulheres na primeira edição dos Jogos Olímpicos² (Atenas 1986), nem mesmo a inexistência de temas relacionados a essa participação nos documentos oficiais do Comitê Olímpico Internacional (COI) até 1910, quando o comitê organizador dos Jogos de Estocolmo, realizados em 1912, incluiu a natação entre as modalidades disputadas por mulheres.

A primeira participação das mulheres nos Jogos Olímpicos aconteceu em Paris, no ano de 1900, com a presença de 16 mulheres em duas modalidades: golfe e tênis. Sua inclusão não resulta alguma flexibilidade por parte do COI, mas do interesse do Comitê Nacional Francês, que organizou os jogos, fato que se repetiu em 1904, em Saint Louis, quando os americanos foram responsáveis pela organização do evento. Tema polêmico e campo de disputas, o número de mulheres atletas alcançou um percentual próximo de 10% apenas na sétima edição dos jogos (Amsterdã 1928) e somente ultrapassou 40% em Atenas 2004 (Pfister, 2003). Além da participação numérica inferior à dos homens em todas as edições dos Jogos Olímpicos³, ainda foi desigual a oferta de modalidades nas quais as mulheres foram autorizadas a participar. O basquetebol, por exemplo, tardou 40 anos para ser disputado por mulheres; o futebol, 96 anos; o remo, 76; o ciclismo, 88; e algumas provas de lutas, mais de um século. Outros esportes também

2 Em que pese essa proibição, há registros de uma mulher que tenha cumprido extraoficialmente a maratona. Stamata Revithi, grega, não foi atendida na sua solicitação de participar dessa prova, o que a fez cumprir o percurso dois dias depois da prova oficial, no tempo de cinco horas e meia (Tarasouleas apud Devide, 2005).

3 No ano de 2012, em Londres, as mulheres representaram 44% do total de atletas participantes dos jogos olímpicos, o maior percentual registrado até então. Agrega-se a esse dado a constatação de que, pela primeira vez na história desse evento, todos os 204 países participantes tinham atletas de ambos os sexos em suas delegações.

podem ser aqui referenciados, no entanto, mais do que mencioná-los, interessa destacar aquilo que legitimou essa generificação: a naturalização de uma representação normalizada de feminilidade assentada no mito da fragilidade do corpo da mulher quando comparado ao do homem⁴.

No contexto da valorização da família, da higienização dos corpos e do fortalecimento da raça, ser feminina é ser saudável e bela para cumprir os desígnios de seu sexo: o casamento e a procriação, circunscrevendo suas atribuições majoritariamente ao espaço privado. O temor de que a mulher pudesse romper com algumas barreiras que delimitavam as diferenças culturalmente construídas para cada sexo tornou imperiosa a sua feminização, caso contrário, considerando a lógica binária dos sexos, estaria se virilizando. Consoante esse discurso, a inserção performática das mulheres no esporte era observada como uma forma de masculinizá-la, seja porque alteraria seu corpo, potencializando-o, seja porque interferiria em sua conduta, concedendo ao seu caráter atributos reconhecidos como viris.

A dimensão espetacular do esporte, aquela da qual a mulher deveria ser afastada, mobiliza paixões e energias despertando sensações e desejos nem sempre passíveis de serem controlados. Essa imprevisibilidade poderia desestabilizar representações de gênero socialmente construídas e segundo as quais o espaço público era de domínio dos homens, assim como sua performática exibição. Razão pela qual o mais aceitável é que as mulheres pudessem vivenciar apenas as práticas corporais e esportivas que buscavam, senão potencializar, pelo menos evidenciar uma feminilidade que, vinculada à beleza e à graciosidade, também lhes conferissem “gestualidades e comportamentos considerados adequados à sua natureza” (Goellner, 2007, p. 2).

Tais representações explicam a exclusão nos Jogos Olímpicos de modalidades consideradas como masculinas e masculinizadoras por envolverem força, velocidade e resistência. O aumento excessivo da massa muscular das atletas é censura-

do por ser destituído de graça e harmonia, atributos físicos associados à feminilidade normalizada cuja produção se dá pela reiteração de práticas, condutas e gestualidades (Butler, 2007). Vale ressaltar que tal feminilidade não é naturalmente dada, mas fruto de investimentos produzidos a partir de “múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades” (Louro, 2004, p. 82). Produzida também pelo esporte, identificado como um espaço de exibição de virtuosas virilidades, no qual não cabem as mulheres, com arquiteturas corporais produzidas pelo exercício físico e pelo treinamento contínuo. A estas são atribuídas características másculas que, além de borrar uma aparência corporal reconhecida como própria da feminilidade normalizada, colocam em suspeição suas identidades sexuais. A exibição dos corpos performantes das atletas representa, portanto, uma ameaça à constituição da família, assim como uma intimidação à supremacia do homem nas competições esportivas, domínio este representado como inato ao seu sexo.

O discurso biomédico sobre o qual estavam fundamentadas as afirmações sobre o caráter impróprio da participação das mulheres, sobretudo em modalidades que exigiam grande esforço físico, era motivo de disputas entre indivíduos, grupos e associações esportivas. Segundo Hargreaves (2002), a história da opressão das mulheres no esporte demanda análises complexas visto que envolve o controle e o poder não apenas entre mulheres e homens, mas também entre diferentes grupos de mulheres. A tradição e a visão normalizada de feminilidade que definem o acesso ao esporte com base nas diferenças biológicas entre os sexos e o controle da organização dos esportes como uma função tipicamente dos homens foram determinantes para a consolidação de uma desigual apropriação dos Jogos Olímpicos entre homens e mulheres, em que pese o esforço histórico de indivíduos e grupos para minimizá-las.

Enquanto no século XIX a participação das mulheres em eventos esportivos restringia-se basicamente à assistência e ao acompanhamento de seus maridos, com pouca participação ativa nas provas, hoje é muito mais ampla e diversificada. Todavia,

4 “Nem todos os homens são masculinos, potentes, dignos ou poderosos, e algumas mulheres ultrapassam alguns deles em cada uma dessas categorias. Porém, o padrão do corpo humano e suas representações é o corpo masculino” (Laqueur, 2001, p. 75).

isso não significa afirmar que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades no campo esportivo ou que preconceitos quanto à participação das mulheres inexistam. Um dos temas nos quais é bastante visível essa diferenciação continua atrelado à representação normalizada de feminilidade, qual seja, a erotização dos corpos das mulheres de forma a exaltar sua beleza e sensualidade.

Considerando que os Jogos Olímpicos configuram-se como um espaço de espetacularização de corpos performantes, que efeitos a participação das mulheres tem produzido nesse universo culturalmente virilizado? Será que a exibição das suas *performances*, não mais vinculadas à preparação para a maternidade, constitui-se como um espaço de expressão e de liberdade ou continua a celebrar corpos e subjetividades que representam feminilidades nas quais a beleza, a graça e a sensualidade subsumem o rendimento atlético?

Muitas são as possíveis respostas a essas questões e são temerárias as generalizações. Mais do que resposta, talvez seja a pergunta que deva permanecer. Afinal, não podemos esquecer que o esporte é um palco privilegiado para a exposição de corpos performantes que, ao exibirem-se e serem exibidos, educam outros corpos. E, ao educá-los, os generificam porque colocam em ação mecanismos que reiteram representações normalizadas de feminilidade e de masculinidade cujos dissonantes são observados como excêntricos, seja porque são representados como desviantes, seja porque estão fora do centro – estão nas margens (Louro, 2004). E, por assim ser, precisam ser controlados, certificados e corrigidos.

Nos Jogos Olímpicos, as mulheres com corpos e *performances* dissonantes não ficaram nas sombras da espetacularização. Ao contrário, foram (são) visibilizadas como abjetas⁵, cuja permanência nesse espaço só é possível se comprovarem serem “verdadeiras mulheres”. Essas atletas, além de serem sujeitas a especulações sobre sua orien-

tação sexual, tiveram que se submeter a exames específicos capazes de comprovar a autenticidade de seu sexo, prática nunca atribuída aos homens, porque relacionada à ideia de que a inferioridade física das mulheres decorre dos diferentes níveis dos hormônios sexuais presentes em seus corpos. Os argumentos de ordem biológica são novamente recrutados para legitimar a generificação do esporte, visto que, para os homens, nenhum teste dessa natureza foi ou é aplicado. Os corpos que desestabilizam a ordem de gênero são alvo de políticas regulatórias que buscam corrigir o que parece estar fora da norma. E, em se tratando de sexo, gênero e sexualidade, são apenas as mulheres que vivenciam constrangimentos, humilhações e interdições em função dessa não adequação.

OS TESTES DE FEMINILIDADE E A GENERIFICAÇÃO DE CORPOS DISSONANTES

A pluralidade dos corpos, reconhecidamente observada na sua morfologia, aparência e funcionalidade, apesar de figurar nos compêndios médicos desde que passou a ser objeto de estudo da ciência, não foi suficiente para evitar classificações. Ao contrário, a diferença foi alvo de políticas classificatórias que, ao longo da história, hierarquizaram indivíduos e grupos. Assentadas no determinismo biológico, tais políticas partem do pressuposto de que as “normas comportamentais compartilhadas, bem como as diferenças sociais e existentes entre os grupos humanos – principalmente de raça, classe e sexo – derivam de distinções herdadas e inatas” (Gould, 1999, p. 4).

Tal pressuposto, aliado à aceitação naturalizada de uma sincronia entre sexo, gênero e sexualidade⁶,

5 A abjeção, segundo Butler (2003, p. 162), está intimamente relacionada ao fato de não pertencer a lugar nenhum, o que implica a negação da possibilidade de ser, pois, quando os sujeitos não se encaixam em nenhum gênero da ordem binária, eles ficam “fora do humano, constituem a rigor o domínio desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece”.

6 No início do século XIX, “os corpos entendidos como normais pela medicina passam a ser então o masculino e o feminino, diferentes e complementares. A ciência e, especialmente, a medicina, trabalham arduamente no sentido de atribuir uma série de características/atributos emocionais e comportamentais distintos para cada sexo. Essa imposição de comportamentos sobre uma base biológica acaba sugerindo uma linearidade sexo-gênero-sexualidade, onde o homem-masculino se relaciona somente com a mulher-feminina, dado que ambos são opostos e complementares” (Silvestrin, 2013, p. 7).

pilar no qual se sustenta a sociedade heteronormativa⁷, possibilitou a emergência de uma política regulatória visando ao controle de determinados corpos: das atletas cuja aparência e *performance* borram as fronteiras tradicionais de feminilidade.

A política de verificação de gênero no esporte conforma o sexo (e não o gênero) a partir de uma lógica binária na qual os hormônios assumem a diferenciação sexual. Partindo do pressuposto de que os homens apresentam maior índice de testosterona em seus corpos e isso lhes confere vantagem em termos de rendimento atlético, o teste de feminilidade assevera que mulheres cujos corpos produzam altos índices desse hormônio mantêm vantagens sobre as adversárias⁸.

Tal premissa, acatada pela Federação Internacional de Atletismo (IAAF), subsidiou a criação de uma regra, em 2011, que também foi assumida pelo Comitê Olímpico Internacional na organização dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, segundo a qual mulheres com alto índice de testosterona são banidas das competições. Em função dessa aceção, se houver algum motivo razoável que possa provocar a suspeita de que uma atleta não é uma “verdadeira mulher”, a comissão médica do COI pode inquirir uma investigação confidencial. Esses motivos podem variar desde a queixa de uma adversária até “uma *performance* muito espetacular ou resultado de uma anomalia em um teste de drogas” (Silveira, 2015, p. 2).

Os testes de verificação de gênero não são recentes na história do esporte. Foram oficialmente introduzidos no Campeonato Europeu de Atletismo, realizado no ano de 1966, em Budapeste, e repetidos em 1967 nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg mediante a inspeção genital das atletas, que foram obrigadas a se apresentarem nuas diante de um grupo de ginecologistas (Silveira & Vaz, 2014). O teste visual causou fortes reações, em especial por parte das mulheres, que o

consideraram invasivo e humilhante. Ainda assim foram adotados nos Jogos Olímpicos do México 1968, juntamente com o teste cromossomal, cuja obrigatoriedade foi abolida nos Jogos Olímpicos de Sydney 2000. Ou seja, por oito edições os testes de feminilidade operaram na classificação dos corpos de quem rompia normas relacionadas à identidade e à orientação sexual, e também ao uso de *doping*, prática considerada ilegal a partir dos Jogos Olímpicos de 1968.

A tentativa de identificar fraudes nas quais homens disfarçados de mulheres disputassem provas com outras mulheres originou o escrutínio dos corpos femininos. Interessa pensar que tal precaução resulta do registro de apenas um caso: nos Jogos Olímpicos de Berlim 1936, Herman Ratjen (Dora)⁹ competiu com mulheres na prova de salto em altura obtendo o quarto lugar (Fausto-Sterling, 2002). Ou seja, o fato de ser homem não garantiu uma *performance* extraordinária e vantajosa que justificasse a inclusão de estratégias regulatórias desse porte.

Nesse sentido, é importante lembrar que a abolição da obrigatoriedade desses testes não resultou na extinção da política de verificação de gênero. Ela ainda se faz presente e pode ser acionada sempre que houver alguma incerteza sobre o sexo de uma atleta. E, uma vez comprovada alguma “anomalia”, isto é, alguma alteração no teste de feminilidade, o Comitê Olímpico Internacional indica duas opções: cirurgia ou tratamento hormonal para reduzir os índices de testosterona no corpo. Feitas as correções necessárias, poderá voltar a competir, visto que está cientificamente certificada como sendo mesmo uma mulher.

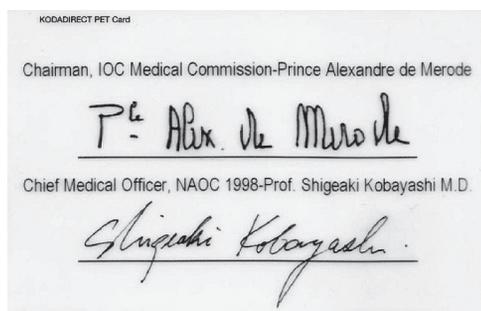
Ao analisar os testes de feminilidade aplicados durante os Jogos Olímpicos do México, Lessa e Votre (2013) afirmam que:

“As mulheres expunham seus corpos nus a um comitê de ‘peritos’, que julgavam e certificavam se sua morfologia era compatível com a feminilidade. Como tal prática significava uma invasão, uma exposição pública dos corpos das atletas, e

7 Heteronormatividade é aqui entendida como “a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero” (Miskolci, 2012, p. 44).

8 Segundo o *site* oficial da Federação Internacional de Atletismo (IAAF), enquanto nas mulheres a taxa de testosterona é de aproximadamente 0,1 a 2,8 nmol/L, nos homens é acima de 10,5 nmol/L (Silveira, 2015).

9 Em 1957, Ratjen, um membro da Juventude Nazista, declarou publicamente que por três anos fora obrigado por esse coletivo a competir como se fosse mulher (Ljungqvist, 2000, p. 414).



Carteira de certificação de gênero.

Acervo do Centro de Memória do Esporte – ESEF/UFRGS

vinha ganhando críticas das entidades esportivas, o comitê resolveu então ‘modernizar’ os testes. A carteira rosa simbolizava feminilidade, a carteira era o passaporte das mulheres para o universo idílico de um feminino universal, naturalizado, e definido por uma equipe de peritos, composta de homens. [...] Por outro lado, esse teste mostra uma contradição: o esporte de alto nível requer, a cada dia, uma superação de *performance*, exigindo que as atletas sejam mais fortes, mais musculosas, mais rápidas. Ao mesmo tempo, essas mulheres precisam ser configuradas dentro dos padrões sociais heteronormativos, e com seu sexo comprovado cientificamente”.

A ordem discursiva que sustenta a legitimidade dos testes de feminilidade está ancorada na aceitação da linearidade e da harmonização entre corpo, sexo e gênero, invisibilizando a existência de outros matizes. As atletas sujeitas à certificação assim o são porque desarmonizam a ordem binária dos sexos e desconstruem representações historicamente produzidas cujos efeitos normalizam¹⁰ os corpos, seus gêneros e suas sexualidades, colocando em tensão aquilo que o saber médico

nomeia como normal (Grespan & Goellner, 2014). Razão pela qual espetacularizam outra *performance*: a de comprovarem a veracidade de seu sexo, passaporte necessário para não serem banidas das arenas esportivas.

Em se tratando de generificação dos corpos performantes nos Jogos Olímpicos, há que se referenciar ainda outra questão: a dúvida que paira sobre o exercício da sexualidade das atletas dissonantes, visto que um corpo ou uma *performance* considerada masculina/viril implica também suposições sobre sua orientação sexual. Afinal, se a aparência e a potência de seu corpo não se coadunam com aquilo que é reconhecido como próprio do feminino no singular – que pressupõe a heterossexualidade compulsória¹¹ –, não é de estranhar que a tais mulheres sejam atreladas representações que considerem “sujeitos de sexualidades desviantes – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags*” (Louro, 2004, pp. 7-8).

Assim, a generificação do esporte envolve condições desiguais para homens e para mulheres, seja para ascender, seja para permanecer nesse espaço. Além das assimetrias aqui mencionadas e que são originárias de representações historicamente construídas, existem outras que merecem maior atenção e cuidado, tais como: os assédios sexual e moral e a violência sexual presentes em clubes, federações e outras instituições esportivas; o pouco reconhecimento à diversidade sexual; a erotização no modo de se referir às atle-

10 “Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica com parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é ‘natural’, desejável e única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais” (Silva, 2009, p. 83).

11 Adrienne Rich (1980) chamou de “heterossexualidade compulsória – a ordem dominante pela qual os homens e as mulheres se veem solicitados ou forçados a ser heterossexuais” (apud Salih, 2012, p. 71).

tas, destacando seus atributos físicos e estéticos (ou a ausência deles) e não seus méritos esportivos; a subvalorização do esporte como sua principal ocupação profissional; a diferenciação entre salários e premiações; a pouca visibilidade que as atletas têm nos mais diferentes artefatos midiáticos; a sub-representação de seu protagonismo; e a pouca participação em cargos técnicos e de gestão. Tais desigualdades invocam representações que as naturalizam e, em grande medida, a partir da diferenciação sexual dos corpos. Tal estratégia revela o caráter perverso da generificação, cujas bases encontram ancoragem no determinismo biológico e na sobrevivência de práticas e discursos que afirmam serem fatos científicos os pre-

conceitos sociais. Segundo Stephan Gould (1999, p. 13), “poucas tragédias podem ser maiores que a atrofia da vida; poucas injustiças podem ser mais profundas do que ser privado da oportunidade de competir, ou mesmo de ter esperança, por causa da imposição de um limite externo, mas que tenta se fazer passar por interno”.

Enfim, que os vindouros Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro promovam situações nas quais a equidade de gênero seja vivenciada, debatida e fortalecida, pois, em que pesem as conquistas das mulheres no esporte, há ainda muitos desafios a enfrentar para que seus corpos performantes possam participar desse espetáculo com mais igualdade, autonomia e liberdade.

BIBLIOGRAFIA

- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- COUBERTIN, P. “As Mulheres e os Esportes”, in *Revista Educação Physica*, v. 21. Rio de Janeiro, 1938, p. 60.
- DEVIDE, Fabiano P. *Gênero e Mulheres no Esporte. História das Mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos*. Ijuí, Unijui, 2005.
- FAUSTO-STERLING, Anne. “Dualismos em Duelo”, in *Cadernos Pagu*, v. 17-8. Campinas, 2001-2002, pp. 9-79.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- GOELLNER, S. V. “O Esporte e a Cultura Fitness como Espaços de Generificação dos Corpos”, in *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*. Recife, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007, pp. 1-9.
- GOULD, Stephen J. *A Falsa Medida do Homem*. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1999.
- GRESPLAN, Carla L.; GOELLNER, Silvana V. “Fallon Fox: Um Corpo Queer no Octógono”, in *Movimento*, v. 20, n. 4. Porto Alegre, out.-dez./2014, pp. 1.265-82.
- HARGREAVES, Jennifer. *Sporting Females: Critical Issue in the History and Sociology of Women’s Sports*. London, Routledge, 2002.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud*. Rio de Janeiro, Relume, 2001.
- LESSA, Patrícia; VOTRE, Sebastião. “Carteira Rosa: A Tecnofabricação dos Corpos Sexuados nos Testes de Feminilidade na Olimpíada de 1968”, in *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 35, n. 2. Porto Alegre, abr.-jun./2013, pp. 263-79.

- LOURO, Guacira Lopes. *Um Corpo Estranho: Ensaio sobre a Sexualidade e a Teoria Queer*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.
- LJUNGQVIST, Arne. "Gender Verification", in Allen Guttemann, Gertrud Pfister, Karen Christensen (eds.). *International Encyclopedia of Women and Sports*, v. 2. New York, Mcmillan, 2001, pp. 447-51.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: Um Aprendizado pelas Diferenças*. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.
- PFISTER, Gertrud. "Líderes Femininas em Organizações Esportivas – Tendências Mundiais", in *Movimento*, v. 9, n. 2. Porto Alegre, mai-ago/ 2003, pp. 11-35.
- SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. "A Produção Social da Identidade e da Diferença", in *Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Vozes, 2009, pp. 73-102.
- SILVEIRA, Viviane T. "Mulheres Atletas, Testoteronadas: A História de Dutee Chand e Tantas Outras", in *Labrys: Estudos Feministas*, n. 28, 2015, pp. 1-6.
- SILVEIRA, Viviane T.; VAZ, Alexandre F. "Doping e Controle de Feminilidade no Esporte", in *Cadernos Pagu*, v. 42, jan.-jun./2014, pp. 447-75.
- SILVESTRIN, Julia Mara Pegoraro. *Perform(atividade) na Escola: Reflexões sobre Gênero na Educação Física*. Dissertação de mestrado em Educação Física. Florianópolis, Centro de Desporto da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- THARDIÉRE, M. "Mães Fortes Fazem Filhos Fortes", in *Revista Educação Physica*, v. 39. Rio de Janeiro, 1940, p. 60.



Primeiros ventos olímpicos em terras tupiniquins

Victor Andrade de Melo

Fabio de Faria Peres

resumo

Este artigo objetiva discutir as primeiras vinculações estabelecidas com os Jogos Olímpicos no Brasil. Inicialmente, analisamos os diversos usos do termo no Rio de Janeiro do século XIX. Posteriormente, debatemos as mudanças ocasionadas em função da maior participação de atletas brasileiros em contendas internacionais, inclusive em virtude da conquista das pioneiras medalhas olímpicas. Por fim, nos debruçamos sobre a promoção de uma importante competição no país (1922), procurando extrair breves reflexões sobre a organização desses eventos.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos; nação; história do esporte.

abstract

This article aims to discuss the first connections with the Olympic Games in Brazil. First, it analyzes the varied uses of the term in Rio de Janeiro during the nineteenth century. Then, it examines the changes brought about by the increasing participation of Brazilian athletes in international competitions, and also by the capture of the first Olympic medals. Finally, it analyzes an important competition held in the country in 1922, trying to draw some reflections on the promotion of those events.

Keywords: Olympic Games; nation; sport history.

Depois de uma série de iniciativas – boa parte delas marcadas por certa tensão –, inclusive a realização de um importante congresso, em 1894, e a criação do Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1895, finalmente o barão Pierre de Coubertin conseguiu, em 1896, dar o primeiro passo de um projeto que vinha consolidando há alguns anos: promover com regularidade um evento esportivo que envolvesse o maior número possível de países, organizado a exemplo do que os gregos fizeram durante séculos na Antiguidade. Tal vinculação com o passado se explicitou, entre outros, no título da competição – Jogos Olímpicos – e no local da pioneira edição – Atenas.

Eram múltiplas as intencionalidades e inspirações do francês. Integrante de um grupo de lideranças que demonstrava preocupação e perplexidade com o que ocorria em certas cidades naquele *fin de siècle* e envolvido com iniciativas educacionais, inspirado no caso inglês, Coubertin passou a defender que o esporte era uma poderosa ferramenta para intervir na formação da juventude, uma estratégia para disciplinar e forjar corpos fortes e saudáveis, necessários para reverter os problemas sociais que se apresentavam, a fim de dar continuidade ao progresso (Weber, 1988). Vale lembrar que, na Grã-Bretanha, a influência da Grécia Antiga já se fazia sentir em vários

âmbitos (Cantarella, 1996), inclusive no que tange ao desenvolvimento esportivo.

Coubertin fez uma “interpretação” da Antiguidade Clássica, uma leitura que acabou por inventar novas tradições (Melo & Peres, 2007). Coerente com o ecletismo que caracterizava sua visão de mundo (Brown, 1996) e dialogando com os internacionalismos comuns no momento (Hoberman, 1995), concebeu os jogos como uma forma de celebrar a paz, devendo inclusive ser realizados por cidades, não por países.

Ainda assim não conseguiu fugir da nova organização política que paulatinamente se tornava preponderante, o Estado-Nação. Dependia das contribuições dos países para promover os eventos, para envio de delegações, para legitimar a proposta.

Coubertin rapidamente percebeu que precisava “conquistar” o maior número de países, inclusive de outros continentes que não o europeu, especialmente da América. Vale lembrar que a terceira edição dos Jogos Olímpicos foi realizada em Saint Louis (Estados Unidos), em 1904. As dificuldades encontradas nesse evento, que na verdade integrou

VICTOR ANDRADE DE MELO é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer.

FABIO DE FARIA PERES é bolsista de pós-doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer.

a programação de uma Exposição Internacional, apresentaram ao líder francês novos desafios para a execução de sua proposta.

De toda maneira, em maior ou menor grau, notícias do movimento foram se espalhando por diversas nações, chegando inclusive ao Brasil. Vejamos como em terras tupiniquins sopraram os primeiros ventos olímpicos.

PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES¹

“Grécia. Os Jogos Olímpicos. Atenas. Começaram aqui os tradicionais Jogos Olímpicos, que despertam, como de costume, o maior interesse.”²

Há cerca de 120 anos, o *Jornal do Brasil* assim anunciou o início da primeira edição dos Jogos Olímpicos. A pequena nota não ia muito além disso, informando apenas que a família real (supostamente da Grécia) esteve presente na cerimônia de abertura e que foi considerável o número de estrangeiros que afluíram à “festa”³. Até o final dos jogos, foi similar o enfoque da imprensa fluminense – breves informes sobre o desenvolvimento do evento e citações a alguns atletas vitoriosos. Todavia, cerca de 15 dias após o encerramento, dois jornais publicaram uma matéria maior (o conteúdo era praticamente o mesmo), já estabelecendo uma associação entre esporte, nação e a ideia de internacionalismo⁴. Ainda que não fossem extensas e em grande número, percebe-se um tom celebratório nessas notícias.

O pouco destaque dado aos Jogos Olímpicos não significava que o termo fosse estranho aos leitores do Rio de Janeiro do século XIX. Diversos eram os seus usos – ora mais, ora menos abstratos e metafóricos. Na esfera política, por exemplo, em geral eram empregados com conotações que se re-

feriam a grandes feitos, frutos de alguma façanha, pleito ou disputa. O próprio processo que culminou na independência do Brasil foi caracterizado mais de uma vez como a “nossa Grande Olimpíada”⁵, o que não era nada banal tendo em conta que se tratava de uma jovem nação que buscava construir tradições e sentimentos comuns.

Outro campo que fazia alusão aos Jogos Olímpicos era decorrente da interseção entre medicina, educação e educação física. Nesse caso, o uso do termo se relacionava aos possíveis benefícios dos exercícios, notadamente da ginástica. O sentido mobilizado não se restringia ao corpo *tout court*, tampouco era esvaziado de uma dimensão política. Em geral, estava associado a projetos para o sistema educacional nacional (não exclusivamente escolar).

Em maior ou menor grau, tal olhar advinha de uma concepção de educação física que preconizava a articulação entre os domínios corporais, morais e intelectuais. Tratava-se de uma “utopia de educação integral” (Gondra, 2004), adequada à nação moderna e civilizada que se pretendia forjar (Melo & Peres, 2014).

A referência aos jogos ajudava a defender a legitimidade e a necessidade de institucionalização dos exercícios corporais ao dialogar com uma representação do modelo grego de educação, encarado como exemplo a ser seguido na busca da construção da ideia de harmonia, perfeição, saúde. Esse é o caso, por exemplo, do parecer da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, exarado, em 1832, pelo médico Luiz Vicente De-Simoni, a respeito de um texto que apresentava os benefícios da ginástica, de autoria de Guilherme Luiz Taube. No olhar do esculápio, os jogos eram um exemplo do bom uso das práticas corporais por parte dos gregos da Antiguidade. Essa interpretação, que articulava educação e saúde, tanto individual quanto social, tendo como pano de fundo a formação da nação, foi mobilizada mais de uma vez em seu parecer (Melo & Peres, 2014).

Vale destacar que, no final da década de 1830, passaram a circular, em alguns jornais da corte, matérias que defendiam a importância da ginástica e da educação física. As experiências da Grécia Antiga e dos Jogos Olímpicos eram

1 Uma pequena parte deste item foi publicada no *blog* “História(s) do Sport, uma iniciativa de difusão científica do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer”. Disponível em: <https://historiadoesporte.wordpress.com>.

2 *Jornal do Brasil*, 6-7/abr./1896, p. 1.

3 Antes de 1896, foi noticiada em *O Paiz* (5/ago./1894) a realização do Congresso Internacional de Paris, promovido para discutir as bases da organização dos Jogos Olímpicos.

4 *Jornal do Brasil*, 2/mai./1896; *O Apostolo*, 10/mai./1896. O relato mais detalhado foi publicado na *Gazeta de Petrópolis* (20/mai./1896).

5 *Diário da Câmara dos Senadores do Império do Brasil*, sessão do dia 17/jul./1826, p. 440.

esgrimidas como inspirações a serem seguidas (Melo & Peres, 2014). Os principais responsáveis pela difusão do termo no Rio de Janeiro, contudo, foram os espetáculos de ginástica e acrobacia que, a partir da década de 1820, se tornaram usuais em teatros e circos da cidade. Companhias como a do Circo Olímpico, entre tantas outras, exibiam uma atração denominada “jogos olímpicos”, qualificação de um tipo específico de apresentação.



Ironia política tendo como mote o circo olímpico.
Fonte: *Semana Ilustrada*, 28/12/1862

A sedução e o encanto que tais ocasiões despertavam no público, ainda que não fossem suficientes para converter a plateia em praticantes, eram indícios de que se gestava uma nova sensibilidade ligada a certas habilidades corporais (como força, vigor, equilíbrio, energia). As referências aos jogos, nesse âmbito, estavam ligadas a um processo em que essas propriedades passavam a estar em primeiro plano e à construção de uma estética pautada no ímpeto muscular e na robustez.

Essa concepção também estava presente em outro campo que, a partir da segunda metade do século XIX, se configurou na cidade: o esporte. Nesse âmbito, contudo, o uso do termo da mesma forma dialogou com as conotações elaboradas a partir da articulação entre saúde e educação física, mesmo que as duas esferas (projetos educacionais e espetáculos circenses), ao menos nos discursos,

não fossem próximas e muito menos harmônicas entre si (Melo & Peres, 2015). Um exemplo é o Clube Olímpico Guanabareense, fundado em 1883, que promovia eventos dedicados às corridas a pé, além de ser um dos primeiros do país a organizar competições de bicicletas (Schetino, 2008).

A despeito de tanta veiculação do termo “jogos olímpicos”, os eventos realizados em Atenas (1896) e em Paris (1900) para a sociedade carioca não passaram de uma referência distante. Não era fortuita, portanto, a desconfiança (e mesmo certa resistência) de alguns cronistas da época aos discursos que cercavam tais ocasiões⁶.

De fato, as lideranças do COI tiveram que, como diria Bourdieu (1983), “lutar” pela “imposição da definição legítima” do que conceberam e esperavam ver prosperar. No Brasil, como em outros países, demoraria algum tempo para isso ocorrer⁷.

PRIMEIRAS MEDALHAS

Na primeira década do século XX, o uso do termo “jogos olímpicos” continuou bastante difuso. Permaneciam, de maneira mais tênue, as conotações originárias da política e da interseção entre educação física e saúde, bem como dos espetáculos circenses. A diferença é que se tornou perceptível uma maior prevalência da associação às práticas esportivas.

Tal preponderância sentia-se até em empreendimentos urbanos. Uma proposta de melhoramentos do Campo de São Cristóvão previu a construção de arquibancadas em torno do oval destinado aos Jogos Olímpicos⁸. Um projeto para a construção de uma Vila Pênsil no Morro de Santo Antônio também contemplou um espaço semelhante⁹.

Essa mudança de enfoque, ao contrário do que se pode imaginar, estava relacionada menos com os Jogos Olímpicos quadrienais organizados pelo COI do que com outros eventos igualmente

6 *Jornal do Brasil*, 8/abr./1896; *Gazeta de Notícias*, 17/mar./1895.

7 Gostaríamos de registrar que Fausto Amaro vem desenvolvendo uma tese de doutorado sobre a repercussão dos Jogos Olímpicos na imprensa carioca. Ver Amaro & Helal, 2015.

8 *O Paiz*, 9/out./1908; *Jornal do Brasil*, 26/jan./1909.

9 *O Paiz*, 21/set./1909.

esportivos. Receberam mais atenção da imprensa, as competições realizadas em Atenas (1906) e Montevideu (1907) do que as de Paris (1900) e Saint Louis (1904)¹⁰. O *Correio da Manhã* teve mesmo um correspondente na Grécia. Publicou, inclusive, fotografias do evento¹¹ (algo feito também por *O Paiz*¹²).

No caso da contenda uruguaia, houve especial interesse em função da participação de atletas brasileiros, supostamente a primeira vez que o país “se representou ao estrangeiro em festas esportivas”¹³.

Foram destacados os *sportmen* nacionais que tiveram êxito em demonstrar “o valor atlético” da nação. Abrahão Saliture (do Club de Natação e Regatas, do Rio de Janeiro) venceu duas provas de natação. Ernesto Corri, Octavio Glovini e Salvador Pastore (do Club Esperia, de São Paulo) foram vitoriosos em páreos de remo. Hermann Friese (do Club Germania, de São Paulo) chegou a ser especialmente reconhecido por quebrar um recorde.

O mesmo se observou em outros eventos esportivos na América do Sul realizados no Congresso Científico Pan-Americano de Santiago (1908), nas festas comemorativas da independência do Paraguai (1909) e na comemoração do centenário da República Argentina (1910). O aumento da participação de atletas brasileiros em competições internacionais gerou novas expectativas, bem como mobilizou de forma mais intensa discursos sobre a nação ao redor da prática.

O primeiro brasileiro a lograr maior destaque no movimento olímpico internacional foi Santos Dumont, que, em 1905, recebeu o diploma de mérito por seus feitos e recordes no âmbito da aviação. Isso, contudo, não trouxe impactos significativos na divulgação dos jogos no Brasil (Neto-Wacker & Wacker, 2012).

O Comitê Olímpico Brasileiro somente foi fundado em 1914. Ainda assim, em função de problemas diversos, se tornou efetivamente ativo apenas em 1935, graças à ação de importantes personagens da sociedade brasileira, tais como Raul do Rio Branco, Arnaldo Guinle, José Ferreira dos Santos e Antônio Prado Júnior (todos, em diferentes momentos, representantes do Brasil no COI) (COB, 2015).

A primeira delegação brasileira a participar dos Jogos Olímpicos (na edição de 1920, Antuérpia) foi enviada pela Confederação Brasileira de Desportos. Contou com a participação de atletas de tiro, natação, salto ornamental, remo e polo aquático. Além das dificuldades de organização e deslocamento, poucos eram os conhecimentos acerca da filosofia e estruturação do Movimento Olímpico. Há que se considerar que, mesmo que o esporte já fosse popular e estivesse se consolidando desde o século XIX, ainda imperava uma certa precariedade no campo, além de persistirem conflitos entre as lideranças.

Os quatro esportes náuticos/aquáticos já estavam mais bem estruturados em função da ação da Federação Brasileira de Sociedades de Remo, uma das pioneiras do país, fundada em 1903, cujas origens remontam ao século XIX (era de certa forma continuidade da União de Regatas Fluminense e do Conselho Superior de Regatas) (Melo, 2001). O destaque, todavia, foi mesmo a participação da delegação de tiro, que conquistou uma medalha de ouro (Guilherme Paraense, no revólver), uma de prata (Afrânio Costa, na pistola) e uma de bronze (pistola por equipe, integrada também por Sebastião Wolf, Dario Barbosa e Fernando Soledade).

O tiro esportivo já estava também mais bem organizado em função da criação do Tiro Nacional, instituição dedicada a promover instruções dessa prática, prioritariamente para militares, mas também para civis. A ideia tinha relação com as necessidades das Forças Armadas, se coadunando com os movimentos de modernização do país, bem como com as preocupações com a defesa nacional.

O primeiro núcleo do Tiro Nacional foi inaugurado em 1899, já promovendo competições da modalidade. A Confederação do Tiro Brasileiro, fundada em 1906, foi inicialmente vinculada ao Ministério da Guerra. Da mesma forma, é relevante registrar a criação, em 1917, do Estande Nacio-

10 Os Jogos de Londres 1908, em comparação com os anteriores, tiveram uma maior cobertura: três matérias antes de seu início (*O Paiz*, 4/jan./1907; *Revista da Semana*, 14/abr./1907; *Correio da Manhã*, 16/abr./1907), duas no decorrer do evento (*Jornal do Brasil*, 17/jul./1908; *Revista da Semana*, 23/ago./1908) e uma ao término (*Jornal do Brasil*, 7/set./1908).

11 *Correio da Manhã*, 17/jun./1906 (suplemento ilustrado); *Correio da Manhã*, 3/jun./1906 (suplemento ilustrado); *Correio da Manhã*, 24/jun./1906 (suplemento ilustrado).

12 *O Paiz*, 10/jun./1906, p. 9.

13 *Gazeta de Notícias*, 27-28/fev./1907, p. 2.



Desembarque de Guilherme Paraense, campeão mundial de revólver, e de Afrânio Costa, segundo lugar na prova de pistola, de volta dos Jogos de Antuérpia.
Fonte: *O Malho*, 6/11/1920

nal de Tiro, exatamente no bairro do Rio de Janeiro no qual se localizavam importantes quartéis, a Vila Militar. O esporte se cruzava com a trajetória de uma importante instituição do país, o Exército.

Os cronistas narraram com euforia as conquistas dos atiradores brasileiros. Para um deles, um dos seus maiores méritos foi “tão alto souberam colocar o nome do Brasil”¹⁴. Segundo seu olhar, a sensacional *performance* teria surpreendido a todos, já que a equipe nacional era pouco conhecida e dispunha de poucos recursos. Ter-se-ia mesmo desencadeado uma onda de curiosidade acerca de nosso país. Ao final, arremata: “Honra ao Brasil”.

Para ele, os bons resultados eram uma prova de que, além de o país levar a sério a instrução militar, o brasileiro enfrentava com garbo suas dificuldades, exibindo virtudes como “firmeza, acuidade e resistência orgânicas”, o que lhe permitia superar “com vantagem o confronto com os povos mais fortes do mundo”¹⁵.

O empolgado cronista não tinha dúvidas de que as conquistas de Antuérpia valeram “mais para o conhecimento do nome brasileiro e pro-

paganda do nosso país do que muitas e custosas representações diplomáticas”.

Guilherme Paraense e Afrânio Costa foram alçados ao patamar de heróis nacionais. No seu retorno ao país, foram recepcionados por autoridades e grande público, inclusive uma comissão da Liga Suburbana de Futebol, da qual o primeiro era presidente¹⁶. Muitas foram as condecorações e homenagens que receberam. Uma cerimônia promovida pela Liga de Defesa Nacional chegou a contar com a presença do presidente da República.

Os heróis-atiradores também foram agraciados com estímulos pecuniários. Epitácio Pessoa concedeu ao Ministério da Guerra (dirigido por João Pandiá Calogeras) 23:000\$000 para premiação da equipe de tiro, especialmente ao “1º tenente Guilherme Paraense, campeão mundial de revólver na Olimpíada de 1920” (Brasil, 1921).

Um desdobramento desses bons resultados foi gerar um primeiro momento de maior divulgação dos Jogos Olímpicos no Brasil, exponenciando uma motivação que já existia ao redor da participação nacional em competições internacionais. Os esportes e as representações da nação definitivamente foram relacionados às

14 *O Malho*, 14/ago./1920, p. 19.

15 *O Malho*, 14/ago./1920, p. 25.

16 *Sport Ilustrado*, 20/ago./1920, p. 18.



Charge celebrando a vitória dos atiradores brasileiros nos Jogos de Antuérpia 1920.
Fonte: *O Malho*, 14/8/1920

necessidades tanto de internamente consolidar a comunidade imaginada quanto de difundir no exterior uma boa imagem do país.

PRIMEIRO EVENTO

O ano foi dos mais agitados na história brasileira. Em 1922, foi fundado o Partido Comunista, a eleição presidencial foi marcada por muitos conflitos, surgiram os primeiros impulsos do tenentismo, foi realizada a Semana de Arte Moderna. As alianças que marcaram a Primeira República começavam a dar sinais de desgaste e a ser mais claramente contestadas.

Em meio a esse clima, o governo brasileiro – com algum atraso e atropelo – preparou uma série de atividades para celebrar o centenário da Independência. Mesmo com tamanha tensão – e até mesmo por isso –, teve como intuito projetar internacional e nacionalmente a ideia de que o Brasil era um país pacífico, ordeiro, unido e moderno (Motta, 1992).

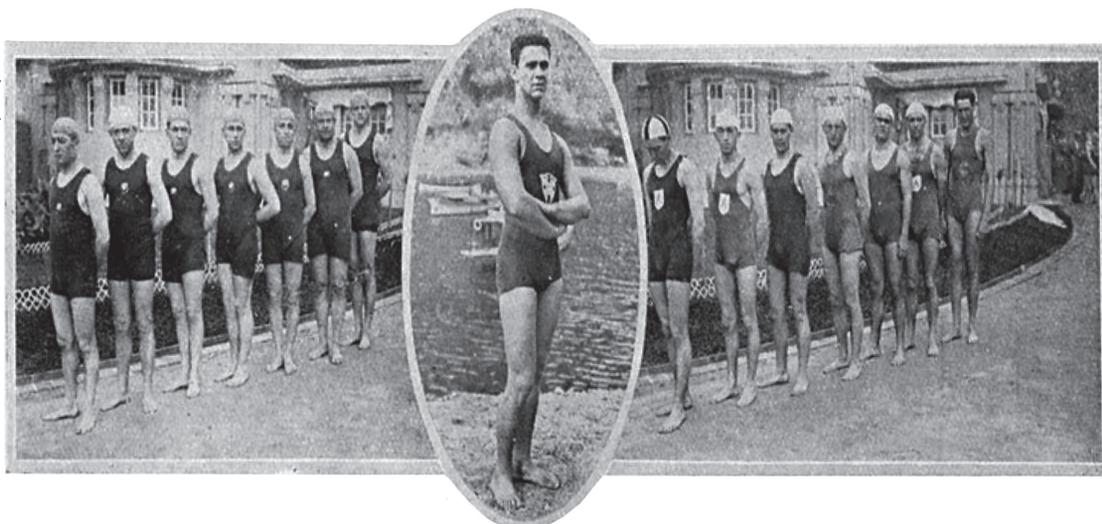
A principal atividade das celebrações foi uma expressão dessa intencionalidade: uma Exposição Internacional, um tipo de evento que, desde o século XIX, se tornara comum, concebido como estratégia de exaltação da ideia de

nação e de exibição de vinculação ao ideário moderno (Pesavento, 1997).

Não surpreende, assim, que parte das comemorações tenha se dado com a organização de eventos daquela prática que, desde o século XIX, vinha se constituindo e sendo apresentada como sinal de progresso: o esporte. As competições ocuparam um lugar de destaque nas celebrações de 1922, fartamente divulgadas pela imprensa e mobilizadas em discursos que exaltavam uma nação para a qual se pretendia forjar uma identidade que apontasse para o que havia de mais “civilizado” (Santos, Drumond & Melo, 2012).

Foram promovidos três tipos de eventos esportivos: campeonatos internacionais de algumas modalidades – com destaque para o sul-americano de futebol –, jogos internacionais de militares e os jogos atléticos latino-americanos, também conhecidos como Jogos Olímpicos Latino-Americanos. Pela primeira vez se tornava plausível à população, que acompanhou com avidez todas as contendas (foram o maior sucesso de público das comemorações de 1922), poder acompanhar mais amiúde o que era proposto pelo Movimento Olímpico.

Não se deve, contudo, crer que foi um mar de rosas a relação entre o COI e os responsáveis pela organização do evento brasileiro. É fato, como vi-



Seleções chilena e argentina de polo aquático;
no centro, Jorge Mattos, campeão brasileiro de natação.

Fonte: *O Malho*, 23/9/1922

mos, que Coubertin estava atento à necessidade de espraiar mundialmente o olimpismo. Todavia, suspeitava da capacidade de o Brasil promover algo similar aos Jogos Olímpicos.

Coubertin foi convencido de tal possibilidade por Elwood Brown, dirigente da Associação Cristã de Moços, que, com o francês, já possuía uma aliança de difusão dos princípios esportivos (Torres, 2012)¹⁷. Brown também se empenhou em sugerir às autoridades brasileiras de que a iniciativa era plausível e seria um grande contributo tanto para o Movimento Olímpico quanto para a imagem internacional do país.

A despeito do entusiasmo de ambas as partes, os problemas foram muitos. Sentindo os efeitos de uma crise econômica, o governo brasileiro reduziu e demorou a passar recursos para a organização do evento. A inexperiência na promoção de competições desse porte foi mais um fator dificultador. Além disso, o tenso clima da política nacional, aliado aos problemas do campo esportivo, se fez refletir nos confrontos de interesses entre as lideranças envolvidas. Por pouco, os jogos não foram cancelados.

Ainda assim, os Jogos Latino-Americanos, realizados entre agosto e outubro, foram um sucesso, mesmo que não se possa afirmar que os

assistentes os tenham desfrutado, entendendo que faziam parte do Movimento Olímpico ou que tinham relação com certos princípios do olimpismo. O esporte já era apreciado por um grande público, que viu no evento mais uma forma de celebrar esse envolvimento.

Algumas instalações construídas para os jogos tornaram-se um patrimônio esportivo para a cidade. Todavia, nem sempre foram de uso amplo e irrestrito, além de terem custado mais do que deveriam em função dos atropelos na organização. Da mesma forma, os jogos foram, sim, importantes, a despeito dos problemas, para o Movimento Olímpico Internacional e sem dúvida trouxeram alguma projeção à imagem do país. Todavia, também deixaram claras as deficiências nacionais.

Eventos dessa natureza, de fato, são uma faca de dois gumes. Assim como a mobilização das imagens esportivas para os interesses da nação, a trajetória dos Jogos Olímpicos mostra que podem trazer contribuições, mas também ser nocivos às cidades nos quais são sediados. Há tensões que são recorrentes, especialmente aquelas ligadas aos investimentos necessários e ao modo de organização.

Pensando os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016, certamente devemos ter aprendido com a história de 1922 e com a experiência de outros países. Ou não?

17 Para mais informações, ver também: Santos & Melo (2012).

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, Fausto, HELAL, Ronaldo. "Circo, Teatro, Cinema e Esporte: Os Jogos Olímpicos na Mídia Impressa Carioca de 1890 a 1910", in *Líbero*, v. 18, n. 36. São Paulo, jul.-dez./2015, pp. 55-64.
- BOURDIEU, Pierre. "Como É Possível Ser Esportivo?", in *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, pp.136-63.
- BRASIL. Decreto n. 15160, de 7 de dezembro de 1921.
- BROWN, Douglas A. "Pierre de Coubertin's Olympic Exploration of Modernism, 1894-1914: Aesthetics, Ideology and the Spectacle", in *Research Quarterly for Exercise and Sport*, v. 67, n. 2, jun./1996, pp. 121-35.
- CANTARELLA, Eva. *El Peso de Roma en la Cultura Europea*. Madrid, Akal, 1996.
- COB. *Comitê Olímpico do Brasil 100 anos*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2015.
- GONDRA, José G. *Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2004.
- HOBERMAN, John. "Toward a Theory of Olympic Internationalism", in *Journal of Sport history*, v. 22, n. 1, 1995.
- MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. *Gymnastica no Tempo do Império*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2014.
- _____. "O Corpo da Nação: Posicionamentos Governamentais sobre a Educação Física no Brasil Monárquico", in *História, Ciências, Saúde*, v. 21, n. 4. Rio de Janeiro, dez./2014, pp. 1.131-49.
- _____. "Relações entre Ginástica e Saúde no Rio de Janeiro do Século XIX: Reflexões a partir do Colégio Abílio (1872-1888)". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, 2015 (no prelo).
- _____. *Cidade Sportiva: Primórdios do Esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Faperj, 2001.
- _____. "De Olímpia (776 a.C) a Atenas (1896) a Atenas (2004): Problematizando a Presença da Antiguidade Clássica nos Discursos Contemporâneos sobre o Esporte", in *Phoenix*, n. 13. Rio de Janeiro, 2007, pp. 350-76.
- MOTTA, Marly Silva da. *A Nação Faz Cem Anos: a Questão Nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro, Editora FGV/CPDOC, 1992.
- NETO-WACKER, Marcia De Francesci; WACKER, Christian. *O Brasil Torna-se Olímpico*. Manaus, CBAAt, 2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- SANTOS, João M. C. M.; MELO, Victor Andrade (orgs.). *1922: Comemorações Esportivas do Centenário*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2012.
- SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia dos; DRUMOND, Mauricio; MELO, Victor Andrade de. "Celebrando a Nação nos Gramados: o Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1922. *História: Questões & Debates*, n. 57. Curitiba, jul.-dez./2012, pp. 151-74.
- SCHETINO, André. *Pedalando na Modernidade: A Bicicleta e o Ciclismo na Transição dos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2008.
- TORRES, César. *Jogos Olímpicos Latino-Americanos: Rio de Janeiro – 1922*. Manaus, Confederação Brasileira de Atletismo, 2012.
- WEBER, Eugen. *França Fin-de-Siècle*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.



**Rio de Janeiro 2016:
a cidade em movimento**

Gilmar Mascarenhas

resumo

Para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, a cidade do Rio de Janeiro tem vivido um período de transformações materiais e simbólicas sem paralelo em seus 450 anos de história. Neste artigo, tentamos oferecer um panorama essencial do conjunto das transformações urbanas e argumentar sobre como tais intervenções correspondem a um modo de gestão urbana, que David Harvey (1996) identificou e sugeriu chamar de “empreendedorismo urbano”.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos de 2016; Rio de Janeiro; planejamento urbano.

abstract

In order to host the 2016 Olympic Games, Rio de Janeiro city has experienced an unprecedented period of symbolic and material transformations in its 450-year-long history. In this article we seek to offer an essential panorama of the urban changes, and to discuss how such interventions correspond to a specific type of urban governance, which David Harvey (1996) has identified and coined as urban entrepreneurialism.

Keywords: 2016 Olympic Games; Rio de Janeiro city; urban planning.

Nos últimos seis anos, a cidade do Rio de Janeiro viveu um período de transformações materiais e simbólicas aparentemente sem paralelo em seus 450 anos de história. A intensa mobilização de recursos financeiros provenientes das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) vem promovendo profundos e acelerados processos de reorganização do espaço urbano.

Recursos que chegaram em volumes que não se viam desde os anos 1960 e 1970, quando da tácita “compensação” federal pela perda da “capitalidade” da Cidade Maravilhosa. Naquela ocasião, a cidade concentrou a quase totalidade dos investimentos em projetos de cunho eminentemente rodoviarista (os grandes túneis Rebouças e Santa Bárbara, viadutos diversos, o Elevado da Perimetral, a Ponte Rio-Niterói, o Elevado Paulo de Frontin, etc., com abandono definitivo dos velhos bondes) e no extenso programa de remoção de favelas. Foram adiadas obras fundamentais como o Metrô, somente inaugurado em 1979 e com traçado muito modesto. No momento em que revive, em certa medida, a aura de capital (centro das atenções), a cidade reincide no anacrônico modelo rodoviarista, embora sem deixar de investir em modalidades sobre trilhos, com destaque para o VLT, e em ciclovias. E retoma, como outrora, o “fantasma das remoções”, nesta nova rodada de modernização capitalista da cidade.

Arriscamos afirmar que, na contramão das tendências em curso, isto é, do evidente processo de transição vivido atualmente no universo do movimento olímpico internacional, o Rio de Janeiro caminha para desenhar a última edição faustosa e megalômana da história recente dos Jogos Olímpicos de Verão. As edições futuras tendem a custar bem menos, pois serão favorecidas pela nova política do sistema olímpico, que visa a reduzir custos e impactos dos jogos e assim atenuar o evidente desgaste da imagem olímpica¹.

Explicamos nossa hipótese: temos presenciado uma série inédita de desistências de candidaturas olímpicas nos últimos anos (Oslo, Munique, Saint Moritz-Davos, Roma, Cracóvia, Graubündem, Lviv, Estocolmo e, mais recentemente, Boston,

¹ Paris anuncia para 2024 um projeto olímpico com orçamento equivalente à metade da edição carioca de 2016. Em julho de 2015, mediante contestação social intensa, o governo japonês decidiu pela revisão radical do projeto do estádio olímpico para os Jogos de 2020, reduzindo bastante seus custos. Imediatamente, o presidente do Comitê Olímpico do Japão, Yoshiro Mori, formalizou pedido de desculpas ao COI. Este, por sua vez, e já demonstrando o novo “espírito” de tentar amenizar a desgastada imagem do urbanismo olímpico, aceitou o pedido, afirmando: “We highly respect this gesture”, nas palavras de Thomas Bach (Reuters, 1 august, 2015).

GILMAR MASCARENHAS é professor associado do Instituto de Geografia da UERJ, líder do grupo de pesquisa Megaeventos Esportivos e Cidades, membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UERJ e pesquisador do CNPq.

Hamburgo, Baku e Toronto, para citar apenas algumas), impulsionadas, quase sempre, embora em níveis distintos, pela contestação da sociedade civil em relação aos gastos exorbitantes, somados aos impactos e legados questionáveis; diante dos fatos, o Comitê Olímpico Internacional percebeu a necessidade de promover alterações no modelo vigente. Nesse sentido, a 127ª sessão do COI, realizada em Mônaco, em dezembro de 2014, aprovou a Agenda 2020², que, embora muito timidamente, flexibiliza algumas das exigências e claramente sinaliza para possibilidades de redução dos custos do evento. E, mais recentemente, na Assembleia Geral do COI, realizada em agosto de 2015, na Malásia, ficou decidida a supressão das etapas eliminatórias no processo de eleição das cidades-sede olímpicas, o que entendemos como expressão direta da redução drástica do volume de candidaturas.

Em suma, o movimento olímpico percebe o desgaste de um determinado modo de produzir seus megaeventos, que se consolidou nas últimas três décadas. Os Jogos Olímpicos de Londres 2012 já apresentaram uma concepção relativamente distinta do padrão hegemônico, ao menos no que diz respeito ao baixo volume de remoções de moradores e na opção pelo investimento maciço em área periférica no contexto metropolitano londrino. Esse modelo de urbanismo olímpico, que julgamos em decadência, se caracteriza pela monumentalidade exacerbada e pelo excesso de exigências que vinham tornando extremamente dispendiosa cada edição da Olimpíada, bem como pelo modesto (quando não inexistente) grau de consulta popular sobre os projetos de candidatura.

Nesse sentido, os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016 podem sinalizar o apogeu de um modelo perdulário, autoritário, passível de produção de “elefantes brancos” (embora, a partir de 2013, os organizadores tenham redirecionado a orientação geral, passando a conceber a chamada “arquitetura nômade”: instalações como a Arena do Futuro, que será desmontada para gerar escolas em outros locais) e de exageradas remoções de moradores (por vezes violentas), em claro desrespeito (e violação)

aos direitos humanos. Ademais, poderá se tornar uma das edições mais contestadas e conflituosas da história olímpica. Tais elementos colocam os Jogos Olímpicos de 2016 numa posição relevante para todos aqueles dedicados ao estudo dos megaeventos esportivos e das novas tendências em curso.

O presente artigo busca oferecer um panorama essencial do conjunto das transformações urbanas, no âmbito do que denominamos “produção da cidade olímpica” no Rio de Janeiro. Tentaremos demonstrar que este processo se inicia muito antes de outubro de 2009, quando da escolha da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, remontando ao início da década de 1990. As argumentações aqui apresentadas são desdobramento e atualização de pesquisas e publicações anteriores (Mascarenhas, 2014, 2012, 2011, 2010 e outros).

Para traçar um panorama conciso, diante do amplo espectro de intervenções no espaço urbano (Bienenstein et al., 2012), nos deteremos nas duas áreas mais afetadas pela “produção da cidade olímpica”: a Barra da Tijuca (o “coração” dos Jogos Olímpicos) e a zona portuária. Muito mais que um relato do impactante processo de transformação material, pretendemos argumentar sobre como tais intervenções correspondem e traduzem um processo mais amplo de mudança no sentido da gestão urbana, no âmbito daquilo que David Harvey (1996) sugeriu chamar de “empreendedorismo urbano”. Um modo específico de gerir a cidade, pautado na aliança explícita com os grandes interesses privados ou, conforme Carlos Vainer (2000), na “democracia direta do capital”.

ANTECEDENTES DA CIDADE OLÍMPICA

Para entender o projeto olímpico carioca, devemos retroceder a 1992, quando foi firmado acordo de cooperação internacional (a Declaração Rio-Barcelona 1992) prevendo uma agenda de operações conjuntas, incluindo a elaboração de novas estratégias de desenvolvimento. A consultoria catalã, inspirada na conhecida retórica empreendedorista de Castells e Jordi Borja, se fez presente na elaboração da estratégia de reativar a economia urbana e promover a imagem da cidade a partir da realização de eventos globais, como as Olimpíadas.

E assim a cidade do Rio de Janeiro se candidatou aos Jogos Olímpicos de 2004. Naquele ano de

2 Disponível em: http://www.olympic.org/documents/olympic_agenda_2020/olympic_agenda_2020-20-20_recommendations-eng.pdf. Acesso em: março de 2015.

1996, a cidade encontrava-se sob a gestão de César Maia, prefeito eleito com base no discurso da ordem moralizante, da segurança pública e da retomada do crescimento econômico, receituário que, na mesma época, Neil Smith (1996) definiu como o da “cidade revanchista”, a partir da experiência de Nova York.

Em circunstâncias distintas das que geraram mais tarde o projeto de realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e seu desdobramento direto, os projetos olímpicos de 2012 e 2016, a elaboração do projeto de candidatura para 2004 baseou-se na perspectiva de intervenção urbanística pautada na redistribuição espacial de recursos e de equipamentos, para tornar a cidade menos perversa em sua geografia social. Naquela ocasião, contamos evidentemente com as recomendações catalãs, que nos trouxeram a perspectiva do “equilíbrio urbano”, ou seja, a preocupação com a distribuição espacial das instalações, e o princípio de priorizar o uso de terras públicas, para desonerar o evento³.

Perdeu-se, todavia, aquela disputa para Atenas, mas a cidade do Rio de Janeiro conquistou em 2002 o direito de enfim sediar um evento olímpico de menor porte: os Jogos Pan-Americanos de 2007. O que se nota é que o planejamento urbano que envolve este evento apresenta princípios bastante distintos daqueles que nortearam a candidatura anterior. Desta vez, sem qualquer canal de negociação com a sociedade civil e movida por um urbanismo *mercado-filo*, a gestão da cidade se orienta no sentido de atender aos diversos interesses empresariais, concentrando em área nobre (o entorno da Barra da Tijuca) a maior parte dos investimentos: a vila olímpica e boa parte das instalações esportivas.

O projeto olímpico 2016, em grande medida, reproduz esta perspectiva de cidade e de Jogos Olímpicos “espetaculares”. Governo local basea-

do em instâncias decisórias fugazes, com mínima transparência, de modo que a dimensão político-institucional se manteve basicamente a mesma que produziu o Pan 2007, à exceção de um detalhe fundamental: se fortaleceu a partir da inédita coalizão dos três níveis de governo (local, estadual e nacional). Esmagada pelo poderio de tal coalizão, a dimensão cidadã foi desvalorizada, mas se ergueu pela via da mobilização popular: através do Comitê Social do Pan (atuante de 2005 a 2009) e do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (de 2009 aos dias de hoje). A dimensão simbólica, por sua vez, manteve a concepção dominante já presente em 2007: o mito do grande evento capaz de salvar e alavancar a economia urbana, e o esporte como portador inequívoco de uma mensagem de saúde, regeneração, alegria, vigor e disciplina.

Com relação à dimensão físico-territorial, mantiveram-se o desprezo absoluto pela periferia metropolitana (ao contrário dos Jogos de Barcelona) e a concentração espacial das instalações no entorno da Barra da Tijuca. O projeto, todavia, sofreu alteração significativa mesmo após a confirmação da cidade como sede dos jogos: através de poderosa articulação entre o setor empresarial e órgãos governamentais, foi gerado um grande projeto de reforma da zona portuária da cidade. Como pretexto para empreender essas transformações, decidiu-se que ali seriam instaladas as vilas de mídia e de árbitros, conforme veremos a seguir.

O PORTO “MARAVILHA”

Para compreender a pesada e repentina investida do poder público e do grande capital sobre a zona portuária carioca é preciso retroceder historicamente. Na primeira década do século XX, a cidade construiu seu moderno porto, aterrando todo o entrecortado trecho litorâneo preexistente, repleto de colinas e pequenas praias, criando um retilíneo corredor de quatro quilômetros de extensão. Em 1940, a abertura da Avenida Presidente Vargas contribuiu para isolar a zona em relação ao centro da cidade, que já se verticalizava, gerando um contraste paisagístico entre este e a zona portuária, com seu casario colonial, velhas igrejas e atividade econômica pautada em pequenas unidades remanescentes do primeiro surto industrial carioca e na labuta braçal da estiva.

3 Pelo projeto, a então abandonada Ilha do Fundão teria adquirido um aproveitamento intensivo de seus vastos espaços, tornando-se privilegiada concentração de equipamentos esportivo-recreativos. Nela seriam construídos a vila olímpica e grande número de instalações esportivas. Vale ressaltar que tal infraestrutura estaria ao alcance de segmentos sociais de baixa renda, que habitam o entorno imediato da ilha, medida salutar em face da crônica carência de opções de lazer para os habitantes da zona norte da cidade, que não desfrutou historicamente dos caudalosos investimentos públicos da zona sul, nem apresenta a morfologia moderna e descompactada da zona oeste, para onde se dirigem atualmente muitas das iniciativas no setor de lazer.

Considerada zona obsoleta desde o início do processo de modernização técnica (*containerização*) e preenchida em grande parte por galpões abandonados e habitações de baixa renda, a zona portuária há muito vinha despertando a cobiça empresarial, interessada em modelos e experiências internacionais considerados bem-sucedidos em reforma/requalificação/revitalização/renovação (terminologia desprovida de conteúdo crítico) das áreas portuárias (Baltimore, Canary Wharf, em Londres, Puerto Madero, em Buenos Aires, e tantas outras) (Massey, 2007).

E, assim, o Rio de Janeiro, aproveitando a febril conjuntura “olímpica”, propõe a retomada do contato da cidade com a orla, com sofisticação e monumentalidades, sob a denominação de projeto Porto Maravilha. Sem abrir efetivos canais de diálogo com a população residente ou com entidades da sociedade civil carioca, o projeto constitui um gigantesco pacote de intervenções.

Vale registrar que a zona portuária não constava originalmente na candidatura olímpica. Somente 50 dias após a cidade ter sido eleita pelo COI (o que aconteceu em 2 de outubro de 2009), foi aprovada a Lei Complementar 101, seguida imediatamente de outras iniciativas (leis 102, 103, etc.), que tratam da criação da operação urbana Porto Maravilha. Na retórica do empreendedorismo urbano, aplica-se amiúde a expressão “janelas de oportunidade” para grandes negócios. De fato, os Jogos Olímpicos propiciaram ao grande capital um contexto único para adentrar a zona portuária, contando com amplos recursos públicos, flexibilização dos marcos legais e facilidades de investimento, num megaprojeto urbanístico legitimado pelas estratégias discursivas associadas aos megaeventos esportivos.

Assim, o comitê organizador Rio 2016 decidiu imediatamente inserir a vila de mídia e a vila de árbitros na zona portuária, numa atitude que, avaliamos, buscava essencialmente reforçar e legitimar o grande projeto político capitaneado pela gestão municipal, mais do que efetivamente julgar tal medida como adequada à logística dos jogos, considerando-se a enorme distância física entre este e o local central do evento, o parque olímpico na Barra da Tijuca. A favor dessa hipótese, temos o ato de desistência desse projeto mais tarde, em 2013, transferindo as referidas vilas para local vizinho ao parque olímpico (Broudehoux & Sánchez, 2015). Portanto,

no que tange às suas relações com o projeto Rio 2016, a zona portuária abrigará apenas o “Boulevard Olímpico”, espaço público “gastronômico” com telões (para exibir provas) e *shows* musicais. Ou seja, a condição de “cidade olímpica” (bem como certas decisões posteriormente abandonadas) contribuiu para produzir uma conjuntura especificamente favorável a grandes empreendimentos, tais como o projeto Porto Maravilha.

Nesse processo avassalador, a remoção de moradores adquire tons dramáticos, sobretudo no Morro da Providência. Para além da zona portuária, amplos espaços da cidade têm sido alvo de intervenções, com índices inéditos de desapropriações e remoções, especialmente para a construção de corredores viários, razão pela qual trataremos doravante da Barra da Tijuca.

A BARRA DA TIJUCA, “CORAÇÃO” DOS JOGOS E ALMA DO NEGÓCIO

Conforme frisamos anteriormente, foi pensado em 1996 um projeto de Olimpíada que teria na zona norte do Rio de Janeiro (área vizinha às maiores favelas da cidade, os complexos do Alemão e da Maré) seu *cluster* principal. E bem sabemos que a cidade apresenta diversas outras áreas passíveis de acomodar grandes projetos urbanos. Todavia, a consolidação da via neoliberal de gestão urbana propiciou maior articulação com grandes interesses privados, de modo que os projetos seguintes elegeram a Barra da Tijuca, principal eixo de expansão imobiliária de médio e de alto padrão do Rio de Janeiro, como espaço preferencial para acolher os Jogos Olímpicos.

Tal opção, além de acelerar o avanço do setor imobiliário e de toda uma concepção urbanística já superada, baseada no automóvel particular, favoreceu grandes agentes privados atuantes no local e promoveu intensa degradação ambiental, com destaque para o campo de golfe⁴. Para além de todos esses

4 A despeito de ampla contestação de ativistas, o campo de golfe olímpico está construído em área de proteção ambiental, a Reserva de Marapendi. O projeto envolve interesses privados no setor imobiliário, com a construção de gigantesco empreendimento favorecido por alteração das normas urbanísticas no local.

impactos, outros agravantes se colocam nesse processo. Por um lado, a política de transporte intrametropolitano, considerada pelo discurso oficial como um dos principais legados dos jogos, concentrou todo o planejamento em torno da Barra da Tijuca como suposta “nova centralidade” da cidade. Três grandes vias urbanas foram criadas, todas dotadas de faixa exclusiva para “corredores” de ônibus (os chamados BRTs: *bus rapid transit*), o que a princípio corresponderia a demandas sociais de transporte público de maior velocidade. Todavia, além da persistência no modelo rodoviário (poluente e de baixa eficácia em termos quantitativos), todas as três vias partem da Barra da Tijuca, como se esse bairro tivesse, subitamente, se transformado no novo centro da cidade. Somente muito mais tarde, no final de 2014, após severas críticas por parte de especialistas e de movimentos sociais, o poder público reconheceu que o principal fluxo cotidiano de deslocamento de trabalhadores não havia sido contemplado, decidindo pela construção de um quarto “corredor”, o da Avenida Brasil, denominado TransBrasil.

Também o sistema de transporte sobre trilhos, o Metrô do Rio de Janeiro, foi gravemente afetado pela eleição da Barra da Tijuca como “coração” dos jogos. O Metrô da cidade, reconhecidamente de alcance deveras limitado, há muito carecia de investimentos para expansão, através de novas linhas previstas muito antes da candidatura olímpica. Com o advento dos jogos, o poder público decidiu alterar o projeto anterior, de forma a expandir o sistema unicamente até a Barra da Tijuca, ignorando necessidades de tantos outros bairros (sobretudo em espaços periféricos) e aspectos técnicos fundamentais: a invenção de uma linha contínua (prolongamento da Linha 1), de longa extensão, desde o centro da cidade até a Barra da Tijuca, sem conexões que permitam desafogo, vai certamente gerar problemas crônicos de superlotação.

O movimento popular “O Metrô que o Rio Precisa” produziu uma crítica bem documentada a esse projeto que subordina todo um traçado de linhas de transporte a um único megaevento. Também o Clube de Engenharia se pronunciou diversas vezes, denunciando a inviabilidade técnica do projeto, mas o governo estadual seguiu adiante, comprometido com acordos que privilegiam determinados interesses em detrimento do bem-estar da maioria da população.

Outro impacto de alta visibilidade da escolha da Barra da Tijuca como epicentro dos Jogos Olímpicos recaiu sobre diversas comunidades e ocupações no entorno, com destaque para a antiga comunidade residente: a Vila Autódromo. Como decorrência de um claro projeto de valorização imobiliária calcada na remoção de comunidades carentes, o poder público decidiu pela extinção da comunidade Vila Autódromo, sem qualquer alegação razoável, pois sua presença não afetaria o pleno funcionamento das obras, tampouco a realização da Olimpíada. O próprio COI jamais objetou a presença da comunidade, assim como a Fifa não exigiu a retirada dos ocupantes da Aldeia Maracanã. O que não impediu o acionamento de forças militares para garantir uma concepção elitista de cidade e de megaevento.

A comunidade, todavia, demonstrou grande capacidade de mobilização e resistência à remoção, o que sensibilizou uma rede de intelectuais comprometidos com a causa, resultando na elaboração conjunta do Plano Popular da Vila Autódromo, em 2013. Não obstante toda a mobilização e seu alcance internacional, o poder público persistiu em sua investida, promovendo a remoção física de quase toda a população, restando, quando terminávamos o presente artigo, uma minoria de resistentes moradores (menos de um quinto dos 2.500 habitantes originais).

CONCLUSÕES

“Elitização” pode ser considerada uma palavra-chave para definir a experiência carioca na produção da cidade olímpica. Ou, como afirmam os estudiosos do Observatório das Metrópoles (Santos Jr. et al., 2015, p. 13), estamos vivenciando um novo ciclo de mercantilização da cidade, traduzido na incorporação de novas áreas e setores da cidade aos circuitos de acumulação capitalista. As UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), instaladas em diversas favelas, muito mais que a prometida segurança, trouxeram às comunidades a vivência de novos processos de valorização imobiliária e inserção forçada no circuito formal da economia.

Dentre os mais de 70 mil indivíduos removidos no processo de construção da cidade olímpica, a Vila Autódromo representa um porcentual ínfimo, porém de elevado teor simbólico, seja pela repercussão, seja pela intensa mobilização popu-

lar, seja pelo fato de não haver nenhuma alegação técnica razoável para sua remoção. O principal motor do processo, senão o único, foi o favorecimento de determinados interesses privados na valorização imobiliária do entorno.

Conforme arriscamos supor na introdução deste artigo, essa pode vir a ser a última edição de um ciclo faustoso de Jogos Olímpicos calcados na monumentalidade excessiva e na extravagância de recursos públicos. Pela amplitude das intervenções

e pela limitação deste artigo, não podemos ir além destas breves notas. Vale, porém, frisar que, em grande medida, o projeto Rio 2016 se aproxima muito mais do “modelo Pequim 2008” do que de qualquer outro na história do urbanismo olímpico, pela ênfase na monumentalidade, pela abrangência das intervenções e pela natureza autoritária do projeto (Braathen et al., 2014). É, em grande medida, um retrato da atual fase “neodesenvolvimentista” do Brasil. Mas este seria tema para outro artigo.

BIBLIOGRAFIA

- BROUDEHOUS, A.; SÁNCHEZ, F. “The Politics of Mega-event Planning in Rio de Janeiro: Contesting the Olympic City of Exception”, in, V. Viehoff; G. Poynter (orgs). *Mega-event Cities: Urban Legacies of Global Sports Events*. Farnham Surrey (UK), Ashgate, 2015.
- BIENENSTEIN, G., SÁNCHEZ, F., MASCARENHAS, G. “The 2016 Olympiad in Rio de Janeiro: Who Can/Could/Will Beat Whom?”, in *Espaço e Sociedade*, ano 7, n. 19, 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/esportesociedade/index.html>.
- BRAATHEN, E.; SORBOE, C. M.; MASCARENHAS, G. “BRICS, Mega-sport Events and Rio de Janeiro as a City of Exception”, in *Tensões Mundiais/World Tensions*, v. 10, 2014, pp. 348-62.
- HARVEY, D. “Do Gerenciamento ao ‘Empresariamento’: A Transformação da Administração Urbana no Capitalismo Tardio”, in *Espaço & Debate*, n. 36. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1996, pp. 48-64.
- MASCARENHAS, G. “Globalização e Políticas Territoriais: Os Megaeventos Esportivos na Cidade do Rio de Janeiro”, in S. Pacheco; M. Machado (orgs.). *Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2012, pp. 92-108.
- _____. “Natureza e Tensões do Urbanismo Olímpico Contemporâneo”, in F. Oliveira et al. (orgs.). *Geografia Urbana: Ciência e Ação Política*. Rio de Janeiro, Consequência, v. 1, 2014, pp. 219-39.
- _____. “Barcelona y Río de Janeiro: Diálogo entre Modelos y Realidades del Llamado Urbanismo Olímpico”, in *Biblio 3w*, v. XV. Barcelona, 2010, pp. 1-6.
- MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. *O Jogo Continua: Megaeventos Esportivos e Cidades*. Rio de Janeiro, Faperj e EdUERJ, 2011.
- MASSEY, D. *World City*. London, Potety Press, 2007.
- SANTOS JR., O. et al. (org.). *Brasil: Impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro, 2015.
- SMITH, N. *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. New York, Routledge, 1996.
- VAINER, C. B. “Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”, in O. Arantes; C. Vainer; E. Maricato. *A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000.



**“Tá tranquilo, tá favorável”:
a cobertura brasileira
dos Jogos Olímpicos
do Rio de Janeiro 2016**

José Carlos Marques

resumo

Os Jogos Olímpicos de Barcelona 1992 parecem ter inaugurado um novo paradigma na organização desse tipo de megaevento – seja pela cobertura midiática, seja pelas soluções que os organizadores locais procuraram divulgar sobre a competição. Talvez motivado por essas questões, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) publicou em 1994 o artigo “Os Jogos Olímpicos”, apresentado numa conferência em outubro de 1992 em Berlim (Alemanha). Este texto colocará em perspectiva, tendo em vista a cobertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016, as reflexões de Bourdieu a partir desse e de outros textos em que ele e demais intelectuais europeus colocam em xeque o trabalho da imprensa em torno do esporte.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos; Rio de Janeiro; Pierre Bourdieu; imprensa.

abstract

The 1992 Barcelona Olympic Games seem to have set a new paradigm for organizing such mega-event – either as regards its media coverage or the solutions local organizers sought to disclose concerning the competition. Perhaps drawing from those issues, French sociologist Pierre Bourdieu (1930-2002) published in 1994 an article titled "Olympic Games", from a text presented at a conference in October, 1992 in Berlin, Germany. In order to analyze the media coverage of the 2016 Rio de Janeiro Olympic Games, this paper puts into perspective Bourdieu's reflections and other articles in which he and other European intellectuals call into question the work of the press regarding sport.

Keywords: *Olympic games; Rio de Janeiro; Pierre Bourdieu; press.*

No agora longínquo 2 de outubro de 2009, o Comitê Olímpico Internacional (COI) promoveu a 121ª sessão da entidade em Copenhague, na Dinamarca. Nesse encontro, definiu-se que o Rio de Janeiro seria a sede dos XXXI Jogos Olímpicos da era moderna. A cidade brasileira participava pela terceira vez do processo seletivo para organizar uma Olimpíada, após as malsucedidas tenta-

tivas para os jogos de 2004 e 2012. Dessa vez, contudo, os vários atores sociais envolvidos na organização da candidatura puderam comemorar largamente a conquista, após superar na fase final as cidades de Chicago (EUA), Madri (Espanha) e Tóquio (Japão). A crise econômica mundial que atingiu os “mercados” europeu e norte-americano a partir de 2008 provocou ainda alguns paradoxos inesperados: enquanto Chicago apresentou um orçamento de cerca de US\$ 6 bilhões para organizar os jogos, o Rio de Janeiro surpreendeu com um orçamento por volta de US\$ 17 bilhões. A escolha do COI, assim, não deixou de ser um prêmio para o Brasil, um dos países que menos sentiram os efeitos da crise econômica mundial em 2009, segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A levar em consideração a tônica da cobertura dos jornais brasileiros, temos diversas capas das edições do dia seguinte (3 de outubro de 2009)

fazendo quase que invariavelmente algum tipo de alusão eufórica ao resultado da 121ª sessão do COI. À época, pudemos agrupar 53 capas de jornais nacionais de diferentes regiões do país para perceber como se deu a reconstrução do fato pela mídia impressa. Algumas formações discursivas são recorrentes, como se pode ver a seguir:

- a) 29 jornais (54,7%) estamparam em suas primeiras páginas, com maior destaque, imagens sobre os festejos ocorridos na Praia de Copacabana, onde havia uma estrutura montada para a transmissão da cerimônia do COI diretamente da Dinamarca;
- b) 12 jornais (22,6%) exibiram em suas primeiras páginas, com maior destaque, a imagem de membros da delegação brasileira presente à cerimônia do COI. Entre os principais nomes da comitiva figuravam o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; o ex-jogador Pelé; o escritor Paulo Coelho; o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman; o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes;
- c) oito jornais (15%) estamparam suas primeiras páginas com alguma imagem ou ilustração re-

JOSÉ CARLOS MARQUES é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp, líder do Grupo de Estudos em Comunicação Esportiva e Futebol (Gecef) e integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (Ludens) da USP.

ferente ao Cristo Redentor, um dos *ex-libris* da cidade do Rio de Janeiro. Se levarmos em conta que o Cristo também aparece em outras seis capas sobre os festejos de Copacabana (trata-se de uma bandeira estendida por sobre a multidão), teríamos nesse caso 14 capas (ou 26,4%) com referência ao ícone religioso;

- d) três jornais (5,6%) exibiram imagens com paisagens da cidade do Rio de Janeiro;
- e) apenas um jornal não exibiu foto ou imagem na primeira página associada à escolha do Rio como sede olímpica. Foi o *Jornal de Santa Catarina*, que preferiu apenas uma manchete secundária, no canto direito da capa: “Rio Desbanca Potências e Fará a Olimpíada”.

Chama-nos a atenção que o clima de alegria vivenciado na Praia de Copacabana pelos cariocas ou no auditório de Copenhague pela delegação brasileira tenha contaminado também, de maneira quase unânime, nossa mídia impressa, que de forma geral se preocupou em relevar mais os aspectos relacionados à festa, ao ineditismo da façanha (primeira vez que a Olimpíada aconteceria na América do Sul), ao protagonismo geopolítico e esportivo do Brasil (que também organizaria a Copa do Mundo Fifa em 2014) e à paixão típica

do povo brasileiro. E até jornais que não são voltados ao leitor carioca encarnaram o discurso de que se tratava de uma conquista nacional, e não apenas de uma cidade específica. Destacamos alguns desses casos no Quadro 1.

Nesse clima de “tá tranquilo, tá favorável”¹, poucos veículos se lembraram de colocar em discussão em suas primeiras páginas o fato de que os custos para organizar os Jogos Olímpicos atingiriam uma cifra próxima dos R\$ 30 bilhões, ao câmbio da época. Quando o fizeram, esses jornais diluíram a informação em meio às imagens dos festejos populares ou das celebrações oficiais na reunião de Copenhague. Entretanto, em meio às 53 capas de jornais recolhidas, uma única (a do jornal *O Globo*) chamava-nos a atenção por tratar de diversas questões polêmicas e disfóricas em meio à euforia generalizada. A despeito de trazer a festa na Praia de Copacabana na metade superior da primeira página, com a manchete “2016, o Ano que Já Começou”, o jornal trazia, na metade inferior, uma submanchete (“Agora só faltam 7 para”) e quatro chamadas dissonantes: fazer uma estação de Metrô por ano; duplicar as vagas da rede hoteleira; despoluir a baía e as lagoas da Barra; construir e reformar 33 instalações esportivas.

QUADRO 1

Jornal	Manchete
<i>A Tribuna</i> (Santos-SP)	Brasil Abre os Braços para a Olimpíada
<i>Correio</i> (BA)	Um Dia para a História
<i>Diário de Pernambuco</i> (PE)	Sim, Nós Podemos
<i>Diário do Pará</i> (PA)	O Brasil Chorou de Alegria
<i>O Estado do Paraná</i> (PR)	Olimpíada de 2016 É Nossa
<i>Jornal da Cidade</i> (Bauru-SP)	Sediar 1ª Olimpíada da América do Sul Emociona os Brasileiros
<i>Zero Hora</i> (RS)	É o Rio! Às 13h50min de ontem, o anúncio da sede da Olimpíada de 2016 levou Copacabana ao êxtase e lançou o Brasil a uma odisséia para o futuro. (Linha-fina)

1 Referência ao *funk* de autoria de Mc Bin Laden, considerado um dos *hits* nacionais do início de 2016 (ou

o *funk* mais tocado de todos os tempos da última semana).

2016, o ano que já começou



EMOÇÃO: Sob chuva de papel picado, uma multidão participa na Praia de Copacabana da festa em comemoração pela conquista da sede das Olimpíadas de 2016, no Rio, pela primeira vez na América do Sul

Agora só faltam 7 para:

Fazer uma estação de metrô por ano

• Foi uma decisão histórica e emocionante, que levou às Olimpíadas o presidente Lula e as mais de 30 mil pessoas que foram à Praia de Copacabana e comemoraram em clima de Copa do Mundo a conquista do Rio. Pela primeira vez, os Jogos Olímpicos serão na América do Sul, e o Brasil se juntará a EUA, Alemanha e México no restrito grupo de países que tiveram uma Copa do Mundo e uma Olimpíada em apenas dois anos. Agora os governos municipal, estadual e federal terão que trabalhar muito para tirar do papel as promessas feitas ao COC. São apenas sete anos para fazer o que não se

Duplicar as vagas da rede hoteleira

faz em 50: renovar o caótico sistema de transportes (foram apenas duas novas estações de metrô nos últimos oito anos), duplicar para 48 mil as vagas em hotéis, modernizar a infraestrutura de segurança, despoluir a Baía de Guanabara e as lagoas da Barra, e construir e reformar 33 instalações esportivas, inclusive a Vila Olímpica. Pelé e João Havelange foram decisivos na vitória, que se mostrou até fácil: 66 votos contra 32 de Madrid. Chicago foi eliminada de cara. O mercado financeiro festejou.

Caderno Especial, página 29 e editorial "Hora da virada"

Despoluir a Baía e as lagoas da Barra



Construir e reformar 33 instalações esportivas

COLUNAS E ARTIGOS

FABIO GUIMARAES
2016 deve ser o oposto do Plan e deixar um legado para o Rio
PÁGINA 7

DANIEL BECKER
A euforia não pode prevalecer sobre a cautela. A sociedade tem que cobrar
PÁGINA 7

MIRIAM LEMÃO
Ganhamos porque merecemos. Foi bom sentir, trabalhar, chorar
ECONOMIA • PÁGINA 20

FLÁVIA OLIVEIRA
A escolha do Rio corre com vitória esportiva mas uma longa fase de economia
LULA
PÁGINA 7

Edição Metropolitana • Preço de exemplar no Estado do Rio de Janeiro: R\$ 2,00 • Circula com esta edição (Classificados, Segundo Caderno, EA, Guia, Prata e Vermelho) 200 páginas

Capa de *O Globo* de 3/10/2009

A iniciativa de *O Globo* é tanto ou mais surpreendente quando recordamos que se trata de um órgão de imprensa vinculado ao grupo Globo, cujos canais de TV fechada e aberta são justamente parceiros dos Jogos Olímpicos, haja vista a compra de direitos de transmissão televisivos envolvidos no negócio (voltaremos a essa questão mais à frente). Nenhum outro jornal colocou em questão, em sua primeira página de 3 de outubro de 2009, as dimensões estruturais que envolviam aspectos de logística, turismo, meio ambiente e economia. O que se viu na mídia impressa, de resto, foi a sublimação de aspectos mais emocionais do que racionais, fa-

zendo eco ao próprio *slogan* “Viva sua paixão” criado em 2008 como peça da candidatura do Rio de Janeiro.

Matéria publicada na *site* oficial do Rio 2016 justificava a escolha do *slogan* ao afirmar que ele traduziria “a maneira do brasileiro de se envolver apaixonadamente em tudo o que faz”². Não é de estranhar, portanto, que aspectos emocionais tenham ganhado tanto protagonismo e visibilidade, seja no discurso da candidatura oficial ou

2 Disponível em: <http://www.rio2016.com/noticias/rio-2016-lanca-slogan-viva-sua-paixao-no-reveillon-2009>. Acesso em: 10/mar./2016.



Peça de divulgação da candidatura Rio 2016

no discurso jornalístico após a definição do COI em setembro de 2009.

Além disso, a capacidade ímpar de o brasileiro fazer piada de tudo e de si mesmo é o que permitiu, já em 2009, a incorporação antropofágica do slogan “*Yes, we can*” – mote da campanha presidencial nos Estados Unidos de Barack Obama, em 2008 – por outro *funk* que também se constituía como o mais tocado de todos os tempos da últi-



Peça da candidatura de Barack Obama à Presidência dos EUA – 2008

ma semana naquele ano: tratava-se da composição “Dança do Créu”, do MC Créu, que redundou na composição mimética do músico e humorista Mussum, ressignificando a vitória do Rio de Janeiro sobre Obama (que se empenhou pessoalmente em prol da candidatura de Chicago).

Mas por que a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos simbolizou tamanha euforia para grande parcela do público brasileiro, dos agentes midiáticos e das autoridades? O que representa para uma cidade e um país poderem organizar uma edição dos Jogos Olímpicos? E como os meios de comunicação, notadamente a TV e o jornalismo impresso, têm lidado com essas questões na mediação dos fatos para a opinião pública?

JOGOS OLÍMPICOS – UM EVENTO MIDIÁTICO

Tal qual como aconteceu com a organização da Copa do Mundo Fifa 2014 no Brasil, a primazia de poder sediar uma Olimpíada tem sido vista por diferentes forças governativas em todo o mundo como uma possibilidade de multiexposição para a cidade e o país envolvidos com o



Paródia com o comediante Mussum e a escolha do Rio como sede olímpica de 2016



Matéria da revista *IstoÉ* com a delegação brasileira festejando a escolha do Rio de Janeiro como sede da Olimpíada de 2016

evento (ver foto da revista *IstoÉ*, com a delegação brasileira na reunião do COI³).

Tal fenômeno nos parece ter sido cristalizado especialmente com os Jogos de Barcelona 1992, que inauguram um novo paradigma na organização desse tipo de megaevento – seja pela repercussão da cobertura midiática, seja pelas soluções que os organizadores locais procuraram divulgar sobre a competição, como atesta a obra *Las Claves del Éxito* (Moragas & Botella, 1996). As explicações do sucesso de Barcelona tinham a ver com um trabalho muito bem articulado em torno de vários aspectos, como os meios de comunicação, a política, a sociedade, o urbanismo, a economia, a tecnologia e os Jogos Paralímpicos. Não podemos deixar de considerar o papel da mídia na divulgação e propagação de conceitos que, no caso de Barcelona 1992, poderiam ser enquadrados como um fenômeno típico das “tradições inventadas”, do qual trata Eric Hobsbawm (1984). Nessa lógica, a capital da Catalunha passou a ser modelo de gestão pública, de recuperação urbana, de sustentabilidade e de planejamento.

³ Disponível em http://www.istoe.com.br/reportagens/18717_SIM+NOS+FAREMOS (edição 2.082, de 07/10/2009). Acesso em: 15/mar./2016.

A esse respeito, o antropólogo francês Daniel Dayan e o sociólogo norte-americano Elihu Katz publicaram, em 1994, um trabalho sobre os grandes eventos televisados, os quais eles preferiram chamar de “eventos midiáticos”: aqueles que empregariam a potência eletrônica dos meios de comunicação para atrair a atenção mundial e contar simultaneamente uma história. Esses eventos promoveriam um “convite ao rompimento da rotina diária” e um convite à união em torno de uma “experiência festiva”. A diferença mais óbvia entre os “eventos midiáticos” e as demais fórmulas genéricas televisivas é que os primeiros não são rotineiros, mas sim uma interrupção do cotidiano feita de maneira monopolística, pois qualquer emissora estará dedicada a falar do mesmo assunto. Além disso, os “eventos midiáticos” seriam sempre transmitidos ao vivo e planejados previamente, apesar de seu elemento de imprevisibilidade. Por fim, tais eventos promoveriam “ocasiões cerimoniais”, nas quais se conjugaria um tratamento estilístico reverente e protocolar, como se o público fosse transportado para o “centro sagrado de nossa sociedade” (Dayan & Katz, 1994, p. 334 – apud Cascale Ramos & Sánchez Dorado, 2008, p. 17).

Os “eventos midiáticos” esportivos, tais quais os Jogos Olímpicos e as copas do mundo, passaram a exigir cada vez mais atenção e investimen-

tos dos meios de comunicação para “contar uma história”, por um lado, e acompanhar uma crescente sofisticação e mercantilização da própria atividade esportiva, por outro. Interessante notar que diversos pensadores europeus, já a partir das décadas de 1960 e 1970, passaram a denunciar aquilo que caracterizaria o acirramento da competitividade esportiva em detrimento dos aspectos lúdicos em torno do esporte. Cito aqui apenas dois deles, para não cansar o leitor.

O primeiro exemplo é do sociólogo francês Jean-Marie Brohm (1976), para quem as características do esporte moderno refletiriam as características da sociedade global capitalista. Nesse sentido, a propriedade privada e a lei do lucro no esporte reproduziriam a competição mercantil e a quantificação do ganho; a hierarquia social presente no esporte reproduziria a classificação e a seleção social; e o rendimento técnico simbolizaria no esporte o maquinismo industrial. Além disso, o incremento do rendimento corporal implicaria um treinamento racional, metódico, intensivo, continuado e progressivo; uma crescente tecnificação dos agentes esportivos (atletas, treinadores); uma hiper-especialização esportiva; e uma seleção metódica dos atletas. Em segundo lugar, não se pode ignorar a contribuição do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que tem vasta produção a respeito das relações sociais do esporte moderno. Um de seus textos, contudo, é bastante pontual no que diz respeito às Olimpíadas: trata-se de “Os Jogos Olímpicos”, artigo derivado de uma conferência proferida por ele em outubro de 1992 em Berlim (Alemanha) e para a qual Bourdieu levou em conta muito do que ocorrera em Barcelona meses antes.

O interessante das reflexões de Bourdieu é que ele analisa o evento esportivo também a partir de sua relação com os meios de comunicação. Para ele, o atleta e sua *performance* fazem parte de um espetáculo que é produzido duas vezes: numa primeira instância, temos a produção operada pelos agentes esportivos *stricto sensu*, ou seja, todos aqueles indivíduos que estão diretamente envolvidos na realização e condução do jogo (atletas, juízes, treinadores, médicos, organizadores e plateia); numa segunda instância, há a produção do espetáculo realizada pela mídia (seja pelo discurso radiofônico, televisivo ou jornalístico, seja pela edição de imagens da TV). Nessa segunda instân-

cia, trava-se outra disputa, alheia àquela que ocorre no plano esportivo: trata-se, aqui, da briga pelo furo ou pela audiência, resultado de pressões por vezes maiores do que aquelas com que os atletas se deparam no campo de jogo. A mentalidade em torno do “índice de audiência” apontaria primordialmente para a obtenção do sucesso comercial, como uma “instância legítima de legitimação”:

“Nos anos 50, a televisão estava pouco presente no campo jornalístico; quando se falava de jornalismo, mal se pensava na televisão. [...] Com os anos, a relação inverteu-se completamente, e a televisão tende a tornar-se dominante econômica e simbolicamente no campo jornalístico. Isso é assinalado sobretudo pela crise dos jornais: há jornais que desaparecem, outros que são obrigados a se colocar a cada instante a questão de sua sobrevivência, da conquista ou da reconquista de sua audiência” (Bourdieu, 1997, p. 59).

A TV passou a exercer uma forma particularmente perniciosa de violência simbólica, com a cumplicidade tácita daqueles que a exercem e daqueles que a sofrem; ela produz o que se chama de “efeito de real”, segundo a terminologia de Bourdieu (1997, p. 29): caminha-se cada vez mais rumo a universos em que o mundo social é descrito-prescrito pela televisão. A televisão se tornou o árbitro do acesso à existência social e política. O pesquisador catalão Miquel de Moragas partilha da mesma impressão ao examinar o caráter mercantil da mídia, que usaria grandes eventos esportivos como vitrine para seus negócios:

“Las nuevas tendencias de los estudios de economía política de la comunicación han señalado que los grupos de comunicación, más que vender contenidos, lo que realmente venden son audiencias en donde colocar los mensajes publicitarios o para conectar a la gente con los nuevos servicios de telecomunicaciones” (Moragas, 2012, pp. 24-5)

Desse modo, os meios de comunicação – especialmente as emissoras de TV – acabaram por tornar-se parte implicada do evento, uma vez que é preciso rentabilizar os largos investimentos realizados em torno da aquisição dos direitos de transmissão. Essa necessidade leva, por sua

vez, a uma busca incessante de audiência, o que não raro provoca conflito de interesses entre a matéria informativa e a matéria comercial: “*Entonces el periodismo deja de tener una relación ‘periodística’ con el deporte y pasa a tener una nueva relación ‘business to business’, a una relación de negocios en el nuevo entramado global*” (Moragas, 2012, p. 42).

AS PERSPECTIVAS QUE OS JOGOS OLÍMPICOS DO RIO NOS APRESENTAM

Os trabalhos de Brohm e Bourdieu antecedem o mundo midiático pela internet e pelas redes sociais com o qual convivemos hoje. Mas os interesses comerciais, a mercantilização da mediação do fato esportivo e a especialização extrema do rendimento de atletas – teses apontadas por esses pensadores – só recrudesceram desde Barcelona 1992. No caso da esfera esportiva, a orientação cada vez maior para os resultados e o acirramento da competitividade acompanham o próprio desenvolvimento da indústria do *doping*. Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro não estarão imunes a que muitas dessas questões possam ser mais bem discutidas pelos meios de comunicação.

Ainda que não nos seja possível, por enquanto, saber como será feita a cobertura brasileira durante a Olimpíada de 2016, algumas impressões prévias – motivadas pelo que presenciamos até agora – podem indicar algumas tendências que continuarão a ser postas em curso, reafirmando conceitos e abordagens que a academia vem denunciando há décadas, como vimos aqui por meio de alguns poucos, mas significativos autores.

Em primeiro lugar, dificilmente a televisão assumirá o papel de problematizar e de colocar em diferentes perspectivas a mediação dos Jogos Olímpicos, tendo em vista o fato de ser partícipe e consorciada do mesmo evento. Como atesta Bourdieu, as emissoras de TV vêm propondo “uma visão do mundo cada vez mais despolitizada, aséptica, incolor, envolvendo cada vez mais os jornais nessa escorregada para a demagogia e para a submissão aos constrangimentos comerciais” (Bourdieu, 1998, p. 110). Nesse processo, o papel da investigação jornalística cede espaço a favor do “animador-comediante”; a informação, a análise

e a entrevista aprofundada cedem espaço ao puro divertimento e às “tagarelices insignificantes dos *talk shows* entre interlocutores credenciados e intercambiáveis” (Bourdieu, 1998, p. 95). Ou, como reafirma outro pesquisador espanhol, o professor Antonio Alcoba Lopez, reconhecido por seu trabalho junto ao jornalismo esportivo na Espanha:

“El medio más representativo, al menos por ahora, es la prensa, porque es la encargada de ofrecer opinión, aunque a veces esté manipulada. La Radio y la Televisión son medios puramente comerciales que por su constitución, debida a sus espacios temporales de emisión, se ven obligados a ir directamente a los temas competitivos, y pocas veces a tratar los aspectos conflictivos” (Alcoba Lopez, 2015, p. 333).

A alternativa à supremacia da televisão – que poderia advir do jornalismo impresso, como supõe Alcoba – também já fazia parte do vaticínio de Bourdieu em seu texto de revisão à conferência sobre os Jogos Olímpicos: “A imprensa pode também, em vez de servir como repetidora da televisão, trabalhar para difundir armas de defesa” (Bourdieu, 1998, p. 113). Assim, partindo do pressuposto de que o trabalho das emissoras de TV está comprometido com o sucesso do próprio evento de quem adquiriu o direito de transmissão, é de se imaginar que vozes muito disfóricas não estarão tão presentes na abordagem do fato esportivo. Os aspectos conflitivos não costumam dar a tônica das coberturas que a TV brasileira tem realizado nos últimos tempos – basta perceber como os comandantes recentes da Confederação Brasileira de Futebol (Ricardo Teixeira, José Maria Marin, Marco Polo del Nero) têm sido poupados de enquadramentos mais críticos e investigativos.

Caberia então perguntarmos se o meio impresso e os portais jornalísticos na internet estarão dispostos a promover uma cobertura menos laudatória e mais reflexiva sobre os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. A julgar pelo que se produziu logo após o anúncio do COI em setembro de 2009, as perspectivas não nos parecem tão alvissareiras. Os encantos da “cidade maravilhosa”, extremamente valorizados em todas as peças de divulgação da candidatura do Rio de Janeiro, apontam invariavelmente para a valorização da

natureza carioca e para a sublimação dos aspectos emocionais. E, não raro, os meios de comunicação têm sido abduzidos em torno da criação de expectativas diversas – uma delas, propagandeada pelo Comitê Olímpico Brasileiro, defende a ideia de que o Brasil poderia permanecer entre os dez países com mais medalhas na Olimpíada de 2016.

Como se vê, poucas coisas parecem ser capazes de perturbar o clima de “tá tranquilo, tá favorável” que cerca a organização atual dos Jogos Olímpicos do Rio, evento ainda não atingido pela turbulência política que o país atravessa no início de 2016. E, ao contrário do que ocorreu com os momentos que antecederam no Brasil a Copa do Mundo de 2014, quando a própria realização do mundial esteve na berlinda com a voz das ruas e o lema “Não vai ter copa”, os Jogos Olímpicos do Rio não galvanizaram nenhum grande movimento de oposição ou boicote até agora.

Para finalizar, apenas uma impressão derradeira: o termo “legado”, que invadiu o nosso léxico de maneira inesperada por força dos megaeventos esportivos, não tem sido utilizado atualmente de forma tão indiscriminada para justificar os gastos olímpicos e as promessas de campanha. Talvez porque a organização do Rio 2016 esteja repetindo problemas e desmandos a que já havíamos assistido por ocasião dos Jogos Pan-Americanos de 2007 também no Rio de Janeiro, como o atraso na entrega das arenas esportivas, a incompletude das obras de transporte e infraestrutura, a não despoluição da Baía de Guanabara, etc. Melhor assim. Até porque, legado por legado, o melhor emprego do termo ainda parece ser o que encerra o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis: “Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria”.

BIBLIOGRAFIA

- ALCOBA LOPEZ, Antonio. “Tendências do Jornalismo Esportivo na Visão de Antonio Alcoba Lopez. Entrevista concedida a Marli Hatje”, in *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação – Intercom*, v. 38, n. 2. São Paulo, Intercom, jul.-dez./2015.
- BROHM, Jean-Marie. *Sociologie politique du sport*. Paris, Jean-Pierre Delarge, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. “Retorno sobre a Televisão”, in *Contrafogos – Táticas para Enfrentar a Invasão Neoliberal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Sobre a Televisão (Seguido de “A Influência do Jornalismo” e “Os Jogos Olímpicos”)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- CASCAL Ramos, Antonio; SÁNCHEZ DORADO, Julia. *Olimpiadas y Choque de Culturas*. Sevilla, Universidad de Sevilla, 2008.
- DAYAN, D.; KATZ, E. “Defining Media Events: High Holidays of Mass Communication”, in H. Newcomb (ed.). *Television, the Critical View*. New York, Oxford University Press, 1994.
- HOBBSAWM, Eric. “A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914”, in Eric Hobsbawm; Terence Ranger (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- MORAGAS, Miquel de; “Deporte, Medios de Comunicación y Identidades en la Sociedad Global”, in José Carlos Marques; Osvando J. de Moraes. *Esportes na Idade Média: Diversão, Informação e Educação*. São Paulo, Intercom, 2012.
- MORAGAS, Miquel de; BOTELLA, Miquel (orgs.). *Las Claves del Éxito. Impactos Sociales, Deportivos, Económicos y Comunicativos de Barcelona’92*. Barcelona, Universidad Autónoma de Barcelona, 1996.



As estratégias de João Havelange para enfraquecer o futebol olímpico

Sérgio Settani Giglio

resumo

A proposta deste artigo é apresentar as estratégias de João Havelange quando assumiu a presidência da Fifa (1974). Uma de suas estratégias foi enfraquecer o futebol olímpico com a criação de uma Copa do Mundo Júnior (1977) e produzir a ideia para os jovens atletas de que a Copa do Mundo era a principal competição. Em 1992, como último ato de restrições, a Fifa implementou o limite de idade para participação no futebol olímpico. As estratégias de Havelange na presidência da Fifa representam a atualização dos conflitos entre o COI e a Fifa em relação ao controle das regras referentes ao futebol. E, portanto, fornece um caminho para compreender como ações políticas separaram essas duas competições, produzindo discursos diferentes em torno delas.

Palavras-chave: futebol olímpico; Copa do Mundo Júnior; João Havelange; COI; Fifa.

abstract

This article seeks to present João Havelange's strategies when he took office as Fifa president in 1974. One of his strategies was to weaken Olympic football by creating the Fifa World Youth Tournament in 1977, an action aiming to strengthen Fifa World Cup, and trying to breed in the young athletes the idea that the World Cup was the most important football competition. In 1992, in its last constraining act, Fifa imposed an age limit on Olympic football tournaments. Havelange's strategies triggered the conflict between IOC and Fifa over the control of football regulations. In this context, one can understand how the political actions divided those two competitions, giving rise to different discourses about those two tournaments.

Keywords: *Olympic football; Fifa World Youth Tournament; João Havelange; IOC; Fifa.*

AS RAÍZES HISTÓRICAS DAS DISPUTAS ENTRE O COI E A FIFA

No dia 20 de agosto de 2016, quando o árbitro apitar o fim de jogo, estará encerrada a 27ª final do futebol olímpico masculino. Em meio à alegria dos campeões e à tristeza da seleção derrotada, os atletas receberão as medalhas das autoridades olímpicas e do presidente da Fifa. O que não estará explícito nesse harmonioso ritual é a complexa trama historicamente constituída no futebol olímpico entre o COI e a Fifa pelo controle das regras do amadorismo e do profissionalismo.

O ponto central dessa discussão foi publicada no primeiro *Boletim Olímpico* e naquele momento temia-se que um atleta amador pudesse ser corrompido pelas tentações capitalistas de obter lucro a partir de seu desempenho esportivo¹. Concomitantemente a esse debate, o futebol passou a integrar os Jogos Olímpicos.

Na primeira edição olímpica (1896), a modalidade não esteve presente porque nenhum país se interessou em competir com uma seleção de futebol e, nas duas edições seguintes (1900 e 1904), apesar de poucas seleções inscritas, o futebol passou a integrar o programa como modalidade exibição. Nos Jogos de 1908, houve pela primeira vez a participação da Fifa, sendo que naquele momento

tanto o COI quanto a Fifa concordavam com as restrições que validavam apenas a participação dos amadores. Foi por ocasião dos Jogos Olímpicos de 1912 que, pela primeira vez, se questionou a presença do futebol no programa olímpico. O questionamento revelava que essa modalidade já atraía os trabalhadores para a sua prática. Vale ressaltar que a origem do COI é aristocrática e, como organizadores do evento, queriam manter a sua competição restrita para esse grupo (Giglio, 2013).

Após a suspensão por conta da Primeira Guerra Mundial, os Jogos Olímpicos tiveram uma nova fase durante a década de 1920. O debate vigente no COI era a respeito da participação dos trabalhadores nos Jogos Olímpicos e a busca de resolução sobre a compensação por perda de salário. Em suma, buscavam a resposta para a pergunta: Quem pagaria o salário do trabalhador quando ele estivesse nos Jogos Olímpicos?

A princípio a Fifa e o COI concordavam que os atletas não deveriam receber compensação por perda de salário, já que esse tipo de pagamento representaria ganho financeiro e o atleta nessa condição deveria ser considerado profissional, sendo, portanto, impedido de participar dos Jogos Olímpicos. Essa discussão sobre a compensação por perda de salário era o indicativo de que o ideal

SÉRGIO SETTANI GIGLIO é professor do Departamento de Educação Física e Humanidades e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Esporte e Humanidades (Gepeh) da Universidade Estadual de Campinas.

1 *Bulletin du Comité International des Jeux Olympiques*, n. 1, julho de 1894, pp. 1-4. Amateurism et professionalism.

do amadorismo pautado por aquele que praticava esporte no tempo livre e por prazer estava em mudança, pontuando que naquele momento não somente a aristocracia se fazia presente nas competições (Giglio, 2013; 2014).

O auge da tensão promovida por esse debate aconteceu quando a Fifa mudou de posicionamento. Se, em um primeiro momento, a Fifa concordou com o COI que o atleta amador era aquele que não recebia compensação por perda de salário², posteriormente a Fifa passou a aceitar algumas exceções para o pagamento quanto ao salário perdido gerado pelo tempo de afastamento (*broken time*). O COI manteve seu posicionamento contrário ao ressarcimento pela perda de salário por considerar que essa ação feria a essência do amadorismo. Como consequência dessa decisão da mudança de posicionamento da Fifa, a Associação Britânica de Futebol se desfilou da entidade³.

O embate travado entre o COI e a Fifa pela definição das regras do amadorismo representava a luta pelo controle do esporte e, por consequência, do poder que uma entidade poderia exercer sobre a outra caso sua definição fosse aprovada. Esse duelo se iniciou no Congresso do COI realizado em Praga, em 1925, e se estendeu até o final dos Jogos Olímpicos de Amsterdã 1928. Nesse momento, diante das divergências entre o COI e a Fifa, ficou decidido que o futebol não faria mais parte do programa dos Jogos Olímpicos de 1932 (Giglio, 2013; 2014; Giglio & Rubio, 2014).

Após sintetizar os acontecimentos pelos quais passou o futebol dentro dos Jogos Olímpicos e apresentar como se estruturou o embate entre o COI e a Fifa pelo controle da definição das regras do amadorismo, na sequência do texto discuto como, cinco décadas depois dessa divergência entre o COI e a Fifa, João Havelange, eleito presidente da Fifa (1974), planejou suas ações com o objetivo de enfraquecer o futebol nos Jogos Olímpicos para valorizar a Copa do Mundo. Enfim, procuro

explorar como as disputas entre as duas entidades continuavam na pauta esportiva mesmo 50 anos depois das divergências que culminaram na criação da Copa do Mundo de Futebol.

Para construir a relação entre o embate pelas definições das regras do amadorismo e a ação de João Havelange, como presidente da Fifa, recorro à entrevista realizada com Havelange em 2012⁴, às informações contidas nos *Boletins Olímpicos* do COI e nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Essas diversas fontes foram consultadas como forma de explorar diferentes registros sobre seu posicionamento acerca do tema em questão.

HAVELANGE QUER ENFRAQUECER O FUTEBOL OLÍMPICO

Antes de Havelange ser eleito presidente da Fifa, atuou por 17 anos (1958-75) como presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Como presidente da CBD, Havelange era responsável pela gestão de todos os esportes, mas utilizou-se do futebol como plataforma política para concorrer à presidência da Fifa muitos anos depois de entrar para a CBD.

Havelange chegou ao poder da Fifa em 1974, quando derrotou o inglês Stanley Rous, que acumulava 13 anos de presidência da entidade (1961-74). Rous era visto como reacionário, enquanto Havelange era considerado um progressista que queria reformar o futebol. Caso conquistasse a presidência da Fifa, o plano de ação de Havelange estava amparado em oito pontos⁵:

- 1) aumento do número de seleções de 16 para 20 na Copa de 1978 e de 20 para 24 na Copa de 1982;
- 2) a criação da Copa do Mundo de Futebol Júnior a partir de 1976, a ser realizada a cada quatro anos;
- 3) a construção, em Zurique, de uma moderna sede para a Fifa;
- 4) ajuda material para as federações dos países em desenvolvimento;

2 *Bulletin Officiel du Comité International Olympique*, n. 1, janeiro de 1926, p. 11. Meeting of the Executive Committee. Paris, November/1925, p. 18. Recommendations adopted at the Prague Congress.

3 *Bulletin Officiel du Comité International Olympique*, n. 9, dezembro de 1927, pp. 1-4. Minutes of the Meeting of the Executive Committee Sunday, 30th October, (afternoon) and Monday, 31st October (morning and afternoon).

4 A entrevista foi realizada para o projeto de pesquisa "Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos", coordenado pela professora Katia Rubio.

5 *Olympic Review*, n. 80-81, Fédération Internationale de Football Association (Fifa), julho-agosto de 1974, p. 367.

- 5) subsídios para a construção de grandes estádios;
- 6) cursos intensivos para juizes, médicos, treinadores e organizadores;
- 7) engajamento de médicos, técnicos e *experts* para os países em desenvolvimento;
- 8) ampliação das competições de clubes nos continentes asiático e africano.

Pelo fato de possuir essa lista de ações a serem implantadas, Havelange, ao ser eleito presidente da Fifa, foi chamado pela imprensa internacional de “presidente das reformas”⁶. Dos pontos apresentados na candidatura de Havelange, vou me deter somente ao item 2: a criação da Copa do Mundo de Futebol Júnior.

O futebol olímpico sofria há algum tempo restrições quanto à participação dos atletas que haviam disputado as eliminatórias ou a própria Copa do Mundo, e isso voltaria a acontecer nos Jogos Olímpicos de Montreal 1976. É nesse cenário que a visão de Havelange se encaixa perfeitamente com a postura que a Fifa historicamente havia adotado em termos das restrições impostas ao COI.

Sua proposta de candidatura era iniciar essa Copa do Mundo em 1976 com periodicidade de quatro anos para rivalizar com os Jogos Olímpicos. Havelange, como conhecedor do campo esportivo (Bourdieu, 1983) do qual era integrante, sabia que para valorizar seu principal produto teria que enfraquecer o futebol nos Jogos Olímpicos e, para isso, utilizou o foro privilegiado que tinha como presidente da Fifa e membro do COI para colocar em ação a sua estratégia, conforme veremos na sequência do texto.

Havelange publicou um texto no *Boletim Olímpico*⁷ em que detalhava suas duas propostas como presidente da Fifa. Apresentadas como “Project 1” e “Project 2”, ambas haviam sido enviadas para o Comitê Executivo da Fifa. O Projeto 1 previa o desenvolvimento do futebol em 100 países membros da Fifa e o Projeto 2, a organização da Copa do Mundo de juniores para atletas sub-19.

Apesar de os dois projetos terem sido aprovados por unanimidade pelo Comitê Executivo da Fifa,

Havelange precisou procurar patrocinadores porque não havia orçamento disponível para a realização dos projetos. A empresa que se interessou foi a Coca-Cola e, com um investimento de US\$ 1.400.000 para o Projeto 1 e de US\$ 1.600.000 para o Projeto 2, passou a ter a sua marca associada ao nome dos projetos. Desse modo, o Projeto 1 passou a ser chamado de “Fifa/Coca-Cola World Football Development Programme” e o Projeto 2, de “Fifa World Youth Tournament for the Coca-Cola Cup”, sendo que a empresa propôs parceria para a organização das quatro primeiras edições, que seriam realizadas em 1977, 1979, 1981 e 1983. Portanto, essa competição teria periodicidade diferente do que havia sido apresentado na sua candidatura.

A partir desse quadro que permitiria enfraquecer o futebol olímpico, Havelange buscava ampliar a sua ação para garantir o sucesso de sua estratégia, que se iniciava com a Copa do Mundo para os juniores, mas não se restringia a ela. Em um congresso realizado em Buenos Aires, a Fifa propôs impedir a participação nos Jogos Olímpicos dos atletas das federações europeias e da América do Sul que tivessem disputado a Copa de 1978, sendo que essa limitação não valeria para as demais federações⁸.

Novamente a divergência de opiniões colocava a Fifa e o COI em lados opostos. Enquanto o COI apontava a ação da Fifa como uma “discriminação geográfica”, a Fifa, por meio de Havelange, ameaçava com “[...] a retirada do futebol dos Jogos Olímpicos de 1980”⁹. Vale ressaltar que essa medida já havia sido implantada por ocasião dos Jogos Olímpicos de 1960, quando a Fifa também impediu que os atletas que haviam disputado a Copa de 1958 participassem do torneio olímpico. Havelange reatualizava a restrição para enfraquecer o futebol olímpico, especialmente os países do Leste Europeu, que utilizavam as mesmas seleções tanto para os Jogos Olímpicos quanto para a Copa do Mundo, sob a justificativa de que não existia profissionalismo nesses países e, portanto, todos eram amadores.

Os organizadores dos Jogos de Moscou relutaram, mas foram obrigados a aceitar essa condi-

6 “Começou o Reinado Havelange”, in *Folha de S. Paulo*, 12 de junho de 1974, p. 19.

7 “Two Initiatives by the Fédération Internationale de Football Association”, in *Olympic Review*, n. 113, março de 1977, pp. 165-6.

8 *Olympic Review*, n. 128, junho de 1978, p. 401. Fédération Internationale de Football Association (Fifa). Moscow 1980.

9 “Futebol Pode Não Ir a Moscou”, in *Folha de S. Paulo*, 14 de novembro de 1978, p. 38.

ção proposta pelo presidente da Fifa, João Havelange. Lord Killanin, então presidente do COI, como forma de demarcar os espaços de poder entre o COI e a Fifa, declarou que as regras das federações internacionais referentes aos Jogos Olímpicos deveriam passar por aprovação prévia. No comunicado fornecido à imprensa, o COI ressaltou sua discordância com a determinação da Fifa, mas que a aceitaria para não prejudicar as seleções classificadas. Para o COI, um atleta somente estaria impossibilitado de participar dos jogos caso não se enquadrasse nos itens da regra 26 (elegibilidade dos atletas)¹⁰.

Havelange era a favor do fim do futebol nos Jogos Olímpicos por considerar que os países socialistas tinham equipes profissionais que, sob a chancela do amadorismo, possuíam vantagem frente aos demais países. Para ele, não havia espaço para o futebol olímpico:

“O primeiro campeonato [mundial juvenil], em Túnis, foi um sucesso absoluto. Simplesmente porque fixamos a idade limite em 19 anos e não nos importamos com a categoria dos jogadores, seja amador ou profissional. Com a idade limitada, prevalece o equilíbrio entre todos os participantes. Isto é o que se chama competição em condições de igualdade. Assim, prefiro que o futebol se limite aos campeonatos mundiais de adultos e o juvenil”¹¹.

O presidente da Confederação Sul-Americana de Futebol, Teófilo Salinas, corroborava o pensamento de Havelange e defendia a saída do futebol do programa olímpico. Para a estrutura do futebol mundial, era fundamental que a concepção da Fifa fosse validada por quem estava abaixo dela no sistema hierárquico. Dessa forma, segundo Salinas:

“O futebol para os Jogos Olímpicos está muito desvirtuado. As equipes socialistas jogam com uma seleção permanente e os jogadores são remunerados como empregados, enquanto na América do Sul, com o simples fato de não se registrar

um jogador na Federação, é denominado amador, coisa que não é certa como se pôde comprovar no pré-olímpico da Colômbia. Devido a essa circunstância, preferimos que se joguem torneios de menos de 20 anos e até 23, tipo Copa do Mundo, para ir *adestrando* os jogadores dos países participantes”¹² (grifo nosso).

Portanto, a busca para se criar uma tradição, no sentido de tradição inventada (Hobsbawm & Ranger, 1997), para os jovens frente a uma Copa do Mundo de juniores era uma ação planejada dentro da lógica dos dirigentes que compartilhavam dos mesmos ideais da Fifa. O que chama a atenção na fala de Salinas é a palavra “adestrar”, como se a Copa do Mundo para essa categoria fosse a única alternativa possível, limitando qualquer forma de questionamento por parte dos atletas.

A partir de 1980, a Fifa começou a fazer uma análise do torneio de futebol olímpico por meio de um grupo chamado Technical Study¹³. Esse documento pontuava que a principal competição do futebol era a Copa do Mundo e que o sucesso no torneio olímpico não revelava o auge de uma seleção; pelo contrário, poderia indicar uma fase de desenvolvimento da equipe. Para ilustrar os argumentos foi apresentado, a partir de uma escala – a Copa do Mundo –, o grau de importância de cada competição (Figura 1).

Como forma de justificar a menor importância do futebol olímpico, foi apresentada uma série de argumentos. O primeiro ponto destacado era a não paralisação dos campeonatos nacionais durante a realização do torneio olímpico; consequentemente, os atletas poderiam treinar com a seleção em apenas alguns momentos. Esse argumento era uma forma de evidenciar essa condição secundária do torneio, pois, caso contrário, se a competição fosse importante, haveria a paralisação total dos demais campeonatos de futebol. Entre os demais pontos negativos, eram apontados que a época em que acontecia a disputa do torneio olímpico coincidia com o período de férias dos atletas; o aumento do número de partidas por ano

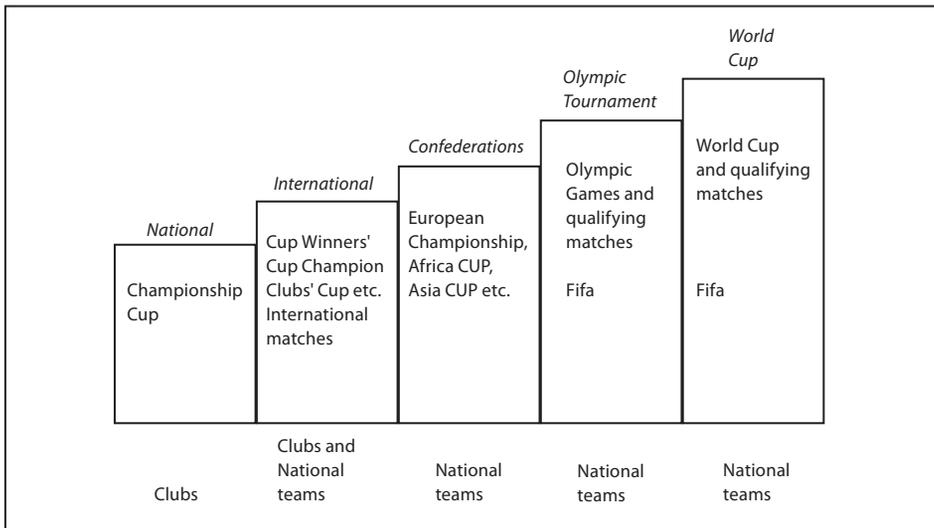
10 *Olympic Review*, n. 136, fevereiro de 1979, p. 72-73. Executive Board in Lausanne e The Olympic Football Tournament (press release).

11 “O Futebol Pode Ficar Fora do Pan e da Olimpíada”, in *Folha de S. Paulo*, 18 de agosto de 1979, p. 23.

12 “Salinas Não Quer Futebol na Olimpíada”, in *Folha de S. Paulo*, 14 de abril de 1980, p. 15.

13 *Olympic Football Tournament Moscow 1980 Technical Study*.

Quadro comparativo da importância dos campeonatos de futebol



Fonte: Olympic Football Tournament Moscow 1980 Technical Study, p. 91

(50-60 jogos) era capaz de não despertar o interesse dos jogadores para disputar outro campeonato além daqueles que teriam que participar.

Os pontos levantados para indicar uma menor importância do futebol olímpico eram uma consequência das ações da Fifa em promover seus produtos, os campeonatos de futebol. O resultado dessa promoção era verificado pelo aumento do número de partidas disputadas pelos jogadores devido à ampliação da quantidade de competições das quais os clubes participavam e, como a Fifa havia tido, historicamente, uma série de embates com o COI, ela não se preocupava em valorizar as competições que geravam retornos financeiros diretos para o COI; todo o seu calendário fazia com que pouco interesse fosse gerado em torno dos Jogos Olímpicos. Apesar dessa desvalorização, na sua escala hierárquica, a Fifa indicava que o torneio olímpico estava apenas abaixo da Copa do Mundo e dos torneios eliminatórios.

Para o torneio de futebol olímpico de 1984, a Fifa cogitou estabelecer o limite de idade em 23 anos, mas decidiu manter as mesmas regras de elegibilidade que haviam sido definidas para os Jogos de Moscou¹⁴, ou, nas palavras de Have-

lange, “sem limite de idade”¹⁵. Com isso, mantinha-se a restrição à participação dos atletas de futebol da América do Sul e da Europa que tivessem participado da Copa do Mundo ou das eliminatórias para a Copa¹⁶.

Em uma reunião entre representantes da Fifa e do COI, ficaram estabelecidas algumas restrições ao futebol olímpico: aos atletas que ganhavam a vida jogando futebol, ou seja, impedia a participação dos atletas profissionais; estava mantida, conforme já citado, a restrição aos atletas da América do Sul e Europa que disputaram jogos eliminatórios ou partidas da Copa do Mundo, e o COI ainda pontuava que a restrição se aplicava aos atletas que se utilizavam de drogas ou violência na prática do esporte¹⁷.

Apesar de estabelecido o acordo, a própria Fifa estudava aceitar a participação de atletas profissionais desde que não tivessem participado da Copa do Mundo, mas para isso ser aceito era preciso o

14 *Olympic Review*, n. 176, junho de 1982, p. 326. Eligibility.

15 “Havelange Desmente Mudanças das Regras”, in *Folha de S. Paulo*, 30 de abril de 1982, p. 24.

16 *Olympic Review*, n. 181, novembro de 1982, p. 691. Federation Internationale de Football Association (Fifa).

17 *Olympic Review*, n. 190-1, agosto-setembro de 1983, p. 603. Football. Eligibility of Football players for the Olympic tournament.

aval do COI. Após vários meses de reuniões, o COI e a Fifa chegaram a um acordo em que realmente mantinham os atletas profissionais fora dos jogos. “Cada entidade tinha uma opinião sobre a elegibilidade dos jogadores e, aparentemente, o Comitê Olímpico venceu”¹⁸.

No entanto, para os Jogos Olímpicos de 1984 a Fifa definiu que os atletas profissionais poderiam participar desde que não tivessem disputado jogos nas eliminatórias e/ou na Copa do Mundo e garantiu as regras que haviam sido estipuladas pelo próprio COI, desde 1981: eram as federações que deveriam estabelecer as suas normas para a elegibilidade dos atletas¹⁹.

Quatro anos depois de apresentar o quadro hierárquico dos campeonatos de futebol, a Fifa atualizava-o colocando o futebol olímpico em outro lugar. A participação olímpica fazia parte de uma escala proposta pela Fifa, que em seu relatório técnico mostrava a sua concepção: estruturava os campeonatos de forma entrelaçada, em que um campeonato de juniores deveria ser pensado em longo prazo, os Jogos Olímpicos, em médio prazo (algo em torno de dois anos) e a Copa do Mundo, em curto prazo. Essa relação entre os torneios é vista pela Fifa a partir de uma estrutura hierárquica que coloca a Copa do Mundo como a sua principal competição.

Esse entrelaçamento funcionaria como ciclos em que uma competição completaria a outra. O relatório apontava que alguns atletas que participaram da Copa do Mundo de juniores em 1977 estiveram presentes na Copa de 1982 e projetava-se que o mesmo viria a acontecer com os juniores de 1979-81, que poderiam ser encontrados na equipe olímpica e, posteriormente, figurar na Copa do Mundo de 1986, fechando um ciclo de longo prazo, algo em torno de cinco a sete anos de preparação²⁰. Ao analisar a Copa de 1977, a Fifa pontuava que a experiência adquirida pelos

jovens nesse campeonato influenciou na qualidade das equipes nacionais²¹.

Apesar desses novos rumos do futebol dentro do programa olímpico, uma nova ameaça para retirar o futebol dos jogos voltava a aparecer. João Havelange, insatisfeito com o modo como a rede de televisão americana ABC fez a cobertura do futebol durante os Jogos de 1984 (apenas com *flashes*), tentava arrumar mais uma desculpa para decretar o fim do futebol nos Jogos Olímpicos e valorizar a Copa do Mundo. Ao mesmo tempo em que mostrava intenção, também indicava que o futebol seria disputado em Seul, mas já anunciava mudanças: “A princípio, todos que não participaram de Copas do Mundo poderão ser aproveitados, mas podemos limitar a idade a 23 anos. Depois de Seul, porém, o futebol pode deixar de ser uma modalidade olímpica”²². Tal posicionamento de Havelange também se apoiava no aspecto financeiro, já que o COI não dividia as rendas das partidas de futebol com a Fifa²³.

A restrição fazia com que os melhores atletas não estivessem presentes nos Jogos Olímpicos e, para a Fifa, embora essa restrição pudesse produzir partidas de futebol de baixa qualidade técnica, a mesma era fundamental para não transformar os Jogos Olímpicos em mais uma Copa do Mundo.

Devido à insistência da Fifa em adotar essa nova definição quanto ao limite de idade, o Comitê Executivo do COI decidiu consultar os Comitês Olímpicos Nacionais sobre o assunto e não tomou nenhuma decisão sem ter um número de respostas sobre a questão colocada pela Fifa²⁴.

Ficou decidido que seria realizada a experiência do limite de idade (23 anos) nos Jogos de Barcelona 1992 e que, após aquele ano, seria tomada uma decisão definitiva sobre o assunto²⁵. Havelange jus-

18 “Olimpíada: Só Futebol Amador”, in *O Estado de S. Paulo*, 16 de julho de 1983, p. 21.

19 *Olympic Review*, n. 215, setembro de 1985, p. 537. Influential figures in sport: H.E. Mr. Juan Antonio Samaranch. Entrevista realizada com o presidente do COI, Juan Antonio Samaranch.

20 *Olympic Football Tournament Los Angeles 1984 Technical Report*, p. 21. Selection of Players.

21 *Olympic Review*, n. 235-236, maio-junho de 1987, p. 278. Fifa.

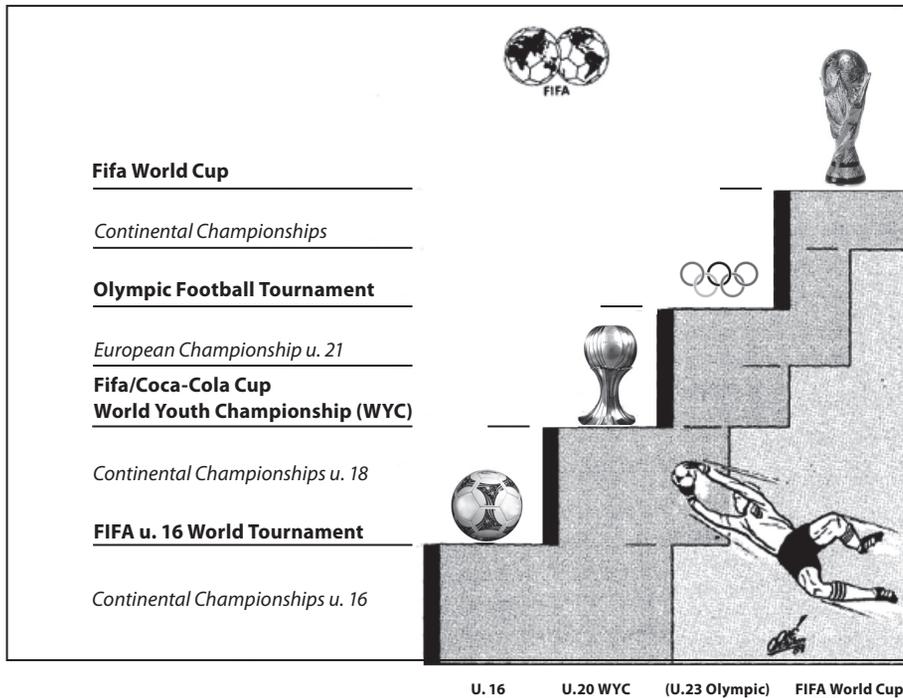
22 “Fifa Ameaça Retirar o Futebol em 1992”, in *O Estado de S. Paulo*, 14 de agosto de 1984, p. 24.

23 “Fifa e o Comitê Olímpico”, in *Folha de S. Paulo*, 30 de novembro de 1984, p. 24.

24 *Olympic Review*, n. 255-256, janeiro-fevereiro de 1989, p. 16. Other decisions; *Olympic Review*, n. 259, maio de 1989, pp. 193-4. Secure games.

25 *Olympic Review*, n. 263-264, setembro-outubro de 1989, p. 439. Definitive Inclusion of Tennis; *Olympic Review*, n. 263-264, setembro-outubro de 1989, p. 441. IOC Eligibility Commission.

Estrutura hierárquica dos campeonatos promovidos pela Fifa



Fonte: Olympic Football Tournament Los Angeles 1984 Technical Study, p. 23

tificava a implantação do limite de idade ao afirmar que “[...] o futebol tem características distintas” e que “as Olimpíadas não são a única competição de importância para os jogadores de futebol”²⁶.

A restrição proposta pela Fifa tinha a intenção de que a Copa do Mundo não perdesse a sua condição de principal competição do futebol e, segundo o secretário geral Joseph Blatter, a Fifa “não quer fazer uma prévia da Copa do Mundo durante a Olimpíada”²⁷. O COI não concordava com o posicionamento da Fifa e afirmava que não estava “[...] interessado em organizar um ‘torneio da juventude’ mesmo se, com essa medida, a Fifa queira assegurar a prioridade da Copa do Mundo. Seria melhor não ter o torneio em vez de ter um pela metade”²⁸.

26 “Fifa Limitará Idade a partir de 92”, in *O Estado de S. Paulo*, 22 de fevereiro de 1986, p. 23.

27 “Fifa Não Aceita a Participação de Jogadores que Disputaram Mundiais”, in *Folha de S. Paulo*, 17 de setembro de 1988, p. D5.

28 “Em 92, Futebol Olímpico Poderá Ter Jogadores que Já Disputaram Copas”, in *Folha de S. Paulo*, 15 de setembro de 1988, p. D3.

Após os Jogos de Barcelona 1992, essa experiência do limite de idade de 23 anos para os atletas do futebol se efetivou nas edições seguintes. Uma pequena alteração foi aplicada, para os Jogos de Atlanta 1996, ao ser autorizado que cada seleção poderia convocar até três atletas com mais de 23 anos para disputar a fase final dos Jogos Olímpicos²⁹. Esse período dos Jogos Olímpicos (1992 a 2012 e certamente as edições seguintes) deve ser analisado de modo particular porque revela novas configurações do futebol, em que se estabeleceu uma lógica particular: agora são os jogadores que circulam, ou, nas palavras de Rial (2008), “rodam”, e não mais os clubes com suas excursões ao exterior que fizeram parte, por exemplo, da história dos atletas brasileiros amadores que defenderam a seleção no torneio de futebol olímpico. E se as seleções brasileiras das décadas de 50-70 foram

29 *Olympic Review*, n. 306, abril de 1993, p. 157. Star solution for games; *Olympic Review*, n. 312, outubro-novembro de 1993, p. 413. Mountain bike, beach volleyball and women’s football.

formadas por atletas que atuavam no Brasil, muitos de equipes de menor expressão no contexto futebolístico nacional, esse período que coincide com o limite de idade apresenta uma nova configuração da seleção nacional, formada, agora, por atletas que defendem clubes do exterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do futebol dentro dos Jogos Olímpicos configurou-se pela disputa de poder entre o COI e a Fifa pelo controle das definições das regras do amadorismo. Um marco dessa disputa aconteceu após o Congresso de Praga (1925), quando, depois de estabelecido o consenso entre as federações internacionais quanto à definição de atleta amador, a Fifa mudou de posicionamento e passou a defender o pagamento pelo tempo de afastamento do trabalhador. Por conta dessa divergência, a Fifa e o COI romperam e o futebol foi eliminado do programa olímpico de 1932. No entanto, sua força política era tão grande que retornou ao programa esportivo nos Jogos de Berlim 1936, permanecendo desde então nos Jogos Olímpicos.

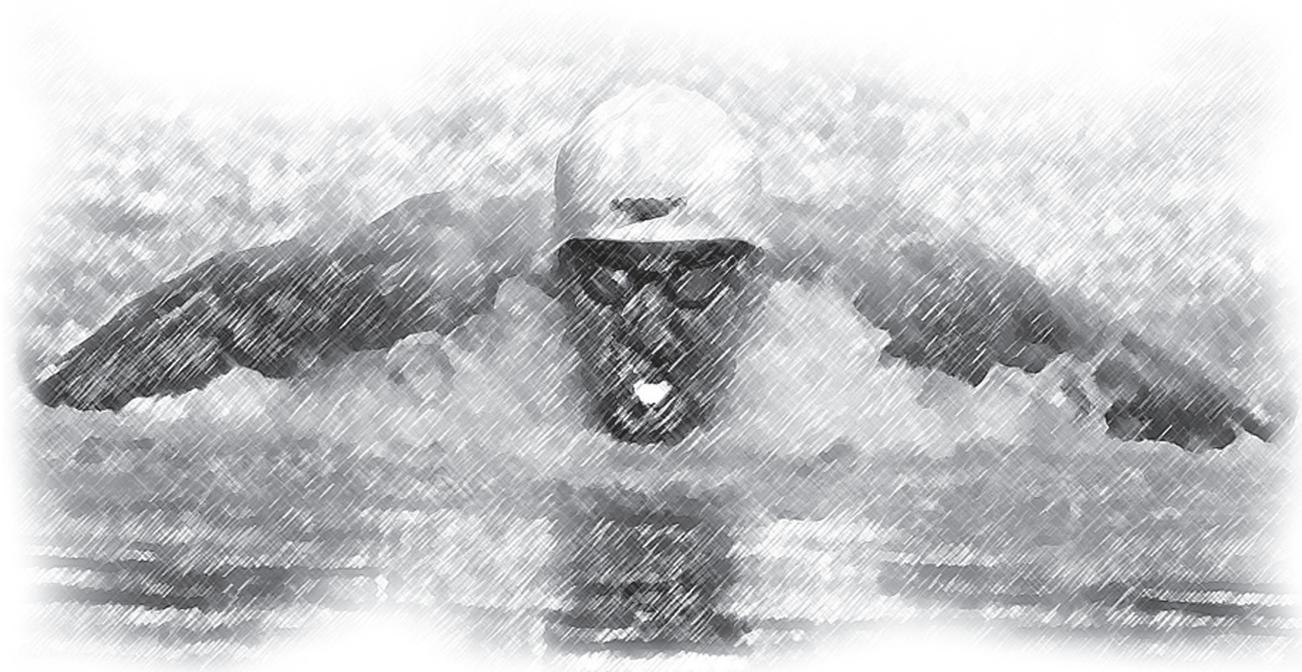
Cinco décadas depois, a entrada de João Havelange na presidência da Fifa em 1974 re-

presentou a continuidade e, até mesmo, o acirramento das disputas entre o COI e a Fifa pelo controle do futebol. Como estratégia, a Fifa procurou fortalecer a Copa do Mundo a fim de enfraquecer o futebol olímpico. Na entrevista realizada com Havelange em 2012, ele foi enfático ao ressaltar que foi um defensor da exclusividade do futebol, ou, em suas palavras: “Você não vai engordar o porco do outro e o seu morrer de inanição”. Portanto, a ação de Havelange no comando da Fifa foi extremamente planejada e ele sabia que, por meio de medidas restritivas, poderia garantir que os principais jogadores disputassem a Copa do Mundo, valorizando, portanto, o seu principal produto.

Como não poderia “engordar o porco do outro”, criou a Copa do Mundo para os atletas juniores também como forma de fomentar desde as categorias de base às diferenças entre o que representa o futebol de Copa do Mundo e o futebol olímpico. Por meio dessa ação, ele começava a criar desde cedo o interesse dos atletas em participar de uma Copa do Mundo, pois, se não fosse essa a intenção, o torneio para os atletas juniores teria periodicidade igual à do campeonato profissional (quatro anos) sendo, desde a sua criação, realizado a cada dois anos.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. “Como É Possível Ser Esportivo?”, in Pierre Bourdieu. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- GIGLIO, Sérgio Settani. *COI x Fifa: A História Política do Futebol nos Jogos Olímpicos*. Tese de doutorado. São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte da USP, 2013.
- _____. “Muito Mais do que um Jogo: Os Embates entre o COI e a Fifa pelo Controle do Futebol Olímpico”, in *Ciência e Cultura*, v. 66, n. 2. São Paulo, 2014, pp. 47-50.
- GIGLIO, Sérgio Settani; RUBIO, Katia. “As Relações entre o COI e a Fifa e a Formação da Copa do Mundo de Futebol”, in Sérgio Settani Giglio; Diana Mendes Machado da Silva. *O Brasil e as Copas do Mundo: Futebol, História e Política*. São Paulo, Zagodoni, 2014.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 4ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- RIAL, Carmen. “Rodar: A Circulação dos Jogadores de Futebol Brasileiros no Exterior”, in *Horizontes Antropológicos*, v. 14, n. 30. Porto Alegre, 2008, pp. 21-65.



***O doping* e os Jogos Olímpicos: diferentes dimensões do fenômeno**

Marco Bettine de Almeida

Diego Monteiro Gutierrez

Gustavo Luis Gutierrez

resumo

Este artigo apresenta uma rápida história do *doping* nos Jogos Olímpicos, a sua evolução nas provas e o desenvolvimento das formas de controle. Ilustra alguns dados quantitativos sobre substâncias mais comuns e casos denunciados para, no fim, desenvolver uma reflexão sobre as consequências da repercussão do *doping* na sociedade de uma forma geral.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos; *doping*; esporte; saúde.

abstract

This article presents a brief history of doping in the Olympic Games, the evolution in testing, and the development of control methods. It illustrates some quantitative data on the most common substances, cases reported; and finally it develops a reflection on the consequences of doping for society in general.

Keywords: *Olympic Games; doping; sport; health.*

O DOPING NOS JOGOS OLÍMPICOS

O uso de substâncias com o objetivo de melhorar artificialmente o desempenho esportivo é tão antigo quanto o próprio esporte, sendo encarado de diferentes maneiras com o passar do tempo. No caso dos Jogos Olímpicos modernos, a preocupação com o *doping*, suas consequências éticas, esportivas e na saúde dos atletas vêm recebendo uma atenção cada vez maior. No âmbito deste artigo discuti-

remos como essa prática foi vista historicamente, apresentando as transformações que o *doping* sofreu, o aspecto ético, sua prevenção e controle, e a questão técnica, com o desenvolvimento de drogas e artifícios cada vez mais elaborados e difíceis de serem detectados. Por fim, discutiremos qual é a implicação dessa prática na sociedade como um todo e sua relação com a noção de esporte e saúde.

Os Jogos Olímpicos de Verão são o evento esportivo mais assistido do mundo, crescendo em audiência a cada ano. Na última edição, disputada em Londres em 2012, estima-se, segundo dados da própria organização, que 3,8 bilhões de pessoas assistiram ao menos a um minuto dos jogos. Um número impressionante, se considerarmos a população mundial de 6,8 bilhões de pessoas.

Os Jogos Olímpicos da Idade Moderna foram disputados pela primeira vez em 1896, na cidade de Atenas, e depois a cada quatro anos, sendo suspensos apenas nos períodos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, com o Rio de Janeiro

recebendo a 31ª edição, em 2016. A competição logo se tornaria um grande sucesso de público, e a medalha olímpica, a maior glória esportiva que um atleta pode conquistar.

A importância dos jogos rapidamente sairia da esfera esportiva. Muitos governos passaram a ver a competição como um espaço de demonstração da superioridade nacional. Nesse ambiente, os atletas passariam a competir não mais pelo resultado individual, mas pela glória de um povo, com uma medalha significando o triunfo de toda a nação, demonstrando a superioridade de um regime ou de uma nação sobre a outra.

Os Jogos Olímpicos de 1936, em Berlim, seriam o palco escolhido pelo regime nazista para demonstrar a superioridade ariana. No período da Guerra Fria, a competição seria uma arena de embate entre o capitalismo, representado pelos Estados Unidos, e o comunismo da União Soviética, com as vitórias esportivas representando o triunfo do regime.

O fim da Guerra Fria poderia diminuir a importância política dos jogos, porém a competição

MARCO BETTINE DE ALMEIDA é professor associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP.

DIEGO MONTEIRO GUTIERREZ é mestrando em Mudança Social e Participação Política na EACH-USP, bolsista Fapesp.

GUSTAVO LUIS GUTIERREZ é professor titular da Faculdade de Educação Física da Unicamp.

agora passaria a ser valorizada por nações emergentes, que perceberam o fato de sediar a competição e triunfar na arena esportiva como uma forma de demonstrar seu desenvolvimento social e tecnológico. Além disso, com o fim da Guerra Fria, vamos assistir a um grande crescimento da importância econômica do evento, através de patrocinadores e fabricantes de materiais esportivos.

Nesse ambiente a vitória vale muito: glória, triunfo nacional e muito dinheiro, com os atletas dispostos a desafiar todos os limites em nome da medalha olímpica. Nesse contexto, as mais diversas formas de treinamento seriam desenvolvidas, além da expansão de novas áreas de pesquisa, como a medicina e a nutrição esportiva. Uma parte dessas novas técnicas seria considerada legítima, enquanto outras acabariam por ser banidas, em nome da segurança dos atletas, da condição de igualdade entre os competidores e do espírito esportivo, entre elas, o *doping*.

A definição do que é *doping* varia de acordo com a interpretação de cada entidade. Atualmente, segundo a Federação Internacional de Medicina Esportiva, “*doping in sport is the deliberate or inadvertent use by an athlete of a substance or method banned by the International Olympic Committee (IOC)*”¹.

O *doping* não se limita apenas à utilização de substâncias banidas, como esteroides anabolizantes, diuréticos e o hormônio do crescimento (HGH), mas também a toda uma gama de técnicas, como a transfusão de sangue ou a autotransfusão, quando um atleta retira o seu sangue e, na véspera da prova, o reinjeta no próprio corpo.

Vale destacar que, apesar do que aponta a mídia, muitas das substâncias não são proibidas ou ilegais, o que é vetado é seu uso no esporte. Drogas proibidas pela Agência Mundial Antidoping (Wada, na sigla em inglês) foram inicialmente desenvolvidas para tratar de determinadas doenças e hoje ajudam milhões de pessoas a ter uma vida mais saudável. Por exemplo, esteroides anabólicos podem ser utilizados para prevenir má

nutrição em pacientes com câncer e Aids, em casos de deficiência de testosterona e no tratamento de osteoporose, assim como beta-2 agonistas são utilizados para o tratamento de crises de asma.

Substâncias proibidas em todos os momentos²
Agentes anabólicos.
Hormônios peptídicos, fatores de crescimento, substâncias relacionadas e miméticos.
Beta-2 agonistas.
Moduladores hormonais e metabólicos.
Diuréticos e agentes mascarantes.
Substâncias não aprovadas – Que não estejam em outras seções da lista nem homologadas por órgãos de saúde para uso humano.

Métodos proibidos
Manipulação de sangue e de componentes do sangue.
Manipulação química e física.
Dopagem genética.

Substâncias e métodos proibidos em competição
Estimulantes.
Narcóticos.
Canabinoides.
Glicocorticoides.

As transformações ocorridas no esporte, o foco no *fair play*, na saúde dos atletas e o destaque dado à relação entre prática esportiva e vida saudável vêm contribuindo para que o *doping* seja cada vez mais perseguido. Nos últimos anos, toda uma série de técnicas antidopagem foram desen-

1 “*Doping* no esporte é o uso por um atleta, de forma deliberada ou não, de uma substância ou método banido pelo Comitê Olímpico Internacional.” Disponível em: <http://www.fims.org/files/4414/2056/2561/PS13-Statement-on-Doping-in-Sport.pdf>.

2 As tabelas têm como base a lista de substâncias proibidas em todas as competições pela Wada em 2016. Disponível em: <http://www.abcd.gov.br/arquivos/lista2016.pdf>.

volvidas, os testes se tornaram mais frequentes e as punições, mais duras. A criação da Wada, em 1999, representaria um marco nessa luta, criando uma entidade mundial responsável pela antidopagem em todas as competições e modalidades do mundo. Mesmo assim, a sensação geral é de que nunca existiu tanto *doping*.

Nos últimos anos, uma série de escândalos contribuiria para essa sensação, o último deles ocorrido na Rússia, onde se descobriu um esquema de *doping* envolvendo a própria Federação Russa de Atletismo (Araf, na sigla em inglês), que possuía um projeto organizado de *doping* de seus atletas. A confirmação das acusações causou ultraje mundial, além de muitas dúvidas em relação à legitimidade de várias medalhas conquistadas em Londres por atletas russos, e levou ao banimento por tempo indeterminado da Federação Russa de Atletismo de todas as competições internacionais, podendo inclusive ser proibida de participar dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro³. Com essa punição, a Araf se torna a primeira federação da história a ser banida dos jogos por alegações de *doping*. Apesar disso, se olharmos no âmbito histórico, tanto a rejeição ao *doping* quanto sua prevenção são mais intensos hoje do que há 20 anos. O número maior de casos pode não representar um aumento de incidência, mas ser consequência de uma maior prevenção. O *doping* é tão antigo quanto os próprios jogos e vem ocorrendo durante o tempo, com diferentes intensidades.

O primeiro caso registrado de *doping* nas Olimpíadas de Verão ocorreu nos Jogos de St. Louis 1904, com o maratonista Thomas Hicks, que viria a receber a medalha de ouro, depois que se descobriu que o campeão inicial da prova havia feito parte do percurso de caminhão. Na ocasião, Hicks recebeu duas vezes durante a prova injeções de estricnina (mais conhecida como um veneno, mas que em pequenas doses serve como um estimulante) e doses de conhaque do seu treinador. Ao atravessar a linha de chegada, Hicks desmaiou e precisou ser reanimado pelos médicos da prova. Mais do que o caráter anedótico da história, a importância do acontecimento

está no fato de que não houve críticas ao atleta ou ao treinador, nem pedidos de desclassificação; Hicks não mostrou remorso algum em receber a medalha, nem a torcida considerou sua vitória menos legítima. Isso mostra que no início dos Jogos Olímpicos ainda não havia uma rejeição ética ao *doping*, nem por parte da torcida nem dos atletas (Kremenik et al., 2006, p. 20).

Os anos 30 marcariam a entrada no mercado das anfetaminas, que rapidamente substituiriam a estricnina como substância preferida dos atletas. A partir desse momento, não importando o seu uso original, assim que uma nova droga ou técnica entrasse no mercado, treinadores e atletas passariam a analisar a possibilidade de seu uso para aumento de desempenho, testando-a muitas vezes, de maneira empírica, em seus próprios corpos (Kremenik et al., 2006, p. 20).

Estimulantes⁴

São substâncias que estimulam o sistema nervoso central, aumentando a concentração, o ânimo e os índices metabólicos. Os exemplos mais comuns são as anfetaminas, cocaína e efedrina.

São utilizadas pelos atletas porque diminuem momentaneamente a sensação de fadiga.

Efeitos colaterais: causam dependência e podem levar a arritmia e derrame, entre outros.

A grande disponibilidade de anfetaminas no mercado pós-Segunda Guerra Mundial, além dos seus efeitos no desempenho, levaria ao seu uso generalizado entre atletas das mais diversas modalidades. O uso indiscriminado dessas substâncias durante os anos 60 estaria relacionado com uma série de acidentes. Os Jogos Olímpicos de Roma 1960 presenciariam a morte, durante uma prova, do ciclista dinamarquês Knut Jensen, enquanto no Tour de France de 1967, o então líder da prova, Tom Simpson, teria sua morte transmitida ao vivo, entre outros casos em que os atletas estariam sob efeito de estimulantes ou outras substâncias (Todd 1987, p. 96).

3 Disponível em: <http://www.theguardian.com/sport/2015/nov/26/russia-full-indefinite-ban-world-athletics-doping-scandal>. Acesso em: 16/3/2016.

4 Disponível em: <https://sites.google.com/site/playing-clean/Is-It-BannedA>. Acesso em: 16/3/2016.

Ainda nos anos 30, a testosterona sintética foi desenvolvida, mudando o ambiente esportivo para sempre. A sua aplicação no esporte, porém, só ocorreria nos anos 50. A Olimpíada de 1952 foi a primeira a ter a participação da URSS, e seu desempenho fenomenal no levantamento de peso suscitou muitas suspeitas de que os atletas estariam utilizando esteroides, o que se confirmou em 1954, com o médico da delegação admitindo o uso de testosterona nos atletas.

Ao contrário do que seria esperado, essas declarações não deram origem a indignação generalizada, como ocorrido no caso do atletismo russo décadas depois, nem a pedidos de anulação dos resultados ou punição aos envolvidos. Pelo contrário, o que se viu foi uma corrida de atletas de outras nações para utilizar essas substâncias, e um intenso debate sobre a real eficiência dos esteroides, sua segurança e qualidade dos resultados, com atletas, treinadores e médicos testando novas técnicas e substâncias.

Agentes anabolizantes⁵
São compostos derivados do hormônio masculino testosterona.
São utilizados no esporte porque aumentam a massa muscular e diminuem a gordura corporal.
Efeitos colaterais: o uso contínuo pode levar ao aparecimento de problemas cardíacos, hepáticos, esterilidade (em homens), entre outros. Nas mulheres, pode levar a efeitos virilizantes (aumento dos pelos corporais, engrossamento da voz, entre outros).

A corrida por substâncias dopantes fez surgir uma geração de superatletas, e já nos Jogos de Melbourne 1956 ficaria claro para o grande público que aqueles corpos e recordes não eram totalmente naturais. Isso, aliado aos acidentes que aconteciam pelo uso indiscriminado das anfetaminas, criou um ambiente de desconfiança em relação ao *doping*.

Essa série de acontecimentos daria início a um longo debate dentro do Comitê Olímpico Interna-

cional (COI) e no esporte como um todo, sobre o que fazer em relação a essas práticas, se seria inerentemente errado utilizar essas substâncias e sobre como coibir e punir as atitudes consideradas excessivas. Aos poucos, federações e confederações passariam a estabelecer seus próprios parâmetros. No caso dos Jogos Olímpicos, o anti-doping só seria estabelecido em 1968, encerrando de uma vez por todas o debate em torno da legalidade ou não dessas práticas.

Os testes antidopagem marcaram o início de uma nova era no esporte, o começo de um jogo de gato e rato, com as entidades controladoras perseguindo os atletas e treinadores. Assim, houve uma busca incessante por novas drogas e técnicas ilegais, de um lado, e as formas de detectá-las e coibi-las, de outro. Apesar da evolução, nos primeiros 20 anos de antidopagem, a vantagem esteve sempre com os que procuravam burlar as regras, com o período presenciando algumas das mais gritantes infrações, embora mantendo-se relativamente distante do grande público.

A falta de controle das entidades viria a ser representada pelas atletas da Alemanha Oriental. Desde o início dos anos 70, as autoridades desse país colocaram em prática um plano de *doping* (Kremenik et al., 2007, p. 67). Nesse ambiente, a saúde dos participantes e os possíveis danos futuros causados pelo abuso de esteroides ficavam em segundo plano, estando à frente a glória nacional e a medalha olímpica. Esse programa ficaria marcado pelas imagens das atletas de natação, visivelmente maiores e mais musculosas que as concorrentes, levantando muitas suspeitas, não provadas na época. As suspeitas só se confirmariam com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a revelação da extensão do sistema organizado de *dopings*, assim como a história dos danos, muitas vezes irreversíveis, que os atletas desse programa sofreram devido ao abuso de esteroides.

O grande marco, porém, da luta contra o *doping* viria nos Jogos Olímpicos de Seul 1988, na corrida de 100 metros rasos masculino. O evento era um dos mais aguardados dos jogos, com uma geração brilhante de corredores, lado a lado, e a grande rivalidade entre os dois maiores nomes da época: Ben Johnson e Carl Lewis. O evento superou todas as expectativas, com Johnson atravessando a linha em incríveis 9,79 segundos, destruindo

5 Disponível em: <https://sites.google.com/site/playing-clean/Is-It-Banned>. Acesso em: 16/3/2016.

o recorde anterior, com um número que só não foi mais baixo porque o atleta comemorou antes da linha de chegada, diminuindo sua velocidade, para delírio da torcida. Nessa prova, quatro atletas, no total, quebraram a barreira dos 10 segundos.

O clima de euforia daria lugar à indignação em apenas 24 horas, com Johnson testando positivo para o esteroide Stanozolol, perdendo a medalha de ouro e tendo seu recorde mundial invalidado. A corrida de Johnson entraria para a história não como um exemplo inspirador, mas como “a corrida mais suja da história”: dos oito atletas que cruzaram a linha de chegada naquele dia, apenas dois não se envolveriam em escândalos de *doping* – o americano Calvin Smith e o brasileiro Robson da Silva.

O escândalo mancharia a história do esporte, mostrando para o grande público a extensão do uso de esteroides entre os atletas de alto rendimento, tirando muito do mito dos esportistas, que passariam a ter de conviver com a desconfiança em relação à legitimidade dos seus records.

A reação do COI foi enérgica, mas não teve força para revolucionar o esporte e o antidoping. Seriam necessários mais dez anos, e um novo escândalo, para forçar as autoridades a tomar uma atitude drástica. Em 1998, durante o Tour de France, a polícia apreendeu uma grande quantidade de substâncias proibidas no carro do time Festina, com todos os integrantes declarando-se culpados.

Esse escândalo seria o último de uma longa série. A legitimidade e a limpeza do esporte estavam em jogo e algo precisava ser feito, sob o risco de danos permanentes à imagem do esporte e dos atletas. Nesse ambiente, em 1999, foi realizada a Primeira Conferência Mundial em *Doping* no Esporte, realizada em Lausanne, na Suíça, juntando entidades esportivas e governos do mundo.

O resultado foi a criação da Agência Mundial Antidoping. Pela primeira vez, o antidoping seria gerido por uma entidade independente, sem vínculos com federações, empresas ou governos, criada com o objetivo de unificar a prática do antidoping em todas as modalidades, em todos os países, melhorando a qualidade dos testes e acrescentando cada vez mais substâncias à lista⁶.

6 Disponível em: <https://www.wada-ama.org/en/who-we-are>. Acesso em: 16/3/2016.

Hormônios peptídicos, fatores de crescimento, substâncias relacionadas e miméticos⁷

São substâncias que estimulam o aumento artificial do nível de um determinado hormônio ou substância no corpo.

Sua utilização depende do tipo de droga: Erythropoietin aumenta o número de células vermelhas no sangue, enquanto outras têm efeito similar aos agentes anabólicos (Gonadotropin e Corticotrophins).

Efeitos colaterais: variam de acordo com a droga que se aplica.

Beta-2 agonistas⁸

São drogas utilizadas no tratamento de asma (liberadas para atletas com asma).

São utilizadas por atletas porque aumentam a massa muscular, diminuem a gordura corporal e temporariamente aumentam a performance devido à dilatação bronquial.

Efeitos colaterais: em altas doses, podem causar arritmia cardíaca, insônia e espasmos musculares, entre outros.

Moduladores hormonais e metabólicos⁹

Em geral, são agentes que controlam a produção de hormônios.

São utilizados por atletas porque diminuem os efeitos colaterais do uso de agentes anabólicos; existem alguns que aumentam a massa muscular e a produção de proteína.

Efeitos colaterais: variam de acordo com a droga.

Diuréticos e agentes mascarantes¹⁰

São substâncias com o potencial de interferir nos testes antidoping.

São utilizadas por atletas para mascarar o uso de outras substâncias proibidas.

Efeitos colaterais: variam de acordo com a droga; no caso dos diuréticos, o maior perigo reside no risco de desidratação.

7 Disponível em: <https://sites.google.com/site/playingclean/Is-It-Banned>. Acesso em: 16/3/2016.

8 Idem.

9 Idem.

10 Idem.

Narcóticos¹¹

São substâncias que agem no sistema nervoso central para aliviar a dor, como a morfina.

São utilizados pelos atletas porque diminuem a sensação de dor, permitindo levar o corpo além do limite.

Efeitos colaterais: viciam e podem agravar lesões, pois o atleta não é capaz de reconhecer a gravidade de uma eventual lesão.

Glicocorticoides¹²

São substâncias que suprimem o sistema imunológico e a sensação de dor.

São utilizados porque diminuem a sensação de dor e o cansaço.

Efeitos colaterais: osteoporoses, problemas de crescimento e renais, depressão da imunidade, entre outros.

MAIS ALÉM DO ALTO RENDIMENTO

A maioria das pessoas tende a associar a prática de esportes a uma situação de boa saúde ou, em outros termos, o esporte seria um elemento de promoção da saúde. Nesse sentido, o atleta profissional é retratado, muitas vezes, como o seu grande representante, com a imagem do corpo definido, a destreza física e técnica exaltada e transmitida exaustivamente pela mídia, acabando por consolidar um ideal de ser humano no qual milhões de pessoas se espelham.

A atitude da mídia para com os atletas, muitas vezes, mascara uma série de relações entre esporte, saúde, alto rendimento e prática amadora, que são extremamente complexas e muitas vezes opostas entre si. Para abordar esse item é preciso, inicialmente, definir melhor o esporte do qual estamos falando.

Há uma diferença entre atividade física e esporte, e há enormes diferenças entre as práticas

esportivas. A atividade física prescrita, orientada e controlada corretamente, desenvolvida de forma regular e de acordo com as orientações de um especialista, deve apresentar, na grande maioria dos casos, uma correlação positiva com a promoção da saúde.

Ao tentar desenvolver o mesmo raciocínio com relação ao esporte, porém, é preciso antes defini-lo melhor. O conceito de esporte engloba atividades tão díspares quanto um jogo de xadrez, uma partida de futsal numa quadra alugada e a final de um campeonato mundial de *rugby*. Cada caso traz em si exigências físicas específicas e sua prática regular no tempo vai trazer consequências diferentes. No caso do esporte amador, vale a princípio a mesma recomendação da atividade física em geral. Se praticado com orientação, de forma adequada ou adaptada às necessidades dos praticantes, existe toda a possibilidade de que permita ao sujeito usufruir uma melhor condição de saúde, resistência física, autonomia e, inclusive, bem-estar pessoal.

Com relação ao esporte profissional, é preciso ter presente que, mais do que um esportista, estamos falando de um profissional cuja atividade específica se relaciona com o esporte. Todas as práticas profissionais, com mais ou menos intensidade, têm um impacto na saúde do trabalhador. Seja um trabalhador das minas de carvão do início do século passado, seja um atendente de *call center* dos dias de hoje, a atuação específica em ambientes de trabalho pode levar a danos ou agravos na sua saúde. Existe uma grande preocupação política e jurídica, nesse sentido, na sociedade em geral.

Quando falamos especificamente do profissional do esporte de alto rendimento, estamos falando de uma pessoa que leva a *performance* do seu corpo, repetidamente, ao limite. Não é raro encontrar, por exemplo, ex-jogadores de basquete ou vôlei que, ao chegarem à idade madura, enfrentam alguns problemas de saúde relacionados justamente aos gestos técnicos mais comuns da sua atividade esportiva. A relação mais importante aqui, nos parece, não é entre o esporte e a saúde, mas entre a especificidade da profissão do esportista e as consequências sobre a saúde dessa prática profissional.

A questão da dopagem é mais um elemento que interfere nesse quadro. Como já foi apontado, o esporte de alto rendimento e, mais especificamente, muitas modalidades olímpicas, têm

11 Idem.

12 Idem.

uma longa história de utilização de *doping*. Como em toda atividade ilegal, ou clandestina, é muito difícil fazer um acompanhamento do seu uso no tempo e uma avaliação dos riscos que trazem à saúde. Há, contudo, um consenso sobre seus efeitos perversos no organismo dos atletas. O caso da velocista norte-americana Florence Griffith-Joyner é emblemático. Detentora de quatro medalhas de ouro olímpicas (seus recordes mundiais ainda não foram batidos), a atleta nunca foi pega em um exame antidoping, mas sempre foi alvo de suspeitas entre os colegas e a imprensa. Sua morte prematura, aos 38 anos, apenas fez reforçar a desconfiança.

A situação atual, contudo, apresenta novos desafios. A “esportivização” da sociedade, o fato de o atleta estar sendo elevado à posição de exemplo e de líder, todas essas questões envolvem também uma valorização da estética do esportista. O corpo definido e musculoso passa a ser um elemento identificado, pelo menos em nível de forma, com as qualidades positivas que o próprio atleta representa na sociedade contemporânea. Mas a realidade é que nem todas as pessoas possuem o biotipo de um atleta, e muito menos dispõem de tempo, orientação e força de vontade para desenvolver a rotina de exercícios requerida para atingir o objetivo de parecer um atleta de alto rendimento.

Ao se idealizar e exaltar o rendimento e o corpo de um atleta que utiliza esteroides ou outras substâncias ilegais, cria-se um padrão inatingível para qualquer ser humano, um padrão que só pode ser conquistado com o uso de substâncias dopantes. A partir da medalha de um atleta que usa o recurso do *doping*, pode-se estar incentivando uma grande quantidade de pessoas a tomar atitudes semelhantes, em nome de um corpo que foi definido como ideal, mas que não pode ser conquistado naturalmente.

Se somarmos a esse quadro o incremento das comunicações e a facilidade de compra de produtos decorrente do desenvolvimento da internet, chegamos a uma situação em que grande parte

da população, principalmente jovem, que pratica atividade física ou esporte tem facilidade de acesso a drogas que moldam o corpo e aumentam o desempenho. Drogas estas que podem ser lícitas, ilícitas ou ainda manufaturadas sem os controles legais necessários. Mesmo no caso de drogas lícitas, sua utilização vai ocorrer fora do contexto em que elas poderiam ajudar a saúde da pessoa, visando agora a resultados distintos daqueles para os quais sua produção foi aprovada pelas agências de controle de produção de remédios.

OBSERVAÇÕES FINAIS

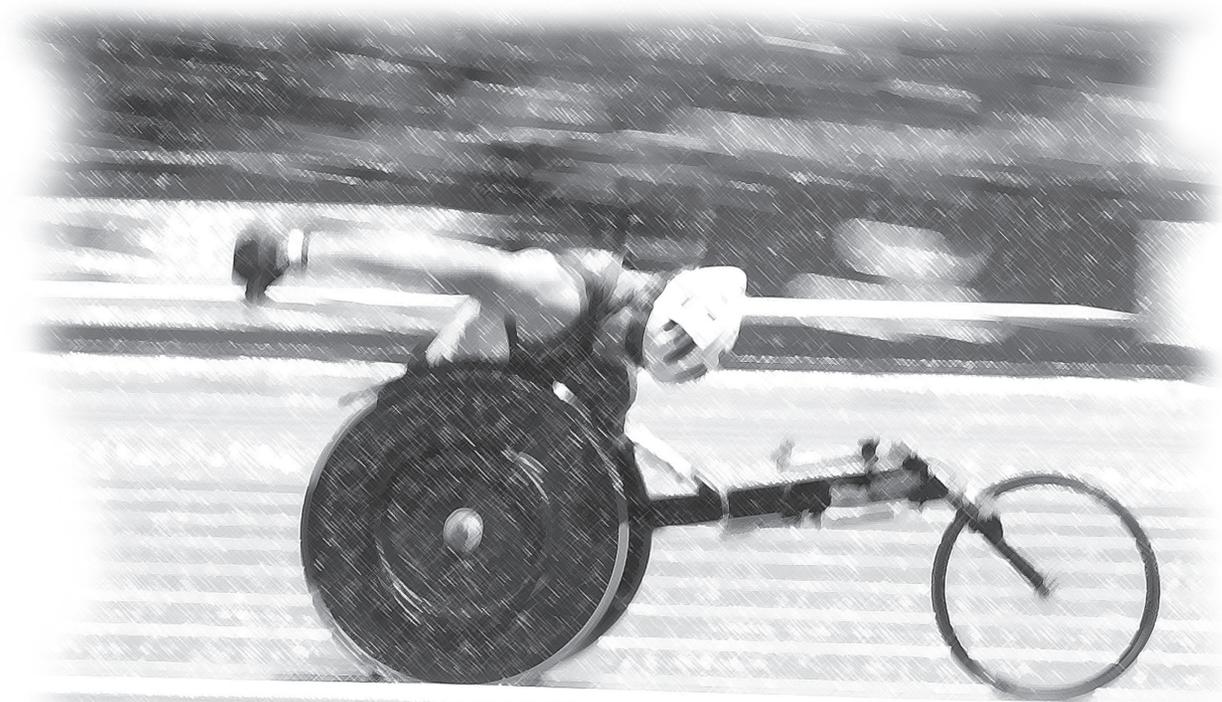
Como foi colocado no início deste texto, o *doping* é tão antigo quanto o próprio esporte. Nesse mesmo sentido, sempre que houver uma competição esportiva com regras, haverá gente procurando encontrar uma interpretação das regras que a beneficie ou simplesmente tentando burlá-las.

A situação atual, no que se refere ao *doping* nos Jogos Olímpicos, parece apontar um desenvolvimento importante das formas de controle, apoiado tanto na evolução técnica e científica, como também num consenso ético entre as pessoas em condenar a sua prática. Assim, as denúncias recorrentes de casos de *doping* tanto podem ilustrar o crescimento do seu uso como, no sentido contrário, um aperfeiçoamento das formas de controle e vigilância.

Já no que se refere à utilização de substâncias diversas, ilícitas ou não, por parte dos praticantes de esportes e atividades físicas em geral, sem um controle e acompanhamento profissional, com objetivos de desempenho esporádico ou apenas estético, a situação se apresenta ainda mais complexa. Trata-se de uma questão cujas dimensões e características não são bem conhecidas até agora e que exigirão um esforço, não só de pesquisa, mas também das autoridades de saúde pública, no sentido de minimizar seus malefícios à população.

BIBLIOGRAFIA

- AQUINO NETO, F. R. de. "O Papel do Atleta na Sociedade e o Controle de Dopagem no Esporte", in *Rev. Bras. Med. Esporte*, 7(4), jul.-ago./2001, pp. 138-48.
- BARBOSA, N. U. N. O. "O Desporto e a Farmácia: Um Amor Proibido", in *Revista Desporto & Direito, Revista Jurídica do Desporto*, 3(8), 2006, pp. 337-342.
- KREMENIK, M. et al. "A Historical Timeline of *Doping* in the Olympics (Part 1 1896-1968)", in *Kawasaki Journal of Medical Welfare*, 12(1), 2006, pp. 19-28.
- KREMENIK, M. et al. "A Historical Timeline of *Doping* in the Olympics (Part 2 1970-1988)", in *Kawasaki Journal of Medical Welfare*, 12(2), 2007, pp. 69-83.
- MARQUES, M. A. S.; PEREIRA, H. M. G.; NETO, F. R. A. "Controle de Dopagem de Anabolizantes: O Perfil Esteroidal e suas Regulações", in *Rev. Bras. Med. Esporte*, 9(1), 2003, pp. 15-24.
- MOORE, R. *The Dirtiest Race in History: Ben Johnson, Carl Lewis and the 1988 Olympic 100m Final*. London, A&C Black, 2012.
- TODD, T. "Anabolic Steroids: The Gremlins of Sport", in *Journal of Sport History*, 14(1), 1987, pp. 87-107.
- UNGERLEIDER, S. *Faust's Gold: Inside the East German Doping Machine*. New York, Macmillan, 2001.



**A contribuição dos Jogos
Paralímpicos para a promoção
da inclusão social: o discurso
midiático como um obstáculo**

Renato Francisco Rodrigues Marques

resumo

A inclusão social de pessoas com deficiência é um processo que perpassa tanto pelo empoderamento quanto por transformações da sociedade, de modo a proporcionar oportunidades de participação social plena. Sua efetividade está intimamente atrelada à transformação de paradigmas, estereótipos e preconceitos. Isso é possível por meio da educação formal, da mídia e de fenômenos socioculturais capazes de contribuir para modificar ou reforçar valores morais, como o esporte. O objetivo geral deste ensaio é propor uma reflexão a respeito da maneira como atletas paralímpicos são retratados pela mídia durante os Jogos Paralímpicos e o produto dessa forma de interação com os espectadores. Conclui-se que os atletas querem ser reconhecidos como pessoas produtivas e eficientes assim como qualquer outro cidadão.

Palavras-chave: Jogos Paralímpicos; esporte paralímpico; sensacionalismo; mídia; inclusão social.

abstract

The social inclusion of people with disabilities is a process requiring both empowerment and social transformations, so as to provide them with opportunities for a full social participation. Its effectiveness is closely linked to shifts in paradigms, stereotypes and prejudices. That can be made possible through formal education, the media, and social and cultural phenomena able to contribute towards modifying or sustaining moral values such as sport, for example. The main aim of this essay is to offer a reflection on way paralympic athletes are portrayed by the media during the Paralympic Games, and the result of such interaction on spectators. The conclusion is that athletes want to be viewed as productive and efficient people, just like any other citizen.

Keywords: Paralympic Games; paralympic sport; super-crip; media; social inclusion.

A inclusão social de pessoas com deficiência (PCD) caracteriza-se como um processo contínuo, que demanda transformações de estruturas sociais em diferentes níveis e instâncias, e deriva de configurações socio-culturais específicas de diversos ambientes e agentes, assim como de ações individuais das próprias PCD (Sasaki, 2002).

Esse processo perpassa tanto por ações de empoderamento quanto de transformações da sociedade, de modo a proporcionar oportunidades de participação social plena (Munster et al., 2008). Por essa razão, tanto os meios de educação de PCD (sejam ou não especialmente voltados a essa população) quanto o modo como a sociedade, em uma esfera mais ampla, percebe e dialoga com tais sujeitos, são fatores que influenciam diretamente suas possibilidades de participação social.

A efetividade de processos de promoção de inclusão social de PCD está intimamente atrelada à transformação de paradigmas, estereótipos e preconceitos. Isso é possível, entre outras formas, por meio da educação formal, da divulgação midiática e de fenômenos socioculturais capazes de contribuir para modificar ou reforçar valores morais, como o esporte, por exemplo.

O esporte é um importante fenômeno sociocultural no século XXI, tendo participação importante em veículos midiáticos, na constituição do PIB de diversos países e na inser-

ção como atividade educacional, recreativa ou profissional em diferentes grupos sociais (Marques, Gutierrez & Montagner, 2009). É um fenômeno plural e heterogêneo, que transmite, transforma e reforça valores morais e o espectro social de diferentes grupos, sendo também transformado por quem se envolve em suas práticas (Marques, 2015). É um fenômeno com considerável elasticidade semântica, de acordo com os agentes sociais que com ele se envolvem (Bourdieu, 1990).

Por ser um fenômeno sociocultural e, por essa razão, ser passível de transformações e adaptações em relação aos sujeitos envolvidos e seus *habitus*, o esporte assume papel importante como uma das possíveis formas de educação e influência sobre a criação e transformação de paradigmas, estereótipos e traços culturais da sociedade como um todo. Por essa razão, o esporte é tido como um fenômeno com íntima relação com processos de educação, sendo um importante influenciador sobre a formação de opinião e posicionamento político de praticantes, espectadores ou consumidores.

Assim como outros grupos sociais, as PCD mantêm uma relação importante e, por vezes, particular com o esporte. Historicamente, a inserção desse grupo em atividades esporti-

RENATO FRANCISCO RODRIGUES MARQUES
é professor da Escola de Educação Física e Esporte da USP de Ribeirão Preto.

vas já recebeu diferentes identidades, objetivos e sentidos, sendo tratada como modo de reabilitação, lazer, educação e trabalho (Howe, 2008). A intensificação dessa relação, especialmente pelo aumento das ofertas de atividades esportivas para esse público, e transformações de estruturas sociais que permitem uma participação mais ampla das PCD no campo esportivo, fortalecem a importância do esporte como um dos possíveis meios de facilitação de processos de inclusão social, tanto pela via de empoderamento da PCD praticante, quanto pela capacidade de esse fenômeno sociocultural disseminar ideais e valores morais que podem interferir no modo como a sociedade estabelece relações com as PCD.

O campo esportivo caracteriza-se por um espaço social de disputas, tanto entre sujeitos que buscam ascensão e reconhecimento simbólico quanto por modalidades esportivas que concorrem por legitimidade e acesso a ganhos políticos e econômicos (Bourdieu, 1983). O reconhecimento de um sujeito como atleta, assim como de sua capacidade para grandes feitos, são exemplos de algumas lutas simbólicas de PCD no campo esportivo.

Assim como qualquer outro campo social, o esporte é parcialmente autônomo e, desse modo, sofre influência e submete-se a normas e valores construídos e vigentes no macrocosmo social (Bourdieu, 1990). Desse modo, a participação de PCD está sujeita a percepções e intervenções da sociedade, pautadas em valores que nem sempre são comuns ao esporte e que podem, de modo mais específico, ser incomuns ao subcampo do esporte paralímpico. Nesse cenário, valores morais e traços culturais próprios do campo esportivo ou do subcampo paralímpico tanto sofrem influência de agentes externos a esse cenário quanto podem influenciar a sociedade em sua esfera macro, contribuindo para transformações sociais em relação à posição ocupada por PCD.

O esporte paralímpico consiste em um subcampo do esporte, sendo uma das possíveis alternativas de participação esportiva para PCD, e tem nos Jogos Paralímpicos (JP) seu principal evento e meio de divulgação de feitos esportivos (Marques & Gutierrez, 2014). Sua importância

se mede pelo fato de ser uma das únicas oportunidades de divulgação midiática para atletas e equipes em diversos países do mundo, ainda assim, muitas vezes de forma não satisfatória para esses sujeitos (Marques et al., 2014).

Frente a esse cenário, com o intuito de contribuir para a discussão sobre a participação do esporte em processos de inclusão social, como fenômeno sociocultural que pode contribuir para mudanças de paradigmas e estereótipos relacionados à PCD na sociedade, esta reflexão parte da premissa de que os JP e seus participantes acabam por exercer um importante papel de divulgação e transformação social sobre as potencialidades e desejos de participação das PCD na sociedade. Os valores, ideais, sentidos e exemplos externados durante os jogos, ou em outras oportunidades relacionadas a eles, contribuem em larga escala para a conformação (transformação ou reforço) de formas de percepção relativas à inclusão das PCD.

O objetivo geral deste ensaio é propor uma reflexão a respeito da maneira como os atletas paralímpicos são retratados pela mídia, especialmente durante os JP, e o produto dessa forma de interação com os espectadores. De modo específico, objetiva-se, a partir da análise de trabalhos acadêmicos sobre a opinião de atletas paralímpicos a respeito da abordagem midiática, discorrer sobre possibilidades de relação entre o estereótipo construído sobre esses sujeitos e seu impacto sobre processos de inclusão social de PCD.

Nesse cenário, os JP exercem papel de destaque como meio de colaboração para a transformação de estereótipos, paradigmas e, principalmente, preconceitos em relação às potencialidades e possibilidades de participação social de PCD. Sendo o evento esportivo que mais atrai a atenção da sociedade para as PCD, os jogos têm papel fundamental sobre o modo como essas pessoas são reconhecidas (Hardin & Hardin, 2004).

Este ensaio será estruturado em dois momentos: a) uma descrição sobre os JP e as relações do esporte de alto rendimento para PCD e processos de inclusão social; b) uma reflexão sobre os discursos midiáticos e suas consequências para a formação do imaginário sobre o atleta paralímpico.

JOGOS PARALÍMPICOS – O ALTO RENDIMENTO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE PROCESSOS DE EMPODERAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O esporte adaptado consiste em um universo que engloba atividades esportivas adaptadas a PCD ou com qualquer tipo de característica que demande transformações nas práticas. O esporte paralímpico consiste em um braço dessa forma de esporte e se caracteriza por um ambiente mais restrito, ao envolver apenas as modalidades dos JP, e ser acessível somente a pessoas que se enquadrem em seus critérios de classificação e desigualdade (Costa & Winckler, 2012).

O esporte paralímpico se manifesta não apenas nos JP, mas também em eventos organizados pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC) e comitês, confederações e federações vinculados a ele. Abarca atletas com deficiência intelectual, visual ou física e se manifesta em práticas esportivas em diferentes níveis de desempenho e ambientes (escola, lazer, alto rendimento).

Os JP são o principal evento esportivo para PCD na sociedade globalizada. Embora não abarquem sujeitos com todos os tipos de deficiência, assim como todas as possibilidades de práticas esportivas adaptadas, contam com a elite dos atletas paralímpicos em nível mundial. Atualmente, ambas as versões, de verão e inverno, ocorrem de quatro em quatro anos, na mesma cidade-sede dos Jogos Olímpicos, duas semanas após o término destes, utilizando as mesmas instalações e locais, apresentando, inclusive, algumas modalidades esportivas similares (Marques et al., 2009).

Os JP caracterizam-se como um cenário de prática esportiva de alto rendimento. Os sujeitos nele envolvidos agem de forma a buscar o melhor desempenho atlético possível, tendo a vitória e o reconhecimento esportivo como principais objetivos. Esse evento consiste em um cenário de disputas entre atletas de elite. Para participar desses jogos, é preciso que o candidato seja PCD elegível para as disputas (dentro das normas específicas

de cada modalidade) e alcance um nível ou índice de desempenho esportivo competitivo que seja compatível com o mínimo exigido para ser elencado em tal competição (Brittain, 2010). Alguns outros fatores que simbolizam essa forma de esporte são a comercialização, o profissionalismo, as pesquisas que objetivam formas de melhoria de desempenho atlético, a introdução constante de novas tecnologias, além da presença do *doping* (Howe, 2004; 2008).

Esse cenário, assim como qualquer outro ambiente do esporte de alto rendimento, coloca-se na sociedade como um dos produtos do mercado esportivo. A convivência entre uma perspectiva inclusiva e comercial é latente no cenário paralímpico, expressando certos paradoxos frente ao profissionalismo e a necessidade de divulgação e criação de ídolos como forma de aumentar receitas e seu valor simbólico no campo esportivo (Howe, 2004; Howe & Jones, 2006). Tal cenário é construído pelo convívio e confronto ideológico entre a seletividade e a comparação objetiva de desempenhos próprios do alto rendimento esportivo, com a perspectiva de oferta de oportunidades de participação, inserção social de PCD e desenvolvimento de potencialidades individuais, próprios de processos de inclusão.

O capital econômico tem grande importância em qualquer prática esportiva de alto rendimento, sendo ele um fator que possibilita melhoria dos processos de preparação e competição (Marques et al., 2013). Por essa razão, o esporte paralímpico encontra-se em um estado de necessidade de ampliação de sua divulgação, para ser mais bem conhecido e consumido pelo grande público. O interesse comercial no esporte se pauta por sua proximidade com espectadores que se tornam consumidores e o desejo de empresas de se aproximarem dessas pessoas para vender seus produtos (Howe, 2004). A divulgação do esporte paralímpico se coloca como uma necessidade nesse universo e como uma forma de expandir, de maneira simultânea, e por vezes paradoxal, ideais inclusivos e comerciais (Marques et al., 2014).

Como via de divulgação e de possibilidade de incorporação de lucros econômicos (principalmente por meio de patrocínios e transmissões de eventos) e simbólicos (reconhecimento de ídolos e interesse dos espectadores pelas competições

paralímpicas), a mídia se coloca como fator de grande importância. Porém, o modo como ela trata as matérias relacionadas ao esporte para PCD levanta pontos controversos quanto à forma com que a sociedade reconhece e consome as atividades esportivas adaptadas (Silva & Howe, 2012; Marques et al., 2015).

São recorrentes trabalhos acadêmicos que denunciam diferentes abordagens às atividades esportivas paralímpicas. Um tópico se destaca: o modo como os atletas paralímpicos são retratados para o grande público e a maneira como passam a ser reconhecidos e consumidos. Esse tema se faz importante, pois contribui para a construção do imaginário sobre a PCD e suas potencialidades de atuação social plena (Marques et al., 2015).

Os veículos de comunicação transformam em notícia os assuntos que lhes são interessantes, tanto do ponto de vista político quanto econômico (Bourdieu, 1997), e o que pode se observar na literatura é uma exposição de diferentes modos de abordagem sobre os atletas paralímpicos, que pode resultar em formas de reconhecimento, por parte da sociedade em geral, que favoreçam ou dificultem: a) os processos de inclusão social de PCD; b) a profissionalização desses sujeitos como atletas de elite; c) a construção simbólica das PCD como pessoas capazes, com potencialidades para participação social plena e direito à busca por autonomia e empoderamento.

As formas como os atletas paralímpicos são retratados têm destaque, com maior ou menor reconhecimento: a) seus feitos atléticos ou; b) as limitações causadas por suas deficiências. Essa situação pode causar incômodos ou insatisfações nesses sujeitos, pois sustentam ou dificultam seu reconhecimento como atletas de elite e, conseqüentemente, suas possibilidades de ganhos econômicos, sociais e simbólicos, relativos ao mercado de patrocínios, criação de ídolos e consumo esportivo, além, é claro, de influências que seu reconhecimento, por uma via ou outra, pode exercer sobre a construção do imaginário sobre PCD na sociedade.

Embora o alto rendimento esportivo seja uma prática destinada a poucos participantes, é a forma de esporte que tem o maior poder de consagração ou mudança de paradigmas e estereótipos frente a diversos temas na sociedade. A imagem e

o reconhecimento de diferentes grupos são muito influenciados pelas construções simbólicas ligadas à divulgação e formas de consumo do esporte. Não é diferente quanto às PCD. O valor simbólico expresso pela maneira como a sociedade reconhece as PCD passa, em grande medida, pelo modo como elas são retratadas em diversas atividades cotidianas, e o esporte paralímpico se constitui como uma forma de destaque nesse cenário, podendo favorecer ou dificultar o processo de estabelecimento de uma imagem ligada à produtividade ou limitação, à autonomia ou dependência da PCD na sociedade globalizada.

O MODELO *SUPERCRIP* E O RECONHECIMENTO SIMBÓLICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: INFLUÊNCIAS SOBRE PROCESSOS DE INCLUSÃO SOCIAL

O modo como o imaginário sobre as PCD é construído não se apresenta como uma constante no decorrer da história. É possível perceber transformações importantes na maneira como diferentes sociedades perceberam e trataram essas pessoas, bem como um processo de estabelecimento de maior humanização, desde superstições que justificavam as deficiências como algo sobrenatural, na Antiguidade, até a reclusão e torturas na Idade Média, tratamento como doença nos séculos XVIII e XIX, o acolhimento terapêutico no início do século XX e os processos de integração e inclusão social a partir da metade do século XX (De Pauw & Gavron, 1995; Sasaki, 2002). Porém, devido à herança ligada à necessidade terapêutica para reabilitação, por muitas vezes permeada por forte influência de uma perspectiva médica sobre a deficiência, processos de inclusão social são dificultados nos dias de hoje pela cultura de secundarização da PCD na sociedade.

O modelo médico de percepção da deficiência contribuiu para a resistência da sociedade em mudar suas estruturas e atitudes para incluir as PCD. Nessa perspectiva, a deficiência é relacionada à doença e as pessoas com essa caracterís-

tica são tratadas como incapazes, com limitações que necessitam de apoios ligados à cura (Sasaki, 2002). Esse modelo acaba por promover certa segregação em relação aos padrões estereotipados de normalidade da população (Bailey, 2008).

Após o crescimento de processos de inclusão social de PCD, pautados na ação conjunta de empoderamento e transformações em estruturas da sociedade para receber tais pessoas, garantindo uma participação social plena, tem-se o surgimento de uma outra perspectiva de deficiência, o modelo social, que acaba por contrapor-se ao modelo médico, destacando as potencialidades das PCD (Munster et al., 2008). Nessa perspectiva, cabe à sociedade eliminar as barreiras físicas e atitudinais para a inclusão desses sujeitos, sendo essas dificuldades maiores do que a própria deficiência (Pereira & Silva; Pereira, 2006). No modelo social de deficiência, indivíduos com algum comprometimento tornam-se deficientes quando a sociedade lhes priva de uma participação social plena. Isso pode ocorrer em relação ao acesso, mobilidade, comunicação ou outras formas de barreiras (Bailey, 2008).

Em relação ao esporte paralímpico, é recorrente na literatura a denúncia de modelos distintos de divulgação e cobertura midiática ligada aos atletas (Berger, 2008; Howe, 2008; Silva; Howe, 2012; Marques et al., 2014; Marques et al., 2015). Tais formas de abordagem acabam por fortalecer: a) a perspectiva médica de deficiência (destacando a superação das condições adversas de deficiência por parte dos atletas); e b) a perspectiva social de deficiência (destacando os resultados e feitos esportivos, tratando esses sujeitos simplesmente como atletas).

Essa ambiguidade nas formas de abordagem midiáticas pode ser justificada pelo fato de que a notícia é boa quando gera audiência e apelo comercial para o meio de comunicação, sendo este o principal critério para a escolha do modo de construir e transmitir o fato noticiado (Bourdieu, 1997). Ou seja, destacar as limitações e a superação das dificuldades impostas pela deficiência ou apontar os feitos esportivos dos atletas são opções adotadas pelos meios de comunicação, que sintetizam abordagens mais ou menos sensacionalistas (Silva & Howe, 2012; Marques et al., 2014).

O discurso midiático sensacionalista, destinado a destacar a superação das adversidades oriundas da deficiência, é denominado *supercrip* (Hardin & Hardin, 2004; Berger, 2008; Howe, 2008; Silva & Howe, 2012) e é apontado como o modo mais recorrente de abordagem sobre atletas com deficiência (Berger, 2008; Howe, 2008; Silva & Howe, 2012), pois o modo sensacionalista atrairia maior atenção do público e, conseqüentemente, maior audiência, a partir da ideia do “exótico humano” (Novais & Figueiredo, 2010; Marques et al., 2014).

Essa abordagem caracteriza-se como um processo estereotipado de divulgação do atleta com deficiência, que minimiza os resultados competitivos e feitos atléticos, destacando o esportista como um herói que, mesmo com as limitações que lhe são impostas, supera-as e consegue feitos extraordinários (Silva & Howe, 2012). Ou seja, o *supercrip* caracteriza-se como um discurso que atribui ao atleta paralímpico valores mais ligados à deficiência e à superação de suas dificuldades do que aos seus feitos esportivos.

Tal abordagem também atribui um capital simbólico ao atleta com deficiência, o que, por um lado, o diferencia dos atletas não deficientes e, por outro, imprime-lhe um estereótipo de menor importância no campo esportivo, sendo secundarizado como alguém que tem mais mérito por conseguir fazer parte daquele universo do que por seus feitos atléticos em uma competição, que acaba também sendo desprestigiada e secundarizada (Marques et al., 2014).

Esse desprestígio, em uma esfera esportiva, dificulta a criação de ídolos paralímpicos, a obtenção de patrocínios (pois muitas empresas não gostam de associar sua marca a sujeitos secundarizados, carregados de estigmas que simbolizam imperfeição ou dificuldades permanentes que limitam sua participação social), o reconhecimento como atletas de elite e um maior conhecimento do público em geral sobre o próprio esporte paralímpico, afastando o conseqüente interesse da mídia em melhor divulgá-lo e contribuindo para a construção de um imaginário da PCD pautada na anormalidade e dependência.

Em uma esfera que extrapole o campo esportivo, é possível mencionar que o modelo *super-*

crip possa fortalecer preconceitos e estereótipos ligados à incapacidade, à ineficiência e, principalmente, à limitação das possibilidades de participação plena das PCD na sociedade (Howe, 2008; Silva & Howe, 2012), dificultando assim movimentos de transformação das estruturas da sociedade para processos de inclusão social.

Diversos estudos com atletas paralímpicos destacam essa ambiguidade de formas de abordagem midiática, suas implicações para o crescimento e desenvolvimento do paralimpismo, as formas de reconhecimento das PCD pela sociedade, as dificuldades impostas pelo modelo *supercrip* e, especialmente, a perspectiva dos atletas frente a esse cenário. Quanto a esse último tópico, a literatura oferece alguns dados interessantes sobre a percepção dos atletas em relação a esse tema e suas perspectivas quanto à necessidade de mudanças no modo como são apresentados e reconhecidos pela sociedade.

Diversos estudos, com atletas brasileiros (Marques et al., 2014), portugueses (Marques et al., 2015), norte-americanos (Hardin & Hardin, 2004; Berger, 2008) e britânicos (Purdue & Howe, 2012), apresentam que não há um consenso sobre a preferência de atletas e ex-atletas paralímpicos em relação ao discurso *supercrip* e à maior valorização de seus feitos atléticos. Porém, os dados desses estudos apontam que a maioria dos atletas prefere o destaque a seus feitos esportivos, sem menção à condição de limitação e superação ligada à deficiência. Além disso, é uma minoria que apoia o discurso *supercrip* e, destes, boa parte o faz destacando como cenário ideal a associação entre os dois modelos de abordagem midiática.

Alguns discursos de atletas paralímpicos mencionam o receio de serem valorizados como sujeitos extraordinários não porque construíram uma grande reputação como competidores esportivos, mas sim como alguém que tinha pequenas possibilidades de sucesso e superou as adversidades para se tornar esportista (Hardin & Hardin, 2004; Purdue & Howe, 2012; Marques et al., 2014). Existe o receio de esse discurso nutrir um sentimento de pena e compaixão por parte do público, desvalorizando-os como atletas e fortalecendo um imaginário de secundarização da PCD na sociedade. Além disso, alguns atletas mencionam o fato de que

uma maior divulgação dos feitos atléticos poderia fomentar mais interesse de PCD em praticarem esporte (Marques et al., 2015).

Embora o discurso *supercrip* tenha sido mencionado por alguns atletas como uma alternativa para receberem algum tipo de exposição midiática (Hardin & Hardin, 2004; Marques et al., 2015), ou como uma possibilidade de oferta de uma perspectiva mais positiva sobre deficiência (Marques et al., 2015), em grande medida, contribui para fomentar um papel secundário do esporte paralímpico no campo esportivo. Por essa razão, existem discursos de protesto, por parte de atletas, sobre essa abordagem midiática (Purdue & Howe, 2012; Marques et al., 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os JP são o principal evento e meio de divulgação do esporte para PCD. Sendo assim, sua divulgação e reconhecimento social exercem papel importante sobre o imaginário e a legitimidade dos atletas com deficiência como sujeitos eficientes e capazes de feitos esportivos destacáveis.

O imaginário construído pela sociedade sobre as PCD passa, em certa medida, pelo modo como os atletas são retratados, favorecendo ou dificultando transformações sociais importantes para processos de inclusão na sociedade.

Este trabalho procurou oferecer uma reflexão sobre o incômodo de atletas paralímpicos sobre abordagens midiáticas que destacam a superação da deficiência como algo mais valoroso do que seus feitos esportivos, fato que os colocaria em lugar secundarizado em relação ao campo esportivo e à perspectiva de eficiência e produtividade perante a sociedade.

O modo como os atletas paralímpicos e seus feitos são retratados exerce influência sobre as possibilidades e meios de se obter maior inclusão social de PCD. O discurso *supercrip* parece ser interessante para um processo de sensacionalismo sobre o atleta com deficiência, promovendo sentimentos de pena e compaixão, ou espanto e assepsia moral. Os JP representam, nesse cenário, uma excelente oportunidade de divulgação de uma perspectiva mais positiva e esportiva sobre os atletas paralímpicos, fo-

mentando a transformação de paradigmas sobre deficiência na sociedade como um todo.

Os JP, assim como as formas de divulgação e descrição de seus agentes e eventos, têm importante responsabilidade e influência sobre a construção do imaginário relativo à eficiência/ineficiência da PCD como sujeito ativo e participante na sociedade. O esporte é um fenômeno sociocultural com grande potencial educativo e transformador, e megaeventos como os JP são oportunidades valiosas para destaques das

potencialidades das PCD e de sua capacidade de intervir na sociedade como qualquer outro indivíduo que produz, transforma e renova a sociedade de que faz parte.

Os atletas paralímpicos querem ser tratados como atletas e isso pode contribuir para uma transformação paradigmática sobre as PCD, sendo reconhecidas como pessoas produtivas e eficientes, de acordo com as condições que a sociedade lhes oferece, assim como qualquer outro cidadão.

BIBLIOGRAFIA

- BAILEY, S. *Athlete First: a History of the Paralympic Movement*. West Sussex, John Wiley & Sons, 2008.
- BERGER, R. J. "Disability and the Dedicated Wheelchair Athlete: Beyond the 'Supercrip' Critique", in *Journal of Contemporary Ethnography*, v. 37, n. 6, 2008, pp. 647-78.
- BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- _____. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- _____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- BRITAIN, I. *The Paralympic Games Explained*. New York, Routledge, 2010.
- COSTA, A. M. da; WINCKLER, C. "A Educação Física e o Esporte Paralímpico", in M. T. de Mello; C. Winckler (orgs.). *Esporte Paralímpico*. São Paulo, Atheneu, 2012.
- DE PAUW, Karen; GAVRON, Susan J. *Disability and Sport*. Champaign, Human Kinetics, 1995.
- HARDIN, M. M.; HARDIN, B. "The 'Supercrip' in Sport Media: Wheelchair Athletes Discuss Hegemony's Disabled Hero", in *Sociology of Sport Online*, v. 7, n. 1, 2004, pp. 1-14.
- HOWE, P. D. *Sport, Professionalism and Pain: Ethnographies of Injury and Risk*. New York, Routledge, 2004.
- _____. *The Cultural Politics of the Paralympic Movement. Through an Anthropological Lens*. New York, Routledge, 2008.
- HOWE, P. D; JONES, C. "Classification of Disabled Athletes: (Dis) Empowering the Paralympic Practice Community", in *Adapted Physical Activity Quarterly*, v. 23, 2006, pp. 29-46.
- MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, L. G. *O Esporte Paralímpico no Brasil: Profissionalismo, Administração e Classificação de Atletas*. São Paulo, Phorte, 2014.

- MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTAGNER, P. C. "Novas Configurações Socioeconômicas do Esporte Contemporâneo", in *Revista da Educação Física/UEM*, v. 20, n. 4. Maringá, 2009, pp. 637-48.
- MARQUES, R. F. R. et al. "Mídia e o Movimento Paralímpico no Brasil: Relações sob o Ponto de Vista de Dirigentes do Comitê Paralímpico Brasileiro", in *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 27, n. 4, 2013, pp. 583-96.
- _____. "A Abordagem Midiática sobre o Esporte Paralímpico: o Ponto de Vista de Atletas Brasileiros", in *Movimento*, v. 20, n. 3, 2014, pp. 989-1015.
- _____. "A Abordagem Midiática sobre o Desporto Paralímpico: Perspetivas de Atletas Portugueses", in *Motricidade*, v. 11, 2015, pp. 123-47.
- MARQUES, R. F. R. "O Conceito de Esporte como Fenômeno Globalizado: Pluralidade e Controvérsias", in *Revista Observatorio del Deporte*, v. 1, n. 1, 2015, pp. 147-85.
- MUNSTER, M. de A. V. et al. "Goalball: Uma Proposta Inclusiva", in J. J. G. Almeida et al. (orgs.). *Goalball: Invertendo o Jogo da Inclusão*. Campinas, Autores Associados, 2008, pp. 9-15.
- NOVAIS, R. A.; FIGUEIREDO, T. H. "A Visão Bipolar do Pódio: Olímpicos Versus Paralímpicos na Mídia On-line do Brasil e de Portugal", in *Logos 33*, v. 17, n. 2, 2010, pp.78-89.
- PEREIRA, A. L.; SILVA, M. O.; PEREIRA, O. "O Valor do Atleta com Deficiência. Estudo Centrado na Análise de um Periódico Português", in *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, v. 6, n. 1, 2006, pp. 65-77.
- PURDUE, D. E. J.; HOWE, P. D. "See the Sport, Not the Disability: Exploing the Paralympic Paradox", in *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, v. 4, n. 2, 2012, pp. 189-205.
- SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos*. 4ª ed. Rio de Janeiro, WVA, 2002.
- SILVA, C. F.; HOWE, P. D. "The (In)Validity of Supercrip Representation of Paralympic Athletes", in *Journal of Sport and Social Issues*, v. 36, n. 2, 2012, pp. 174-94.



**Esporte, cultura e política:
a trajetória dos Gay Games nas
práticas esportivas contemporâneas**

Wagner Xavier de Camargo

resumo

Os Jogos Olímpicos Gays foram criados em 1982 nos Estados Unidos, com a finalidade de agregar praticantes esportivos que não se filiavam aos ditames da heterossexualidade compulsória. Reunindo *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e outros (inclusive heterossexuais), tais jogos ocorrem quadrienalmente há mais de trinta anos e trazem ao debate as identidades sexuais e de gênero no contexto de práticas esportivas, que, em geral, são discriminatórias e homofóbicas. O intuito deste capítulo é tecer considerações antropológicas sobre tal evento, bem como resgatar experiências etnográficas específicas do pesquisador em três edições internacionais dos Gay Games, com o objetivo de discutir representações de gênero e sexualidade nos esportes.

Palavras-chave: Gay Games; história; esportes; experiência etnográfica; antropologia.

abstract

The Gay Olympic Games were founded in 1982 in the United States to bring together sporting practitioners who did not meet up with compulsory heterosexual norms. The event gathers male homosexuals, lesbians, bisexuals, transvestites, transsexuals and others, including heterosexuals. The games have been held every four years for over 30 years; and they drive forward the debate on gender and sexual identities in the sporting arena, which has been traditionally discriminatory and homophobic. This chapter aims to present some anthropological considerations on the event, and also to bring back some specific ethnographic experiences the author had in three international editions of the Gay Games, so as to discuss gender and sexuality representations in sport.

Keywords: *Gay Games; history, sports; ethnographic experience; anthropology.*

Einevitável, ao ter contato com qualquer menção relacionada ao universo “olímpico”, não ter a mente invadida por imagens divulgadas pelas mídias esportivas de corpos atléticos, bandeiras e hinos nacionais, medalhas e mesmo choro nos pódios de premiação. São simbolismos que vertem em representações, as quais povoam nosso imaginário sobre o universo das Olimpíadas e dos jogos esportivos de grande porte.

O mesmo acontecerá nesta leitura quando mencionar que este texto tratará, exatamente, dos desconhecidos e inusitados Jogos Olímpicos Gays (ou Gay Olympic Games). Ou seja, tanto certa simbologia sobre as Olimpíadas será acessada, quanto uma curiosidade acerca do quesito “sexualidade” de *gays* esportistas, elemento comumente invisibilizado¹. Pois bem, este artigo

1 Interessante perceber como o senso comum trata a sexualidade no esporte de um modo geral. É comum surgirem boatos sobre dada orientação sexual de um atleta ou suas possíveis relações sexuais com pessoas do sexo oposto, e isso vira fofoca e notícia de jornal. Mas frente às “sexualidades dissidentes”, de sujeitos que não se identificam com a heterossexualidade dominante, verte-se para o argumento de que “*performance* esportiva nada tem a ver com sexualidade” e se invisibiliza, particularmente, a homossexualidade. Alguns autores apontaram este último aspecto: Jarvis (2006), Eng (2006), Wellard (2006), Owen (2006), Lenskyj (2003), Griffin (1998), Pronger (1990; 2000). Em recente artigo, Carney e Chawansky (2014) elencam duas razões para o vácuo de entendimento nas pesquisas sobre “esporte em

tem por finalidade maior entretecer considerações sobre identidades sexuais e de gênero no mundo dos esportes.

No caso dos “Jogos Gays” ou “Gay Games”, tudo começou quando Tom Waddell, um decatleta norte-americano que havia competido na Olimpíada da Cidade do México 1968, propõe criar os Gay Olympic Games, uma proposta bastante ousada à época, que almejava estabelecer uma estrutura de competição “olímpica” para a prática de esportes por pessoas que não se consideravam heterossexuais².

Embalado pelos ventos de mudança desencadeados pela Revolução Sexual dos anos 1960-70, tal evento esportivo foi planejado para demandar

desenvolvimento”: o engajamento limitado no escopo de pesquisas internacionais sobre o tema sexualidade e pouca (ou nenhuma) atenção aos “desejos *queer*” (ou não heteronormativos) nos esportes praticados por corpos outros, particularmente os do Hemisfério Sul.

2 Waddell possuía um exímio *background* esportivo, que começou na tenra idade pelo incentivo dos pais adotivos, intensificando-se no colégio de Springfield e tendo seu ápice após sua saída das Forças Armadas. Na realidade, queria ser dançarino, mas sempre foi desencorajado (Symons, 2010). Estimulado a praticar as dez provas do decatlo, Waddell ficou em sexto lugar entre 33 outros atletas na edição olímpica mexicana, sendo que, dentre as provas, em cinco delas ele quebrou seus próprios recordes pessoais (Pronger, 1990; Waddell & Schaap, 1996; Bosch & Braun, 2005).

WAGNER XAVIER DE CAMARGO é pesquisador da Fapesp junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

mais direitos aos homossexuais e outros sujeitos sexuais (como bissexuais, lésbicas, travestis e transexuais), nas arenas esportivas. Como defendeu Waddell algumas vezes, era necessário um mundo “sem distinções culturais, sociais ou sexuais”, mesmo dentro do esporte.

Logo que se aproximou a data do certame, no entanto, o Comitê Olímpico Estadunidense (United States Olympic Committee – Usoc) ganhou a ação já perpetrada contra Waddell, proibindo-o de se utilizar da palavra “olimpíada” em referência aos “Jogos Gays”. Em que pese haver uma ampla utilização da palavra “olympic” por parte de outros grupos ou comunidades, isso não favoreceu a “causa homossexual” naquele contexto histórico, por assim dizer. O uso da expressão por Tom Waddell e seu grupo (que logo formaria a então Federação dos Gay Games) “maculava o espírito olímpico”, como foi registrado (Waddell & Schaap, 1996). Sobre tal processo judicial, Perry Young (1995, p. 119) sublinhou que “*the fight over the name proved long and expansive, but the Olympic Committee finally (with the blessing of the U.S. Supreme Court) succeeded in blocking Waddell’s use of the word ‘Olympic’*”.

Seu pronunciamento na abertura da primeira edição (Gay Games I), no ano de 1982, em São Francisco, Estados Unidos, mostra em linhas gerais as ideias que defendia:

“It’s quite possible that someday the distinctions between gay and nongay cultures will become ir-

relevant, but for the nonce, with these Games and the Procession of the Arts, we hereby serve notice that we are fully vested citizens of the world, with a thriving and bona fide culture, and that we are worthy of the respect and esteem of all other citizens of this world. Today and this week, we see ourselves as we really are – active, productive, creative, and healthy. I hope we all experience the sense of self-worth and self-esteem that is the natural consequence of the activities in this community. Let the games begin!” (Waddell & Schaap, 1996, pp. 195-6).

Contudo, a proposta vingou e os primeiros Gay Games não só foram um sucesso para a época, como criaram vanguarda. A designação “Gay Games” surgiu de uma controvérsia histórica e de uma disputa judicial e, segundo Judy Davidson (2006), até hoje tal decisão é mal compreendida e mal digerida pelos que ainda militam “na causa”, dentro do esporte. Na esteira dos efervescentes debates sobre identidades sexuais pós-revolução, no entanto, os Gay Games se materializaram como uma proposta diferenciada, que pretendia dar visibilidade e ação para atletas e outros sujeitos excluídos do cenário esportivo *mainstream*. Mais do que provocar a “saída do armário” (*coming out*) da sexualidade de um atleta, os jogos propunham-se ser um espaço de celebração da diversidade sexual – termo não tão em voga naquele momento histórico.

De acordo com Pat Griffin (1998), os jogos também proporcionariam a convivência não con-



Tom Waddell em frente ao cartaz que proibia a palavra “olympic” e com a decisão judicial nas mãos



Tom Waddell apagando a palavra “olympic” do cartaz dos Gay Games I

fituosa entre identidades atléticas e sexuais num evento esportivo, inclusive congregando atletas heterossexuais. E, mais recentemente, Caroline Symons (2010, p. 1) fala sobre a concepção que envolvia tais jogos:

“The Gay Games were to be open to people of all sexual orientations, genders, races, nationalities, ages, abilities, religions and political perspectives – so long as participants adhered to this spirit of inclusion and respect for diversity”.

Originalmente, Waddell era engajado politicamente e sempre defendeu a prática do esporte como exercício de cidadania. Evocando mais uma vez Davidson (2006), mesmo durante a participação nos Jogos Olímpicos de 1968, Waddell protestou contra a ação racista do Comitê Olímpico Estadunidense em punir John Carlos e Tommy Smith pelos gestos de punhos cerrados no pódio, em referência direta ao Black Power³.

Se fosse possível traçar uma história paralela ao olimpismo convencional, poder-se-ia dizer que Tom Waddell representa para a história dos Gay Games o que Pierre de Coubertin (barão de Coubertin) representa para os Jogos Olímpicos da Era Moderna, reeditados em 1896. Ele defendia uma prática inclusiva, não heterossexista, na qual a chamada “igualdade formal de chances” – que, no esporte convencional, separa homens e mulheres em categorias rígidas em nome da “justiça esportiva” – não pudesse prevalecer excluindo corpos sem habilidades técnicas específicas ou sem identificação de gênero (ou sexual) definida.

Considerado, portanto, o “pai dos Jogos Gays” (Bosch & Braun, 2005, p. 186), foi a partir de sua iniciativa que os Gay Games passam a uma existência institucionalizada de práticas

esportivas de/para sujeitos *cujas identidades sexuais e de gênero iam além das heterossexuais* e, ao mesmo tempo, inseriam atletas heterossexuais identificados à causa de um mundo sem barreiras e preconceitos no esporte. Em suas palavras, o objetivo dos jogos era assim resumido:

“The Gay Games are not separatist, they are not exclusive, they are not oriented to victory, and they are not for commercial gain. They ARE, however, intended to bring a global community together in friendship, to experience participation, to elevate consciousness and self-esteem and to achieve a form of cultural and intellectual synergy” (Waddell, 1982, p. 1 – destaque do autor).

Está claramente colocado na “carta de fundação” dos jogos o caráter inclusivo, participativo, não comercial e não competitivo. Sua criação adquire uma característica mais ampla com o passar dos anos, uma vez que, segundo Symons (2010), participar de tais eventos esportivos era também uma forma de se adequar aos padrões de corpo, estilo de vida, entretenimento e consumo que atingiam a população homossexual (*gays* e *lésbicas*) nos anos 1980, particularmente nos EUA⁴.

Os princípios norteadores do agrupamento de atletas – definidos pelo próprio Waddell a partir da segunda edição dos jogos em 1986 – eram (e ainda são): 1) equipes “cossexualizadas” entre homo/héteros e/ou “homens/mulheres”; 2) competição entre grupos etários, para equiparação das condições objetivas entre competidores; 3) estímulo à participação de todas as “minorias ‘raciais’ e étnicas, surdos e pessoas com deficiência” (Waddell, 1982, p. 1)⁵.

De uma proposta idealista, os Gay Games passaram a uma existência institucionalizada, ge-

3 Black Power foi um movimento entre pessoas negras no Ocidente, principalmente nos Estados Unidos. Vigorou entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, demarcando sua luta pelo orgulho racial, contra o racismo e a favor de políticas dirigidas para negros. Os atletas mencionados, ao receberem suas medalhas no atletismo, ergueram seus punhos cerrados em forma de protesto e num claro sinal de apoio ao Black Power. Apesar de ter causado polêmica pelo uso político de ideologias dentro dos Jogos Olímpicos, tal gesto se tornou, entretanto, um símbolo na história das lutas dos afro-americanos pelos direitos civis (Van Deburg, 1992).

4 Judy Davidson (2002) igualmente critica os Gay Games, chamando-os de “*Gay Games*”, em referência ao aviltante valor cobrado pelas inscrições de atletas com o passar das edições.

5 Por meio de minhas inserções etnográficas, pude perceber que, apesar de pessoas com deficiência quase não se fazerem presentes nas edições atuais dos Gay Games, algumas minorias étnico-raciais aparecem em certa proporção, vindas principalmente da América Central, de países da África e de outros poucos da Ásia Meridional (sul e sudeste).

rida e coordenada pela Federação dos Gay Games (Federation of Gay Games – FGG) e ganharam uma dimensão mercadológica – com contratos de publicidade junto a empresas apoiadoras, venda da logomarca em produtos via internet e mesmo comercialização da *brand* junto às cidades que almejam organizar uma edição dos jogos⁶. Falecido por complicações relativas à Aids, em 1987, Waddell jamais imaginaria que sua criação se transformasse tanto.

Atualmente, há uma tensão colocada entre se apresentar como um ambiente de diversidade sexual e ser um evento de práticas esportivas restritivas, uma vez que atletas heterossexuais (principalmente os que apresentam elevada *performance* esportiva) não são benquistos ou desejados. E, assim, os jogos se edificam quase como “espaços guetificados” (Camargo & Rial, 2011), onde há regozijo identitário por parte de atletas homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens e que desejam estar entre si, reproduzindo as máximas machistas de exclusão de mulheres (lésbicas, no caso) e outros sujeitos sexuais de pistas, quadras, piscinas e tatames, como ocorre noutros ambientes esportivos convencionais.

De qualquer forma, os Gay Games continuam sendo organizados e trazem à baila a discussão sobre identidades sexuais e de gênero no contexto de práticas esportivas, e isso vale ser problematizado. O intuito deste artigo, portanto, é tecer considerações antropológicas sobre tal evento e discutir representações de gênero e sexualidade nos esportes, a partir de observação participante de um antropólogo e esportista, entusiasta do “esporte para todos”, que resgatará suas experiências etnográficas específicas do campo e com atletas entrevistados durante duas edições internacionais desses jogos⁷.

6 Em sintonia com a globalização da economia e a partir da transferência de sede para fora dos Estados Unidos, os Gay Games III, em Vancouver, no início dos anos 1990, podem ser considerados os primeiros jogos em que a iniciativa comercial, a logomarca e a popularização da competição ganham importância mundial. Symons (2010) também defende esse argumento. Porém, analisar as dimensões mercadológicas dos Gay Games extrapolaria os limites deste artigo.

7 Gay Games VII, ocorridos em 2006 na cidade de Chicago, Estados Unidos, e Gay Games VIII, realizados em 2010, na cidade de Colônia, na Alemanha.

“THE GAY GAMES AND CULTURAL EVENTS”: INSTITUCIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO⁸

Os Gay Games e os eventos culturais que os compõem se tornaram extremamente conhecidos do público LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais) e uma das maiores ocasiões festivas/competitivas em todo o mundo (Krane & Waldron, 2000). É um festival cultural e esportivo multimilionário, agregando a cada edição milhares de participantes – em geral, sempre acima dos 10 mil.

A primeira vez que ouvi falar sobre “competições *gays*” eu ainda era um garoto em formação, lá pelo final dos anos 1990, praticante de atletismo. Um amigo corredor tinha um sonho: competir nos Gay Games. Vivíamos em 1996 e faltavam dois anos para a próxima edição quadrienal de tais jogos, que seriam realizados em 1998, em Amsterdã, na Holanda. Em suas fantasias, sempre narradas a mim como companheiro de treino, imaginava homens com torsos definidos correndo ao nosso lado. Com o tempo, seus delírios passaram a povoar também meu imaginário.

Ora, os preconceitos em mim formados por minha educação de base heteronormativa me impediam de ir além, de me considerar ser desejante no universo esportivo, de projetar desejos mais libidinosos em relação, por exemplo, a corpos atléticos de outros corredores, com os quais eu convivía. Ainda me mantinha no que Eve Sedgwick (2007) designa como “armário da sexualidade”. Pensava, no lugar de “perigo e poluição”, para lembrar de Mary Douglas (1976), que poderia ocupar aqueles desejos desviantes, perigosos, ambivalentes e “imorais” – ideias perniciosas do senso comum que habitavam meu imaginário.

Militante do movimento esportivo de pessoas com deficiência, colocava-me contrário a práticas restritivas, mas castrava-me demais, igualmente, no que dizia respeito aos desejos

8 Parte do material e das informações registradas aqui já foi usada também em: Camargo & Rial (2011) e Camargo (2014).

homoeróticos ou à sexualidade no esporte. Demorei anos para entender de modo mais fluido minha sexualidade e não me condenar por desejos direcionados ao mesmo sexo. Lá pelos idos de 2006, aproveitando uma estada nos EUA, vi-me defronte à possibilidade de participar dos Gay Games VII, na cidade de Chicago.

Do *badminton* à luta greco-romana, numa longa lista de quase 30 esportes (individuais e coletivos), escolhi as provas de pista do atletismo. Mais atleta do que antropólogo, vivi uma das experiências mais interessantes de minha vida, participando, correndo, torcendo por e entre homens que se diziam afetiva e sexualmente tocados por outros homens – e entre uma plêiade de outros sujeitos sexuais, inclusive. O primeiro contato com a diversidade sexual me abriu os sentidos, relativizou meu lugar no mundo, reposicionou meus desejos e decidi estudar aquele evento e seus praticantes numa longa pesquisa, que depois se materializou em meu doutorado, entre os anos de 2008 e 2012.

“Com o estádio Soldier Field lotado, aplausos e gritarias. Estávamos em fila e pelo menos havia duas horas esperando o desfile de abertura. Fa-

mílias, parentes, amigos e torcidas organizadas se faziam presentes. À entrada, esperávamos perfilados por ordem alfabética de países, todos sendo anunciados sob uma avalanche de aplausos. O desfile da ‘delegação brasileira’ foi restrito a três brasileiros e uma brasileira. Meio decepcionante, confesso... Em meio aos discursos daquela época de ‘Brasil – Potência Olímpica’, parece que isso não funcionava entre os *gays*. Mas naquele dia, ao anúncio do nome ‘Brasil’, a adrenalina subiu e tomou conta de mim. Corremos para dentro do campo de futebol ensandecidos. Estávamos participando da cerimônia de abertura dos Gay Games, numa cerimônia com pompas de Jogos Olímpicos”⁹.

Com longa trajetória na organização do evento, a FGG, sediada nos EUA, é conduzida basicamente por trabalho voluntário de um comitê de diretores e liderada por dois copresidentes, de gêneros distintos, segundo critérios de paridade de gênero e que são eleitos nos postos de liderança. Essa organização foi oficializada juridicamente em 1989, por meio de esforços de amigos próximos a Waddell, que continuaram organizando as competições *gays* quadrianuais, mesmo após seu falecimento.



Reprodução

Estádio Soldier Field, Gay Games, em Chicago, 2006

9 Caderno de Campo, 15/jul./2006.

Segundo o *site* oficial da FGG, o lema principal da organização assenta-se sobre: “*Built upon the principles of Participation, Inclusion, and Personal Best, since 1982 the Gay Games have empowered thousands of LGBT athletes and artists through sport, culture, and fellowship*” (Federation of Gay Games, 2011).

Além de desenvolver um programa esportivo, os Jogos Gays realizam paralelamente um circuito cultural, composto por exposições, *vernissages* e mesmo mostras artísticas atrelados ao evento oficial – isso se coloca sob a expressão “*cultural events*”. Tal ideia já havia sido planejada originalmente por Waddell, mas foi somente concretizada nos Gay Games II, em São Francisco, 1986. A mostra artístico-cultural, nessa ocasião, chamada de “*Procession of the Arts*”, compôs-se de “[...] *concerts, exhibits, plays, conferences, films, dances, cabarets, and an old-fashioned Circus Parade*” (Uncle Donald’s Castro Street, 2011, p. 2).

Em entrevista com um dos presidentes da FGG, fiquei sabendo que há um protocolo parecido ao do mundo esportivo convencional para a escolha das cidades-sede dos jogos. Quando há candidatos interessados, o comitê diretor da FGG disponibiliza o cadastro *online* por meio de um projeto de desenvolvimento esportivo chamado BID, comum, inclusive, a outras competições convencionais (o Brasil já se candidatou ao menos duas vezes para

sediar os Jogos Olímpicos), e, após meses de vistas e análises do relatório de intenções, decide-se pela melhor candidatura, segundo um amplo leque de condições. Tal processo da FGG e das cidades candidatas certamente é menos glamoroso do que o processo multimilionário empreendido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), que recebe ampla cobertura midiática e se constitui ele mesmo em parte do espetáculo dos jogos.

A Tabela 1 apresenta uma listagem sistematizada com as cidades-sede no decorrer da história dos jogos, suas respectivas versões e o número de participantes.

Num primeiro olhar, é importante destacar a quantidade de atletas inscritos nos jogos. Da segunda para a terceira versão, tal quantidade mais que dobrou. Mesmo os Gay Games III tendo sido realizados em Vancouver, Canadá (um território contíguo ao estadunidense), tal edição foi a primeira internacionalizada, numa era de plena intensificação da globalização. A partir das subsequentes versões, o montante de participantes manteve-se relativamente constante e sempre em torno (ou acima) dos 10 mil.

Para ampliar o entendimento do fenômeno em discussão, gostaria de comparar tais quantificações com as dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, dois importantes eventos do contemporâneo “sistema esportivo global”, segundo Carmen Rial

TABELA 1

Gay Games – Cidades-sede e participantes

Ano	Edição	Cidade	País	No Participantes (aprox.)
1982	I	São Francisco	EUA	1.350
1986	II	São Francisco	EUA	3.500
1990	III	Vancouver	Canadá	7.300
1994	IV	Nova York	EUA	12.500
1998	V	Amsterdã	Holanda	13.000
2002	VI	Sydney	Austrália	11.000
2006	VII	Chicago	EUA	11.500
2010	VIII	Colônia	Alemanha	12.900
2014	IX	Cleveland	EUA	10.000

Fonte: adaptado de Bosch & Braun (2005) e de outros sites

(2008). Enquanto as últimas edições dos Gay Games, em Chicago (2006) e em Colônia (2010), contaram com a participação de, respectivamente, 11.500 e 12.900 atletas (números oficiais veiculados pela federação internacional), as correspondentes versões olímpica e paralímpica de verão, em Beijing 2008, somaram, cada uma a sua vez, 10.500 e 4.800 atletas (Battan, 2008), ambos os totais absolutos inferiores àqueles mencionados. Em que pese a edição de Cleveland em 2014 ter reunido menos participantes, mesmo assim foram divulgados números na casa dos 10 mil.

Em termos de quantificações, Brian Pronger (1990) e Griffin (1998) já haviam frisado numericamente os Gay Games, inclusive atentando para a proporção de participação de gêneros e também estabelecendo comparações com Olimpíadas.

“In 1986, the Gay Games attracted 3.482 athletes with a ratio of men to women of 3:2 in a total of seventeen sports. (This is to be contrasted with the 1988 Olympics in Seoul where the male/female ratio was 2,5: 1) [...] Gay Games III in Vancouver (1990) had over 7,200 athletes registered (which totals over 120 more than participated at the 1984 Los Angeles Olympic Games) in thirty-two sports” (Pronger, 1990, p. 252).

“In 1994 in New York City, Gay Games IV attracted more participants than the 1992 Barcelona Olympics. Gay Games V will be held in August 1998 in Amsterdam and will probably do the same” (Griffin, 1998, p. 190).

Destaquei a variável “número de atletas” apenas para evidenciar que os Gay Games são vultosos na proporção de participantes que atraem, abrindo precedentes para classificá-los, via quantidade, na categoria “megaeventos”, tão propalada atualmente quando se discutem os grandes eventos em que o Brasil estava (e está) envolvido desde 2014. Do ponto de vista conceitual, entretanto, as competições LGBT talvez tenham problema em se situarem no mesmo nível de outros grandes eventos esportivos globais, pois, excetuando-se o número de atletas, elas parecem estar fora dos critérios que são reconhecidos e que legitimam, frequentemente, um fenômeno como “megaevento”, ou seja, não apresentam espetacularidade e apelo

mediático (são invisíveis), não agregam popularidade (não há ídolos esportistas *gays* ou lésbicas), angariam patrocínios inexpressivos e não movimentam altas quantias de dinheiro, se os tomamos em comparação a eventos como Olimpíadas e Copas do Mundo de Futebol¹⁰.

De outra perspectiva, congrega mais participantes do que os Jogos Olímpicos convencionais, conforme destacado por Pronger (1990) e Griffin (1998), não caracteriza uma novidade propriamente dita, visto que, para se fazer presente em qualquer uma dessas versões esportivas LGBT, não é preciso carregar marcas ou índices, ou mesmo convocações oficiais de Comitês Olímpicos Nacionais. A ida ao evento é de livre-arbítrio de cada indivíduo, sendo apenas necessário ter recursos financeiros suficientes à participação, da inscrição à viagem e aos gastos oriundos dela.

Outro detalhe importante que a Tabela 1 salienta é o processo de desterritorialização global do (e reterritorialização no) espaço norte-americano do evento: em 30 anos a competição voltou cinco vezes para os EUA, que também foram o único país a repetir a organização do certame. Arrisco dizer que tal retorno ao território americano, sob supervisão da FGG, é, propositadamente, orquestrado de tempos em tempos. Há manobras políticas que arregimentam apoios e estabelecem uma rede de ações para que isso aconteça, e me fazem pensar na manutenção do que eu chamaria de “espaços políticos identitários”, segundo constatei em meu campo etnográfico junto à organização dos eventos pesquisados.

A Tabela 2 foi confeccionada com dados mais pormenorizados sobre a competição, recolhidos por mim. Eles nos conferem outra dimensão, inclusive de custos dos eventos.

Nota-se que, desde a primeira versão dos jogos, o número de países (e, conseqüentemente, de cidades, pois as inscrições são também contabilizadas por elas) está em ascensão – com exceção dos jogos de Cleveland, em 2014. Por sua vez, desde os Gay Games IV (Nova York,

10 Apesar de interessante, não é o intuito aqui desenvolver uma problematização sobre megaeventos esportivos nem ponderar se os Gay Games se encaixariam em algumas das definições vigentes (Ritchie, Shipway & Cleeve, 2009).

TABELA 2

Gay Games – Outros números

Edição	Nº países inscritos	Modalidades esportivas	Voluntários	Custo total (US\$)
Gay Games I	12	17	~ 600	125 mil
Gay Games II	17	18	~ 1.000	350 mil
Gay Games III	39	27	~ 2.000	2,1 milhões
Gay Games IV	40	31	~ 7.000	6,5 milhões
Gay Games V	68	33	~ 4.000	7 milhões
Gay Games VI	80	36	~ 3.000	5 milhões
Gay Games VII	81	31	~ 2.500	13 milhões*
Gay Games VIII	83	35	~ 2.000	Não fornecido
Gay Games IX	60	35	~ 1.500	6,8 milhões

Fonte: FGG website e Uncle Donald's Castro Street (2011)

*Receita e lucro líquido não confirmados

1994), o número de modalidades esportivas para uma edição olímpica mantém-se estável na casa de 30. O que surpreende na tabela é a quantia de voluntários para esses eventos, que, no geral, sempre é bastante alta¹¹. Em se levando em conta os custos de cada edição, os Gay Games IX (Cleveland, 2014) foram os únicos que, em toda a história dos jogos, registraram lucro total entre o que foi investido e o retorno por meio de anúncios em mídias e arrecadação¹².

Especialmente na brochura oficial do evento de Chicago, em 2006, havia mais de cem patrocinadores, dentre eles, alguns conhecidos, como Coca-Cola Company, Puma e The New York Times. Mas por que tão grande evento não é conhecido do grande público e mesmo

não é mencionado nos veículos de comunicação convencionais (canais de TV, grandes jornais e afins)? Seria simplista a resposta que não são conhecidos porque despertariam preconceitos!

Outro detalhe interessante sobre os jogos: em geral, a maior parte dos atletas é oriunda dos EUA (em Chicago, em 2006, participaram quase 6 mil estadunidenses) e o mesmo se repetiu em 2010, na Alemanha. A maioria masculina nunca foi ultrapassada na história das edições, mas em duas ocasiões a porcentagem de mulheres quase chegou à metade dos participantes: em São Francisco, em 1986, o montante delas atingiu 40% e, nos Jogos de Amsterdã, em 1998, 42%.

Na Figura 1, a seguir, pode-se observar a proporção de participação dos países envolvidos nas contendidas. Um mapa similar foi apresentado no *site* do comitê organizador dos Jogos de Colônia, em 2010, e logo após adaptado por mim e outro pesquisador. Apesar de a Austrália estar geograficamente no Hemisfério Sul, deve ser considerada como participante do conjunto das nações ricas do norte desenvolvido, principalmente porque, em termos quantitativos (363 inscritos), aproxima-se de outros

11 Segundo o relatório oficial dos jogos, em Cleveland (2014) voluntariaram-se 3.017 pessoas, 93% delas do estado de Ohio (onde a cidade se situa) e 7% americanos de outras regiões e estrangeiros (15 países estavam representados).

12 Segundo Scott Suttell (2015), o relatório financeiro sobre os Jogos de Cleveland apontou que foi a edição mais rentável de toda a história dos jogos, gerando repasses diretos e indiretos, que chegam a somar quase 7 milhões de dólares em receita e mais de 147 mil dólares em lucro líquido.

Mapa de distribuição dos países participantes dos Gay Games de Colônia (Alemanha), em 2010



Fonte: Gay Games VIII Cologne 2010 Sucess. Arte: Daniel Voltan

países europeus ocidentais (França, com 525 inscritos, Suíça, com 248 e Holanda, com 658).

No tocante à organização das competições em quadras, piscinas, tatames e pistas, a divisão por faixas etárias é o princípio aplicado em maior proporção, principalmente em modalidades esportivas individuais, como atletismo, natação e artes marciais. Equipes mistas de “homens” com “mulheres” são raras, para não dizer inexistentes, uma vez que há tão somente duas categorias nas quais os sujeitos são categorizados arbitrariamente, a “masculina” e a “feminina”, como ocorre em qualquer competição esportiva convencional. O irônico é observar que tal divisão por sexo não é, em geral, questionada, mesmo por sujeitos que se interrogam sobre as prerrogativas de sexo/gênero instituídas socialmente.

A presença de ex-atletas heterossexuais (e atletas héteros ainda em atividade) pode ocorrer em esportes individuais, que apresentam chance de medalhas, novamente como o atletismo e a natação. Esportes coletivos nos jogos (como futebol de campo, voleibol, handebol, softbol e basquetebol), em geral, são lugares de “encontros identificatórios” de sujeitos que tiveram histórico de rejeição nos campeonatos

esportivos convencionais e atualmente buscam experiências não discriminatórias¹³.

NO NÍVEL DAS EXPERIÊNCIAS: O EVENTO VISTO “DE PERTO E DE DENTRO”¹⁴

“PESQUISADOR – Me diga, então, o que significa para você estar aqui no Gay Games?

J – É sério, você quer ouvir o que tenho a dizer?

PESQUISADOR – Sim, claro, gostaria muito.

J – Minha primeira vez foi com muitos amigos, entende? E eu não vou esquecer. O momento mais emocionante para mim é ser olhado, observado e aplaudido por centenas de milhares de pessoas [...] isso para quem é excluído é uma experiên-

13 Como deixei registrado em Camargo (2012), acredito que a relação dos atletas heterossexuais em clubes e associações esportivas gays deveria ser mais bem investigada, pois não se pode tirar rasas conclusões sobre suas participações nos eventos específicos LGBT. Nigel Jarvis (2015) fez algo nesse sentido, no tocante a atletas heterossexuais em clubes gays ingleses.

14 Refiro-me aqui ao que destaca José Guilherme Magnani (2002).

cia fantástica. Digo, é uma experiência fantástica mostrar ao mundo que nós [gays] somos mais do que ‘sexo, drogas e *rock and roll*’. [...] Os Gay Games são uma oportunidade de mostrar para o mundo que nós somos iguais a quaisquer outros. Eu vivo num país onde em 36 estados [dos 50 estados norte-americanos] eu posso ser preso só por ser *gay*. [...] Por isso acho que precisamos manter isso aqui [Gay Games]”¹⁵.

Esse trecho anterior é parte de minha conversa com J, estadunidense, branco, de 58 anos, solteiro e apoiador das competições esportivas LGBT, que, segundo diz, são um local “reservado” para que se expressem livremente no esporte e troquem experiências. Numa expressão repetida por vários entrevistados: um espaço de “construção identitária *gay*”.

Ex-atleta de *powerlifting* (levantamento de peso) e atual técnico de *bodybuilding* (escultura corporal), usa saias de couro, possui *piercings*, brincos e *tatoos*, e se considera à frente de sua geração. Participa especificamente dos Gay Games como atleta desde os anos 1990. Adepto do mundo *gay* dos “fetiches”, é desinibido, muito sociável e comunicativo. Foi ele quem me inseriu na apresentação de *bodybuilding* nos Gay Games VIII. Nosso contato se iniciou por acaso, no dia de retirada do material de inscrição, na oitava edição dos jogos.

Lá eu participava como corredor de 5 km em pista de atletismo. Porém, meu “sentido antropológico” mais aguçado me permitiu “olhar, ouvir e escrever” – como nas palavras de Roberto Cardoso de Oliveira (1996) – sobre tudo o que me era, então, ao mesmo tempo familiar e exótico. Além de mapear melhor por onde pessoas e fatos circulavam ou mesmo quando ocorriam os melhores momentos para encontrar alguém com quem conversar, pude ter acesso mais aproximado às vidas de sujeitos que “militavam” há anos no movimento esportivo LGBT internacional e às suas redes sociais. O encontro com J foi fruto dessa postura investigativa.

A larga maioria dos entrevistados não é composta de atletas (atuais ou passados), mas de in-

divíduos com histórias pessoais de início precoce nas práticas esportivas (em geral, por volta dos 12 anos). No entanto, assumindo categoriasêmicas, no âmbito competitivo designam-se (e são designados por outros agentes sociais) como “atletas”, isto é, indivíduos envolvidos em práticas esportivas mais ou menos regulares, tanto com vistas à *performance* atlética quanto à simples expressão lúdica do movimento. Assumirei tal designação sem aspas, pois essa classificação é parte discursiva de como denominam suas *performances*, no sentido butleriano.

Muitos se autodenominam assim em busca daquilo que gostariam de ser (ou terem sido) e/ou mesmo daquilo que gostariam de ter (ou terem tido), como um corpo atlético e definido. O próprio J me contou, em outro momento de nossas conversas, desejar corpos de atletas heterossexuais que participam dos eventos. O “fetiche” em relação à posição de atleta (e mesmo às vestimentas atléticas) é algo muito presente no imaginário, nos discursos e nas práticas dos sujeitos que frequentam tais arenas esportivas¹⁶.

Outra singularidade do grupo de atletas *gays* entrevistados foi o fato de muitos ainda viverem crises em relação à orientação sexual e estarem no *closet* da sexualidade – senão durante o evento, pelo menos no decurso de suas vidas cotidianas. Como já mostrou Eve Sedgwick (2007), o armário é um local ambíguo e poroso. O “viver no armário” é sempre contraposto ao “sair dele”, e isso não é, em definitivo, algo hermético. A autora ressalta que os pensadores do século XX não foram ingênuos nem cegos para as danosas contradições dessa metáfora do “dentro” e “fora” do armário da privacidade¹⁷. O que se torna problemático, de acordo com sua opinião, é que tais contradições estão enraizadas na cultura europeia e têm topologias mais amplas relacionadas à privacidade na cultura,

15 Entrevista em 31/8/2010. Letras foram aplicadas aos nomes para classificar os entrevistados e proteger suas identidades.

16 Fiz uma primeira aproximação entre roupas esportivas e fetiches numa comunicação oral no 11º Colóquio Internacional de Moda (Camargo, 2015b).

17 Não nos esqueçamos de que Michel Foucault (1985) já destacara o cuidadoso encarceramento da sexualidade para dentro de casa a partir do século XVIII e a imposição do casal procriador como modelo e lei, fazendo-se reinar a norma associada à função da reprodução.

o que dificultou haver, de fato, uma metáfora alternativa como possibilidade real¹⁸.

Nas competições em que estive presente tive contato com algo em torno de 180 atletas, praticantes de aproximadamente 20 modalidades e estabeleci diversos tipos de contatos, que me foram frutíferos na compreensão analítica sobre o campo e me renderam, inclusive, algumas relações de amizade. Do total de contatos estabelecidos, obtive cerca de 13 diálogos mais profundos e acompanhei sistematicamente, durante um período de cerca de um ano, a vida de seis daqueles sujeitos, que moravam no mesmo país que eu, à época (no caso, Alemanha).

As interações se deram em seus locais de treino, em eventos esportivos, em situações sociais outras (como bares, cafés, restaurantes, boates, saunas ou outros lugares de entretenimento LGBT) e, em meio aos diálogos, eu postulava minhas preocupações investigativas. Para usar uma designação de Néstor Perlongher (2008), praticamente a totalidade dos atletas entrevistados estabelecia, em meios sociais e esportivos onde circulavam, “relações horizontais”, isto é, relações em que não estavam em jogo dinheiro, disputas por poder, território, cargos ou prestígio. Eram relações baseadas apenas em “trocas de orgasmo por orgasmo”, dentro do que foi chamado por Michel Pollak (1987) de “mercado dos intercâmbios sexuais”. Apenas um casal mantinha uma ligação afetiva baseada em “relações verticais”, que envolviam dominação/submissão, imposição de vontades e desejos, disputas por recursos econômicos. Por sua vez, as entrevistas mais pormenorizadas e específicas com os sujeitos escolhidos foram, geralmente, realizadas em locais mais reservados e silenciosos. Todos sabiam da minha condição de pesquisador; porém, em meio à interação, a maioria se esquecia disso e me tratava como um “parceiro de jogo”, para tecer uma analogia ao mundo dos esportes.

Um dado estatístico interessante que trago de um *survey* amostral por mim realizado em 2009, num outro evento esportivo LGBT de envergadura internacional, conclui, de modo

18 Infelizmente, este artigo não comporta a discussão sobre os “armários da sexualidade” dos atletas no campo esportivo.

geral, que a maioria de tais sujeitos provém de países desenvolvidos (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Europa Ocidental), habita grandes centros urbanos (ou cidades médias de regiões megalópoles ou metropolitanas), tem escolaridade formal de nível superior (principalmente cursos universitários), designa-se “branca” (com alguma porcentagem de mestiçagem) e, em esmagadora proporção, se reconhece do “gênero masculino”. Muitos relatam que moram sozinhos e aproveitam as viagens proporcionadas pela participação nos eventos para férias e turismo.

A situação de aproveitar o evento para estender a viagem e averiguar o que o local pode oferecer é bastante utilizada também por casais. Encontrei alguns deles em todos os campos etnográficos realizados na pesquisa doutoral¹⁹. Alguns deles tiravam férias juntos para poderem participar da competição e aproveitar “*tudo* o que o evento pode oferecer”, de acordo com o que me revelou um atleta no evento de Copenhague.

“PESQUISADOR – Então você veio casado para os jogos?

D – Sim, claro; ele é meu maior incentivador; não só porque é psicólogo, mas quando tive problemas com meu pai – há muitos anos – ele foi minha família.

PESQUISADOR – Mas como é o lance de participar dos jogos, vocês vêm sempre juntos?

D – Não, porque eu represento instâncias do esporte LGBT no mundo, então viajo muito. E ele, quando vem, não compete. Mas quando é possível, geralmente no verão, viajamos juntos para aproveitar tudo o que o evento tem para oferecer.

PESQUISADOR – O que é esse ‘tudo’?

D – Ah, você sabe... [*riu e levantou a sobrancelha, permanecendo pensativo alguns segundos*]. Saímos para lugares *gays* e procuramos um terceiro

19 A pesquisa vigorou de fevereiro de 2008 a fevereiro de 2012 e desenvolveu uma etnografia *multi-sited*, nos termos clássicos de George Marcus (1995), na qual o antropólogo circula por vários lugares e estabelece a conexão entre eles, resgatando os significados das práticas sociais dos sujeitos e estruturando o argumento etnográfico. A etnografia ao longo da investigação ocorreu nas competições esportivas LGBT (de lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros): os World Outgames II, em 2009, Copenhague (Dinamarca); os Gay Games VIII, em 2010, Colônia (Alemanha); e os North American Outgames II, em 2011, Vancouver (Canadá).

[parceiro]; nas competições *gays* é mais fácil encontrar, pois há opções para todos os lados. Sempre fizemos isso, desde o início de nosso namoro”²⁰.

Buscar um terceiro elemento para fazer sexo – ou *threesome*, como se referem em inglês – faz parte dos discursos e práticas dos casais entrevistados e parece supor que há uma nova forma de conjugalidade em processo. RB e DF, por mim encontrados em 2010, foram os primeiros a explicitar, clara e avidamente, seus desejos ao me fazerem o inusitado convite. Um alemão e outro grego, 36 e 35 anos, respectivamente, “brancos” e “casados” há seis anos, manifestam que essa é a “única forma de fazer o relacionamento durar”²¹, segundo me relata RB, que, olhando para DF, pede afirmativamente um sorriso, e acabamos os três rindo em consonância.

Apesar de bastante comuns os chamados “relacionamentos abertos” no mundo *gay* masculino adulto, no caso de RB e DF, a prática do sexo com terceiros participa de uma lógica de organização da relação, que mistura partilhamento de intimidade, preocupação com o outro, carinho e amor. Como constatou, similarmente, Olívia von der Weid (2010, p. 792), em sua pesquisa sobre *swing* entre casais (heterossexuais),

“[...] o *swing* não surge apenas como uma forma de satisfação de impulsos momentâneos, uma maneira menos arriscada de se consumir o prazer e descartá-lo. [...] Ver o outro se relacionando e ser visto, participar dessa interação como observador ou ativamente traria consequências para a relação a dois no sentido de aumentar a

liberdade e a intimidade e melhorar a própria relação sexual do casal”.

Enquanto RB tinha uma estressante rotina de lutas no ginásio principal da Deutsche Sporthochschule (Escola Superior Alemã de Esportes), no complexo esportivo Müngersdorf, em Colônia, DF tirava fotos de seu *Mann* (como se referia ao seu “marido”, em alemão) e me explicava quão difícil tinha sido sua situação de moradia e trabalho na Inglaterra, onde se conheceram. Era a primeira “competição *gay*” de ambos e eles estavam literalmente “fascinados” com todo o entorno. Para ambos, vindos de histórias de sofrimentos, as competições LGBT funcionavam como “redução de amizade, amor e confraternização entre os seus [iguais]”, pelo que me reportaram. RB é praticante de “artes marciais” (karatê e judô) desde a mais tenra idade, e DF é corredor (meio-fundista). Vivendo em Londres, participam da Associação de Artes Marciais Ishigaki Ju-Jitsu, apesar de só RB competir por ela. DF é o “mascote” do grupo, segundo o que me contou o namorado, rindo.

Eles vivem juntos desde que RB decidiu mudar-se da Alemanha para a Inglaterra, após a morte da mãe. Ambos se conheceram nesse país e tal fato determinou a mudança de RB para apoiar DF e, com isso, construir um relacionamento. Apesar de apoiado pelo pai na escola e nos esportes, RB teve uma triste realidade em casa: via, constantemente, sua mãe sendo espancada pelo patriarca. Essa realidade o revoltou muito enquanto adolescente, o que fez com que iniciasse a prática de lutas marciais para, literalmente, “bater no pai”. O dilema se “resolveu” quando a mãe doente faleceu e, como tinha conhecido DF em Londres, RB decidiu para lá se mudar, deixando a casa paterna. Segundo me contou entre lágrimas, não encontra mais o pai desde 2004 e nem sabe se está vivo. “Minha mãe, de tanto apanhar, adquiriu um distúrbio neurológico”, o que, segundo ele, talvez tenha sido o motivo de sua morte prematura²².

Moram juntos há sete anos e a fórmula para a duração é “sempre fazer tudo juntos”, inclusive o sexo. Desde que nos conhecemos, identificamos-nos muito, não apenas com as histórias pessoais

20 Registro traduzido de entrevista em 28/9/2009.

21 Conversa após o jantar de 5 de agosto de 2010, na qual a temática principal fora a participação na “comunidade” dos jogos e relações sexuais com terceiros. RB e DF me relataram que o clube poliesportivo de Londres, do qual fazem parte, realiza sempre torneios entre os membros e jantares/festas confraternizadoras. As competições internacionais LGBT, de acordo com o que reportaram, são momentos para “uma confraternização mais global [...] para conhecer pessoas de outros lugares [...] e também para mostrar o que desenvolvemos em nosso clube”. Nesse último aspecto, ouvi de RB, que competia na modalidade de “lutas marciais”, quão desapontado estava em ver “[...] tão poucos competidores e com níveis tão baixos”. Para ele, os melhores eram de sua equipe (*Caderno de Campo*, ago./2010).

22 *Caderno de Campo*, ago./2010.

de opressão e violência dentro de casa – como abusos e desrespeito à condição de sujeitos “desviantes” –, mas também com a maneira como os três lidamos com a vida. RB e DF tornaram-se meus amigos; não aqueles com os quais se tem relações superficiais ou incompletas, mas aqueles com quem estabelecemos vínculos afetivos. Também foi uma das raras situações em que tive contato com essa visão “além-fronteiras” do monogamismo.

Por aqui, trouxe alguns interlocutores do processo investigativo, que se fizeram presentes no cenário etnográfico nas competições esportivas investigadas e me deram uma outra *face* dos Gay Games. Não pretendo tomar tais histórias e trajetórias individuais como modelos representativos a serem generalizados para outros participantes, tampouco trazer à tona “verdades” sobre tais sujeitos em suas relações com os jogos LGBT. Pensei em apresentá-los e mostrar como há tensões relacionais entre eles e o objeto de seus desejos, no caso, as práticas esportivas. De formas diferenciadas e em outros contextos, eles estarão em permanente fluxo no texto e na história dos jogos.

SOBRE O FUTURO DOS JOGOS: NOTAS ANTROPOLÓGICAS FINAIS

As nações que mais tiveram participantes na oitava edição foram os Estados Unidos (2.219) e a Alemanha (2.955), ambos os países com maior número de inscrições. Destaque do mapa anterior é, igualmente, a presença de países emergentes no rol das participações, como Argentina, Brasil, China, África do Sul, Indonésia e Polônia. Porém, mesmo tendo figurado como partícipes, todos eles inscreveram até 50 participantes, ou seja, número inexpressivo se comparado aos países citados anteriormente.

E, de outra parte, surpreende ainda que, apesar dos impactos das discussões sobre parceria civil, direitos humanos LGBT e “casamento *gay*” em escala planetária, grande parte da África, Oriente Médio, Ásia Central, alguns países da América do Sul e quase toda a Ásia Meridional estão excluídos da participação ou figuram de modo muito modesto (a Índia, por exemplo, se fez representada nos Jogos de Colônia com apenas um participante e

não foi representada em Cleveland, em 2014). Seja por questões religiosas, econômicas, políticas, culturais ou morais, o fato é que ainda se sabe pouco sobre os motivos de não participação num evento global como os Gay Games.

Para além dessas quantificações, cabe comentar que tais jogos se originaram como evento esportivo “alternativo” a competições heteronormativas convencionais (ou seja, eventos orientados pela lógica heterossexual dominante nas sociedades), algo singular nos termos de Symons (2010, p. 241):

“The Gay Games have been an alternative Games. In a largely homophobic and heterosexual world the staging of the Gay Games, the implementation of progressive participation policies and the development of an extensive international lesbian and gay sports movement have been significant achievements. Inclusive policies and practices along with their affirmation and celebration of LGBTIQ sport and culture make the Gay Games unique”.

No entanto, nos últimos tempos, tais competições têm adquirido contornos de um “projeto exclusivo”, seja pelos constantes retornos aos Estados Unidos reforçando uma política “bairrista” de controle, seja pelos argumentos contrários aos Gay Games trazidos por militantes separatistas, que resolveram organizar um campeonato mundial em formato similar, o World Outgames, cuja primeira edição aconteceu no Canadá (Montreal, 2006), a segunda, na Dinamarca (Copenhague, 2009) e a última, na Bélgica (Antuérpia, 2013), e que tem o propósito anunciado de desmonopolizar os Gay Games como evento específico.

Do ponto de vista dos atletas participantes, em que pese sustentarem um discurso assimilacionista (de comparação ao universo olímpico convencional), criam e reeditam um espaço de cultura e esportes dessincronizado com a produção heteronormativa de esporte. E, mesmo reproduzindo gestos atléticos ou técnicas que imitam as *performances* esportivas canônicas em prol de rendimento (e reconhecimento no esporte), esses atletas postulam algo novo, uma ocupação conseqüente de um espaço (in)existente, transitório, desterritorializado. Mesmo que em alguns momentos os Gay Games ganhem caráter de “espaço



Folder da campanha do grupo de Berlim, em 2010, defendendo a unificação dos jogos

guetificado” para práticas sexuais homoeróticas – como mencionei em outro lugar (Camargo & Rial, 2011) –, as referências relativas a tais jogos só se fazem possíveis por causa das representações simbólicas criadas (e recriadas) sobre eles, tanto em termos de gênero, de sexualidade, de “fetiche” (Camargo, 2015a) e mesmo de esporte.

Assim, torna-se um exercício de futurologia refletir sobre o que acontecerá ao formato e à proposta ideológica dos Gay Games. Com os movimentos questionadores e as opções surgidas nos últimos anos, houve, claramente, um abalo visível nas convicções da Federação Internacional. No entanto, minha pesquisa revelou que por mais que os indivíduos clamem por “respeito à diversidade”, “espaços inclusivos” e “não discriminação de gênero no esporte”, eles também demandam a existência de “lugares” (ou “não lugares”, pois as competições são territorializações temporárias) de reforço

identitário, exclusivos, e onde possam explicitar suas capacidades esportivas e suas sexualidades, sem o controle efetivo da sociedade heteronormativa²³. Isso é, portanto, algo a ser levado em consideração quando se problematiza antropologicamente tais competições.

As conversações entre grupos, associações esportivas, federações e confederações já se iniciaram para os Gay Games de 2018, sua décima edição, a ser realizada em Paris. Ao mesmo tempo em que se organizam os opositores de tais jogos, estruturam-se também grupos e indivíduos que treinam avidamente e esperam pela participação num dos eventos mais inusitados e excêntricos de todo o planeta. É entre essas contradições e as idas e vindas da proposta de “evento único mundial” (*one world event*) que o universo LGBT aguarda, ansioso e atento, para os desdobramentos do que poderá acontecer nos próximos lances políticos.

23 Para Marvin Washington e Susan Mckay (2011), há contradições entre a identidade organizativa das federações internacionais e a imagem criada/mantida pelas associações

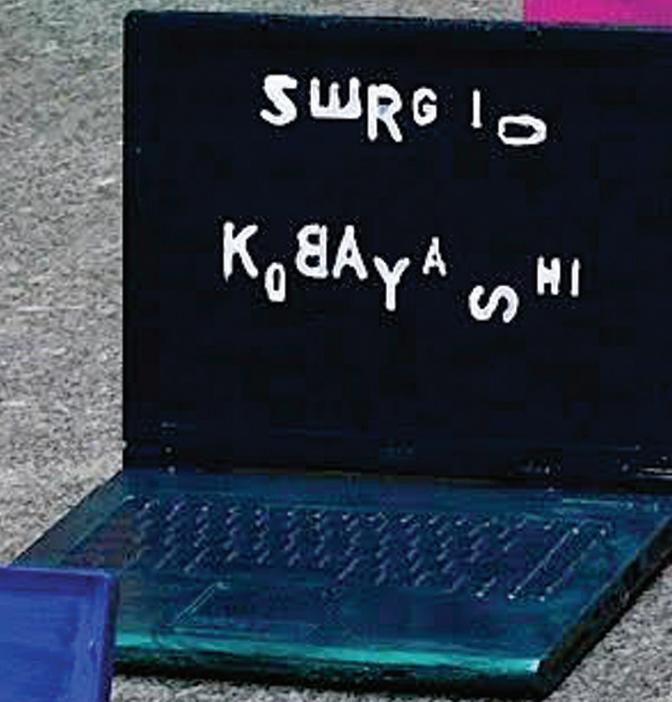
LGBT. Para tais autores, os conflitos existentes entre indivíduos e grupos são, de fato, resultado do que se encontra entre os princípios de governança e de organização.

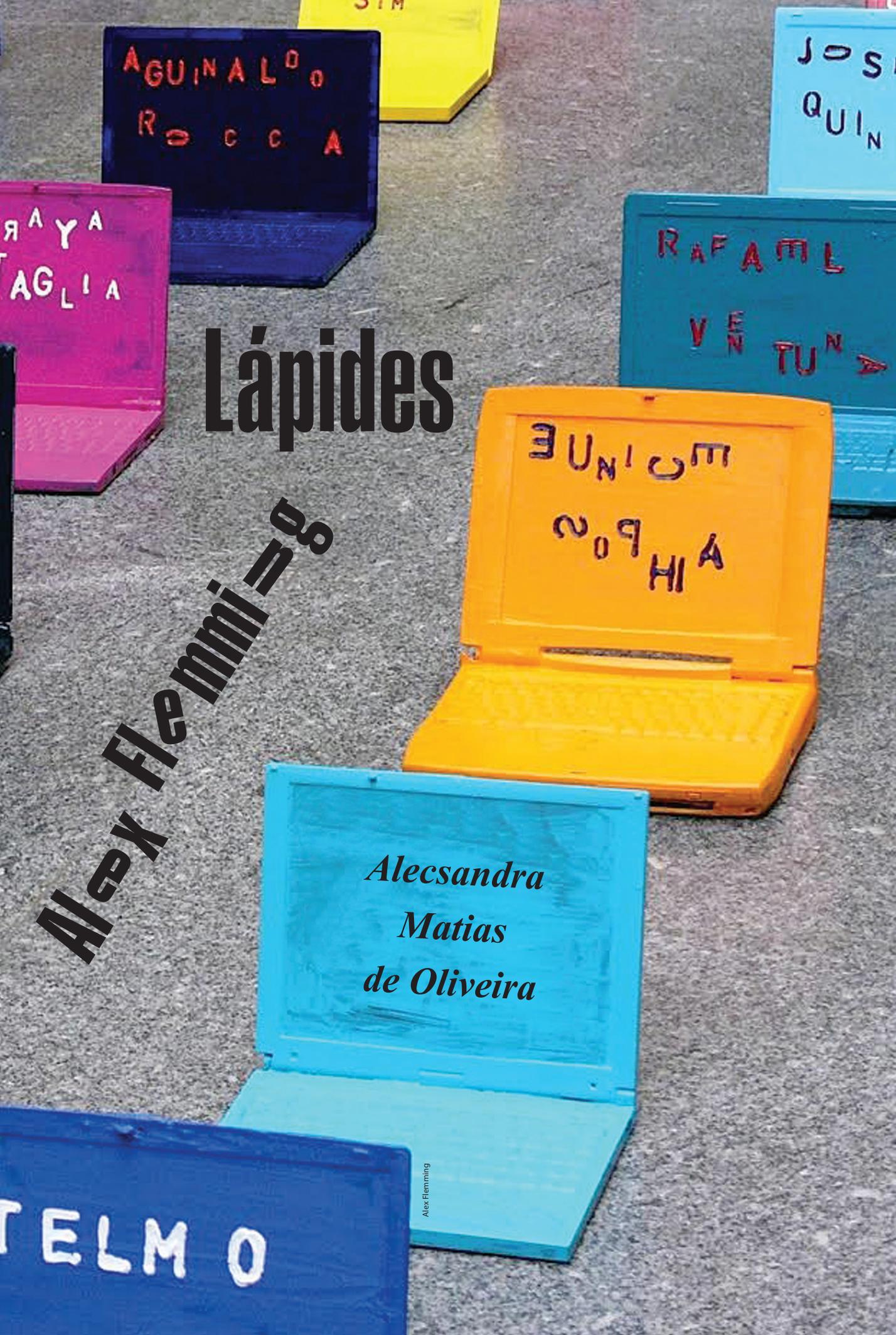
BIBLIOGRAFIA

- BATTAN, Carrie. "The Beijing Olympics by the Numbers", in *Dollars & Sense: Real World Economics*. 2008. Disponível em: <http://www.dollarsandsense.org/archives/2008/0808battan.html>. Acesso em: 10/5/2011.
- BOSCH, Heike; BRAUN, Phillip. *Let the Games be Gay!* Stuttgart, Gatzanis Verlag, 2005.
- CAMARGO, Wagner Xavier. "Circulação do Desejo: Esporte, Corpos Atlético e Práticas de Sexo", in *Revista Textura (Ulbra)*, v. 17, 2015a, pp. 110-38.
- _____. "Corpo, Moda e Práticas Esportivas". Apresentação no 11º Colóquio Internacional de Moda. Curitiba, set./2015b.
- _____. "Uma História Diferente: Os Gay (Olympic) Games e sua Origem", in *Revista Homium*, v. 3, 2014, pp. 36-54.
- CAMARGO, Wagner Xavier; RIAL, Carmen Moraes. "Competições Esportivas Mundiais LGBT: Guetos Sexualizados em Escala Global?", in *Revista Estudos Feministas*, v. 19. UFSC, 2011, pp. 977-1.003.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever", in *Revista de Antropologia*, v. 39, n. 1. São Paulo, USP, 1996, pp. 13-37.
- CARNEY, Alison; CHAWANSKY, Megan. "Taking Sex off the Sidelines: Challenging Heteronormativity Within 'Sport in Development' Research", in *International Review for the Sociology of Sport*, 2014, pp. 1-15.
- DAVIDSON, Judy. "The Necessity of Queer Shame for Gay Pride: The Gay Games and Cultural Events", in Jayne Caudwell (org.). *Sport, Sexualities and Queer/Theory*. London/ New York, Routledge, 2006, pp. 90-105.
- _____. "The 'Pay' Games: The Commodification of the Gay Games and Cultural Events", in *Annals Canadian Congress on Leisure Research*. Alberta, 2002, pp. 1-5.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- ENG, Heidi. "Queer Athletes and Queering in Sport", in J. Caudwell (org.). *Sport, Sexualities and Queer/Theory*. London, Routledge, 2006, pp. 49-61.
- GAY GAMES VIII Cologne 2010 Success. Disponível em: [http://www.gaygames.com/index.php?id=18&tx_ttnews\[tt_news\]=41&tx_ttnews\[backPid\]=1&cHash=89e2dd8ad2](http://www.gaygames.com/index.php?id=18&tx_ttnews[tt_news]=41&tx_ttnews[backPid]=1&cHash=89e2dd8ad2). Acesso em: 17/6/2011.
- GRIFFIN, Pat. *Strong Women, Deep Closets: Lesbian and Homophobia in Sports*. Massachusetts, Human Kinetics, 1998, pp. 133-56.
- FEDERATION of Gay Games. "Mission, Vision, and Values". Disponível em: <http://www.gaygames.com/index.php?id=56>. Acesso em: 20/8/2011.
- _____. "Our Founder, Dr. Tom Waddell". Disponível em: <http://gaygames.org/wp/mission-and-values/frequently-asked-questions/our-founder-dr-tom-waddell>. Acesso em: 10/8/2015.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. 8ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- JARVIS, Nigel. "The Inclusive Masculinities of Heterosexual Men Within UK Gay Sport Clubs", in *International Review for the Sociology of Sport*, n. 50, May 2015, pp. 283-300.
- KRANE, Vikki; WALDRON, Jeniffer. "The Gay Games: Creating Our Own Sports Culture", in Kay Schaffer; Sidonie Smith (eds.). *The Olympics at the Millenium: Power, Politics and the Games*. New Jersey, Rutgers University Press, 2000, pp. 147-64.
- LENSKYJ, Helen J. *Out on the Field: Gender, Sport and Sexualities*. Toronto, Women's, 2003.

- MAGNANI, José Guilherme C. "De Perto e de Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 2002, pp. 11-30. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>. Acesso em: março de 2012.
- MARCUS, George. "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography", in *Annual Review Anthropology*, v. 24, 1995, pp. 95-117.
- OWEN, Gareth. "Catching Crabs: Bodies, Emotions and Gay Identities in Mainstream Competitive Rowing", in J. Caudwell (org.). *Sport, Sexualities and Queer/Theory*. London, Routledge, 2006, pp. 129-44.
- PERLONGHER, Néstor. *O Negócio do Michê: A Prostituição Viril em São Paulo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PRONGER, Brian. "Homosexuality and Sport: Who's Winning?", in J. McKay; M. A. Messner; D. Sabo (orgs.). *Masculinities, Gender Relations and Sport*. London, Sage, 2000, pp. 222-44.
- _____. "Sex and Sport", in *The Arena of Masculinity: Sports, Homosexuality and the Meaning of Sex*. New York, St. Martin's, 1990, pp. 177-213.
- POLLAK, Michael. "A Homossexualidade Masculina ou: A Felicidade no Gueto?", in P. Ariès; A. Béjin (orgs.). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 54-76.
- RIAL, Carmen Silvia M. "Rodar: A Circulação dos Jogadores de Futebol Brasileiros no Exterior", in *Horizontes Antropológicos*, ano 14, n. 30. Porto Alegre, jul.-dez./2008, pp. 21-65.
- RITCHIE, Brent W.; SHIPWAY, Richerd; CLEEVE, Bethany. "Resident Perceptions of Mega-Sporting Events: A Non-Host City Perspective of the 2012 London Olympic Games", in *Journal of Sport & Tourism*, 14, 2009, pp. 143-67.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. "A Epistemologia do Armário", in *Cadernos Pagu*, v. 1, n. 28. Campinas, jan./jun. 2007, pp. 19-54.
- SYMONS, Caroline. *The Gay Games. A History*. New York, Routledge, 2010.
- SUTTELL, Scott. "Gay Games 9 Generated \$6.8 Million in Revenue, \$147,000 in Net Profit, Report Says". Disponível em: <http://www.crainscleveland.com/article/20150219/FREE/150219829/gay-games-9-generated-6-8-million-in-revenue-147000-in-net-profit>. Acesso em: 1/3/2015.
- UNCLE Donald's Castro Street. "Gay Games II: The Triumph in '86". Disponível em: <http://gaygamescom.site.securepod.com/en/gaygames/gaygamehist.html#gg1>. Acesso em: 1/11/2011.
- VAN DEBURG, William L. *New Day in Babylon: The Black Power Movement and American Culture, 1965-1975*. Chicago, University of Chicago Press, 1992.
- WADDELL, Tom. "White Paper: Why the Games?" (1982). Disponível em: <http://www.gaygames.com/index.php?id=200>. Acesso em: 2/11/2011.
- WADDELL, Tom; SCHAAP, Dick. *Gay Olympian. The Life and Death of Dr. Tom Waddell*. New York, Alfred A. Knopf, 1996.
- WASHINGTON, Marvin; MCKAY, Susan. "The Controversy over Montréal: The Creation of the Outgames in the Field of Gay and Lesbian Sports", in *Canadian Journal of Administrative Sciences Revue/Canadienne des sciences de l'administration*, 28, 2011, pp. 467-79.
- WELLARD, Ian. "Exploring the Limits of Queer and Sport: Gay Men Playing Tennis", in J. Caudwell (org.). *Sport, Sexualities and Queer/Theory*. London, Routledge, 2006, pp. 76-89.
- YOUNG, Perry Deane. *Lesbians and Gays in Sports*. New York/Philadelphia, Chelsea House Publishers, 1995.

arte





AGUINALDO
RECCA

JOS
QUIN

RAYA
TAGLIA

RAFAM L
VENTURA

Lápides

EUNICE
AILSON

Alex Flemming

*Alecsandra
Matias
de Oliveira*

TELM O

Onde regem as incertezas, a única exceção é a morte. Ela mostra a finitude; o transcorrer do tempo, a irreversibilidade dos eventos e a fragilidade daquela que é a última morada da identidade e das relações interpessoais: o corpo. Entre as referências modernas e contemporâneas, não faltam evocações à união entre vida, corpo e morte. Claude Monet, no século XIX, realiza, em 18 peças em tons de cinza, a agonia e a morte de sua amada Camille Doncieux. Por sua vez, Edvard Munch dedica-se à expressão de estados subjetivos (muitas vezes, mórbidos). No início do século, Ferdinand Hodler faz sua célebre sequência da morte de sua amada Valentine Godé-Darel. De flerte com a morte, Flávio de Carvalho registra os instantes finais de sua mãe. Mais proximamente, Ron Mueck, num tridimensional de pequenas proporções, exhibe o corpo sem vida de seu pai. Em todos eles, o sofrimento é físico; a morte torna-se a falência do corpo e a extinção da vida.

Já Alex Flemming chega à tríade vida/corpo/morte a partir de uma reflexão muito densa. Não é só o corpo decadente que recorda a morte; não é só o sofrimento físico ou sua lembrança que refletem a linha tênue da existência¹. Muitas vezes, seus corpos vigorosos remetem à antítese ou, ainda, a ausência deles convoca à vida, rememorando sua finitude de modo não melancólico, mas

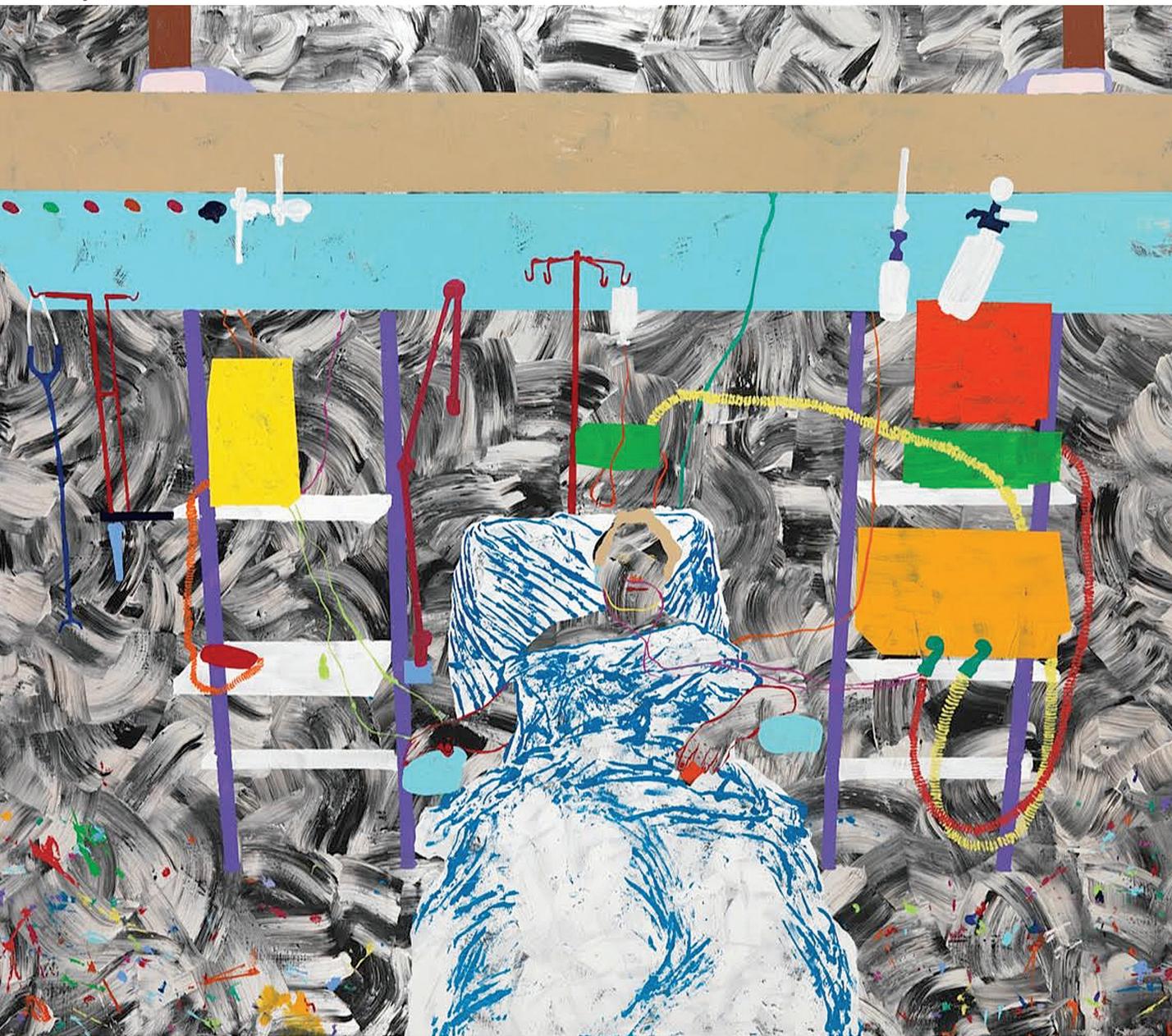
inexorável. O tratamento que Flemming impele às questões que cercam vida/corpo/morte envolvem preocupações espirais em seu percurso estético, ou seja, Flemming mantém diálogo constante com seu próprio passado, retomando a si mesmo para se superar e investir em novas formas criativas.

O artista surge no cenário das artes visuais nos anos de 1970, ganhando destaque por suas gravuras, entre elas, *Natureza Morta*, *O Homem de Passa Quatro*, *Nakai e Kikuchi* ou a série *A Mulher de Goiás*, várias delas com nítida crítica à repressão do regime militar e com denúncias de tortura infligida a presos políticos da América Latina. De igual valor estético incluem-se, nesse período, trabalhos inspirados na iconografia brasileira, especialmente representações de Iemanjá, de São Jorge e de São Miguel. Na década seguinte, sua poética amplia-se paralelamente à gravura, empregando meios tais como fotografias, fotocópias, super-8, videotexto, entre outros – a versatilidade de suas linguagens traz a marca do contemporâneo desde os momentos iniciais de sua trajetória.

Nas primeiras fotografias, dos anos de 1980, ele insere corpos ou pedaços de corpos em movimento que também estão presentes em suas gravuras. Na metade da mesma década e na posterior, desenvolve uma pintura vigorosa, sensual e de forte colorido. São exemplos, a série *Atletas* (1989), a série *Body Builders* (1997) e, na sequência das primeiras fotografuras, a série *Eros Expectante*. Seu foco é

ALECSANDRA MATIAS DE OLIVEIRA é especialista em Cooperação e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, membro da ABCA e pesquisadora do Centro Mario Schenberg de Documentação da Pesquisa em Artes da ECA-USP.

1 Em 2014, Alex Flemming realiza *Farewell*, pintura visceral sobre os últimos dias de sua mãe. Até o momento, a tela não foi apresentada em exposições.



Farewell, 2014



Cordeiro de Deus, 1991



sempre visceralmente dramático, apresentando o ser fragmentado, erotizado e incompleto.

A corporeidade da obra de Flemming passa ainda pelos retratos de anônimos dispostos pela estação de metrô Sumaré – uma instalação que marca a diversidade étnico-cultural dos brasileiros e que traz trechos de poemas selecionados pelo artista. Poemas e retratos envolvem o público e o fazem interagir com os desconhecidos que estão ali. Na homenagem a esses anônimos, existem aspectos que remetem ao fúnebre? Quem são aquelas pessoas? Por que mereceriam tal deferência naquele lugar? Seriam pessoas desaparecidas? Só podem estar mortas, concluiria o transeunte mais imediatista. Sem responder a essas indagações, as plataformas do metrô, com seus grandes retratos, tornam-se locais de passagem e de memórias dos usuários daquele meio de transporte.

O ritual de passagem forjado com animais mortos é mais uma faceta do duelo entre vida e morte. Em 1990, Flemming instala na escadaria do vão-livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) a obra *Ritual de Passagem*, na qual cabeças de bois mumificadas e pintadas de azul estão dispostas sobre latas de lixo invertidas. No ano seguinte, na XXI Bienal de São Paulo, faz a instalação *O Sacrifício – Sobre a Vida e a Morte da Cultura, do Homem e da Natureza*. Trata-se de um momento em que Alex Flemming passa da pintura para o objeto *assemblage*, com um forte sentido social e político. Suas *assemblages* têm impacto e dramaticidade. O animal mumificado apresenta em seu corpo objetos de cozinha espetados, revelando uma relação macabra. O azul prússico que poderia atenuar a realidade do animal morto revela-se chocante ao ser colocado lado a lado com os objetos metálicos que vêm de suas entranhas. Sedução e repulsão convivem na produção de sentidos dessas *assemblages*.

No universo criativo de Flemming é perceptível a transitoriedade da vida, quer do ser humano em suas relações com o entorno, quer em suas relações com o outro ou consigo mesmo. Segundo Michael Nungesser, “em Flemming, não são os objetos que se encontram, mas sim a vida morta e a vida assassinada, e a mesa de autópsia é realidade”². Todas as relações inerentes ao humano apresentam-se com

2 Michael Nungesser, “Sobre as Obras de Alex Flemming”, in Ana Mae Barbosa (org.). *Alex Flemming*. São Paulo, Edusp, 2002, p. 49.

Alex Flemming



Lápides, 2012



Lápides (detalhe), 2012



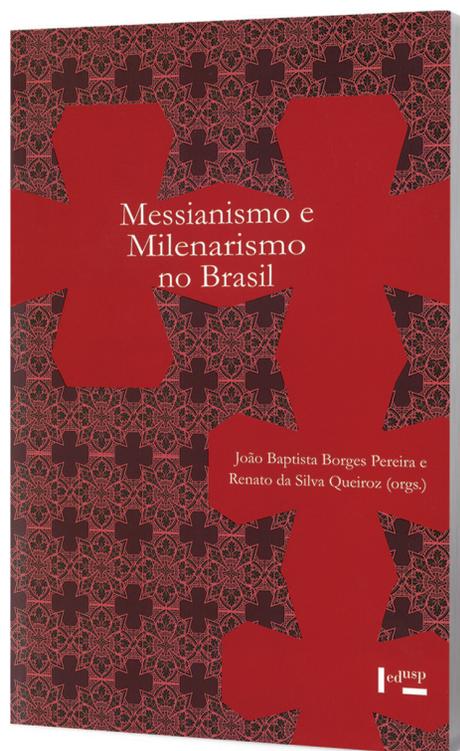
grande força. Isso não é diferente em *Lápides*, uma série de pinturas sobre suporte nada convencional (*notebooks*), que juntas formaram uma instalação realizada na Pinacoteca do Estado de São Paulo, em 2012. Ressalte-se que Flemming, anteriormente, já pintara sobre roupas, móveis e animais mumificados. As cores vivas sobre os *notebooks* seguem sua prática pictórica. Para a instalação, o artista pede aos amigos os computadores utilizados por eles e que já não mais estão em uso, ou seja, ele apropria-se de objetos extraídos do cotidiano por intermédio da pintura monocromática tonal. Grossas camadas de tinta acrílica são aplicadas aos equipamentos e, por fim, Flemming escreve o nome de seu antigo proprietário, como um espelho pictórico-gráfico da própria pessoa – daí a ideia de lápide. A aplicação de texto tem sido um aspecto importante em seus trabalhos: poemas, anúncios de jornais e nomes próprios surgem em muitas de suas peças.

O conjunto das lápides compõe um “cemitério tecnológico” que traz à tona diversas discussões: o permanente avanço das ferramentas digitais que deixa equipamentos seminovos obsoletos (sabe aquele lixo tecnológico que incomoda tanto?); o tempo de vida que cada indivíduo dedica em frente aos seus computadores; a mediação de prazeres e preocupações pelos meios cibernéticos e uma infinidade de outras questões que cercam as relações contemporâneas existentes entre homem e máquina. No fundo, Flemming também coloca os computadores como os “novos espelhos” de Narciso, e a instalação completa, com os 48 computadores organizados geometricamente pelo chão da Pinacoteca, remete a um “campo sagrado” (ou espelho do mundo, como pensa o artista), onde vida e morte não se excluem. Isso porque, apesar do clima solene de morte, a pintura de Flemming joga o objeto para uma segunda vida. Trata-se de reviver o que está “gasto”, o que é “velho” e o que é “superado”. Nas lápides, os computadores perdem suas atribuições como utensílio tecnológico e rendem-se aos valores estéticos atribuídos a eles. Por fim, a partir da intervenção do artista, os computadores ganham “uma nova vida” – uma vida de aparência sensível e não mais de funcionalidade. A morte não significa, aqui, o fim da vida!



Alex Flemming

livros



Movimentos messiânico-milenaristas: modos de transformação do desespero em esperança

Leonildo Silveira Campos

Messianismo e Milenarismo no Brasil, de João Baptista Borges Pereira
e Renato da Silva Queiroz (orgs.), São Paulo, Edusp, 2015, 280 pp.

A

redação deste texto foi iniciada na semana em que pesquisadores da área de ciências sociais e religião, não somente da Universidade de São Paulo, lamentavam o falecimento de Lísias Nogueira Negrão, professor aposentado daquela universidade, autor de um dos capítulos desta coletânea e de vários artigos acadêmicos sobre messianismos e milenarismos no Brasil, tema do livro aqui resenhado. No corpo da publicação aqui referida está o seu último artigo publicado em vida. Ao colega falecido, as nossas homenagens.

Já os últimos retoques deste escrito se deram quando atentados terroristas deixavam centenas de mortos no coração da França, justamente num país tão importante para a manutenção de valores ligados ao multiculturalismo, tolerância, liberdade, igualdade, direitos humanos, tradição liberal, modernidade, laicidade do Estado e racionalismo. Tais atentados, embora reflexos de uma guerra mais ampla que se trava tanto nas areias do Crescente Fértil como no *front* midiático, trazem à luz do dia uma ação no mínimo irracional, porém, com forte conotação de um pesadelo.

Esses atos terroristas recolocaram no centro da arena político-ideológica discussões sobre a revita-

lização da esperança em um contexto de esvaziamento de antigas, alicerçadas e institucionalizadas esperanças. Parece se fazer presente na história uma outra lógica operacionalizada por grupos aparentemente desencantados, que tentam instrumentalizar uma utopia religiosa com as cores do Islã em sua inspiração, ação e estratégias. Esses grupos assumem uma metáfora de um imaginado “Estado islâmico” ou “califado” como forma de negação dos modelos de estados propostos pelo Ocidente.

Porém, na procura de visibilidade social, esses movimentos extremados sequer poupam monumentos culturais milenares da humanidade. Para situações como essas, parece apropriado repetir uma afirmação de Remo Bodei (2004, pp. 17 e 28): “O presente parece reduzir-se a um ponto evanescente, a um espaço inóspito, já não mais sustentado nem pelos ensinamentos da tradição nem pela tensão em direção ao futuro”. Seriam momentos como esses muito mais uma demonstração da “bancarrota das utopias e das esperanças sociais” do que renascimento de antigas utopias até então consideradas mortas?

Nos atentados promovidos por grupos radicais islâmicos, os jovens têm sido escolhidos como alvo

LEONILDO SILVEIRA CAMPOS é professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

entre os suicidas e vítimas. Corpos envolvidos em cinturões com bombas se transformam em armas de guerra para matar cidadãos inocentes, levando para os ares a tranquilidade de uma juventude que se divertia em restaurantes e casas de *shows* em Paris naquela noite de novembro de 2015.

Mas há uma questão colocada por historiadores e sociólogos que analisam os vários movimentos e instituições sociais considerados “messiânicos” ou “milénaristas”: que nome deve ser dado a uma coisa? Ou, em outras palavras, os nomes dados a uma coisa correspondem à realidade que se pretende designar? Ao estudar os movimentos messiânico-milénaristas brasileiros, perguntamos: são messiânicos ou milénaristas os movimentos de descontentamento social ocorridos no interior da Bahia (Canudos), do Ceará (Juazeiro, Caldeirão) ou na divisa entre os estados do Paraná e de Santa Catarina?

No entanto, movimentos como o de Canudos, por exemplo, a despeito de terem se passado quase 120 anos de seu final, continuam atraindo estudos e interpretações. Pedro Lima Vasconcellos (2011) aponta para as dificuldades de se considerar, sem maiores discussões, a maioria desses movimentos como messiânico-milénarista. Para ele, trata-se de “movimentos religiosos de protesto social”, de difícil classificação, tal como tradicionalmente têm sido tratados. Uma pergunta continua em aberto e pouco discutida: que nome dar à coisa?

A coletânea aqui resenhada toma como fio condutor de seus artigos exatamente movimentos sociais, políticos e religiosos, designados por essas expressões. Não precede a esses artigos alguma discussão sobre o emprego de tais termos. O horizonte conceitual do qual eles são tomados prevê um consenso no seu uso, a despeito de haver alguma dissonância quanto ao significado de cada um deles e da aplicação a este ou àquele movimento por diferentes autores. Vejamos algumas rápidas conceituações em autores aceitos como autoridades na delimitação de suas fronteiras.

Para François Laplantine (1977, p. 13), tais movimentos nascem da reação dos aflitos e marginalizados, que percebem em primeiro lugar a fragilidade de uma determinada sociedade. Nesse caso, “a espera messiânica ou milénarista é uma resposta sociológica normal de uma sociedade ameaçada, a partir de dentro e de fora, em seus fundamentos”.

É nesse contexto que “multidões exploradas e sedentas de absoluto e de justiça social se congregam ao redor de grandes profetas ou dos pequenos iluminados” com o objetivo de “transformar seu desespero em esperança”.

Por sua vez, Bastide (2006, p. 181), em um texto incluído em *O Sagrado Selvagem*, afirma que o milénarismo é uma “estratégia de busca de uma nova identidade e dignidade”, que surge quando “ocorrem, na sociedade ou na cultura, mudanças que venham questionar os antigos valores e os equilíbrios reconhecidos de *status*, quer essas mudanças [...] se devam a causas externas [...] ou internas”.

Josildeth Gomes Consorte (1983, p. 43) contribui para o entendimento de tal situação ao mostrar que há uma ligação muito próxima entre “movimento messiânico” e “mentalidade messiânica”. Quando surge, um movimento messiânico-milénarista traz consigo uma axiologia própria, uma espécie de matriz, um conjunto de representações coletivas, um universo de discurso e de ideias destinado a sustentar simbolicamente uma esperança vivenciada dramaticamente na forma de um movimento sociorreligioso de descontentamento.

Mas o que aparece primeiro, a “mentalidade”, o “movimento” ou a “comunidade messiânica”? Consorte (1983, p. 43) afirma que está presente num movimento messiânico uma mentalidade que “faz parte de um universo simbólico”, servindo de suporte à ação coletiva. Essa mentalidade teria, entre outras, as seguintes características:

“Crença na interferência do sobrenatural nas transformações a serem efetuadas; essa interferência se manifestará por meio de um enviado especial; crença na origem comum de todos os homens, criados por uma divindade ou ser superior, o qual será encontrado depois da morte; há um destino à espera do ser humano e individualmente ele está impossibilitado de realizá-lo; o final dos tempos se aproxima e será precedido de sinais que somente o ser enviado especialmente para liderar poderá decifrar, interpretar e transformar em palavras de ordem; é o messias que dá sentido às coisas aparentemente confusas de uma realidade produtora de caos, sofrimento e desordem; somente ouvirão e entenderão as palavras do messias os escolhidos (eleitos) que poderão assim obter a salvação”.

É ao redor desse líder carismático, que enfatiza em sua pregação uma inversão com a chegada de tempos paradisíacos, que se instala uma *comunidade messiânica*, formada pelos que ouviram a sua pregação e o seguiram com ardente esperança. São esses que, ainda de acordo com Consorte (1983, p. 47), se transformam nos primeiros fiéis a tornar viável “um novo modo de vida, este sim, concreto e real, uma prefiguração da vida futura e, sem se dar conta do que faz, inaugura novas relações, que, de tão perigosas e ameaçadoras, não podem ser suportadas pela sociedade abrangente”.

Dessa maneira, a comunidade messiânico-milenarista passa a oferecer os referenciais para uma ação cotidiana que inclui rituais, orações, cânticos e gestos especiais, visando a apressar a chegada do reino messiânico-milenar e marcar as distinções entre os que fazem parte da comunidade e não do mundo ao redor.

Os artigos reunidos por Pereira e Queiroz tratam de movimentos e de mentalidades que, na sua maior parte, estão associados à violência em sua irrupção ou então quando são reprimidos pela sociedade mais ampla. Por isso mesmo é necessário lembrar que os principais movimentos considerados messiânico-militaristas ocorridos no Brasil terminaram em um cenário de fogo e sangue. Isso ocorreu, entre outros, com Canudos, Contestado, Mucker ou Caldeirão, apenas para citar alguns deles.

A causa de tanta violência na repressão a eles é que, por serem movimentos de contestação da ordem presente, por terem à frente lideranças carismáticas, eles apontam para novas formas de organizar o cosmo, a sociedade, a vida, propondo implícita ou explicitamente objetivos que afetam a ordem e os arranjos políticos da sociedade presente. Resultam da ação deles propostas de mudanças radicais que, muitas vezes, implicam a pregação do fim de privilégios atualmente garantidos aos que usufruem da ordem presente. Outras vezes, pregam o “fim do mundo” ou o “fim de um mundo”.

No entanto, a despeito das similaridades existentes entre messianismos e milenarismos, há também uma discussão sobre as peculiaridades de cada um desses conceitos e até sobre os limites empregados para caracterizá-los como tais. Dentro dessa perspectiva, são movimentos complexos, em

que o plural, como no título original dado pela revista, lhes caberia melhor do que o singular usado no título da coletânea.

Na sociedade contemporânea, seja ela rotulada de “moderna”, “pós-moderna” ou de “alta modernidade”, diminui-se o número de ações sociais voltadas para pressionar, reivindicar ou propor ações revolucionárias? Estaria havendo uma espécie de “rebaixamento do horizonte de expectativa”, conforme Bodei (2004, p. 11), pois milhões de pessoas passam a olhar apenas para o presente, perdendo de vista o futuro e o passado, em seu desafio de seguir a imaginação ou de construir “sociedades utópicas”? O resultado é que aumenta o número das ações sociais e de esforços voltados para a obtenção de resultados práticos no aqui e no agora. Estaríamos vivendo uma época de “morte das utopias”?

Realmente, nas sociedades tradicionais, ou nas franjas da sociedade atual, marcada pelo individualismo, há como observar, a despeito do desinteresse por um “novo céu” e uma “nova Terra”, alguns sinais de efervescência e de descontentamento. Esses são momentos vazios de esperança e utopia, quando os atores sociais perdem o interesse em mudar, transformar ou revolucionar uma determinada sociedade. Seria porque elas ainda não esgotaram o seu potencial de sedução e de manipulação dos anseios e expectativas? Henri Desroche (1985, p. 33) afirma serem tais tempos “vazios de esperança”, quando a efervescência cessa e os tempos de esperanças criativas se tornam muito mais épocas de esperanças “frustradas”, “esvaziadas” ou “burladas”.

Para momentos excepcionais como esses, há necessidade de que um agente social se sinta chamado para mobilizar e aglutinar o descontentamento. Esse “vacionado” se apresenta na forma de uma liderança carismática. No sentido weberiano (Weber, 2001) o carisma é uma qualidade que torna um líder profético, um messias ou, na expressão de Pierre Bourdieu (2013, p. 75), um homem talhado para “situações extraordinárias”. O messias-profeta é para ele o agente social que atua nas “situações de crise”, com mais força “quando a ordem estabelecida ameaça romper-se ou quando o futuro inteiro parece incerto” (Bourdieu, 2013, p. 73). Nesses momentos há uma “dissolução, enfraquecimento ou a obsolescência das

tradições ou dos sistemas de símbolos” que então garantiam a plausibilidade, a lógica e um referencial significativo para a vida. Um profeta que tem êxito, acrescenta Bourdieu (2013, p. 76), “é aquele que consegue dizer o que é para dizer”. Seu discurso ganha força, em especial, quando a linguagem tradicional não mais confere sentido, não mais mobiliza nem seduz as massas.

Quando uma situação chega a esse ponto, segundo Bourdieu (2013, p. 76), ganha atratividade a pregação de um profeta ou de um messias, particularmente aqueles portadores de ideias de que há uma solução no horizonte para os sofrimentos e agruras. O final dos tempos se aproxima, quando então haverá a eliminação dos malvados, uma crise afetará os fundamentos da sociedade, e após esse período final de transformações, os eleitos sobreviverão, a Terra será renovada, uma nova ordem social será instituída, reconstruindo-se *hic et nunc* o paraíso perdido ou o paraíso escatológico, enraizado nos sonhos e na imaginação dos informados com o tempo presente.

Quem mais se assusta com esse tipo de mensagem são os que se identificam com a ordem simbólica e burocrática, seus respectivos projetos de vida, e fazem isso de uma maneira tal que a situação é vista como parte da ordem natural das coisas. É também por esses motivos que a pregação, novamente segundo Bourdieu (2013, p. 93), seja profética ou messiânica, coloca tais lideranças numa rota de colisão com os agentes oficiais de um determinado campo. Isto é, eles se opõem ao “corpo sacerdotal”, aos especialistas, aos que fazem do horizonte da instituição os limites de seus respectivos projetos de vida. Por sua vez, os profissionais da religião os consideram lideranças carentes de legitimidade. É então que o profeta, o messias ou o líder carismático, uma vez afastado do capital acumulado pela instituição, agora precisa produzir, acumular e fazer circular um capital religioso com a marca de seu próprio carisma. Porém, no exercício de sua atividade, conclui Bourdieu (2013, p. 96), um líder carismático, em nosso caso o messias, começa sozinho, “isolado, sem passado, destituído de qualquer caução a não ser ele mesmo”, dependendo somente dos resultados de sua própria pregação. Daí porque a Igreja, como uma “empresa burocrática de salvação [...] [se torna] incondicionalmente hostil ao carisma

‘pessoal’, isto é, profético, místico, ou extático, que pretende indicar um caminho original em direção a Deus”. A Igreja se considera a única instituição com direito ao monopólio da produção e distribuição de bens simbólicos no interior de um determinado campo religioso. Logo, ela tende, argumenta Bourdieu (2013, p. 58), a “impedir de maneira mais ou menos rigorosa a entrada no mercado de novas empresas de salvação”.

O aparecimento de um messias se dá quando uma religião instituída ou as formas de ordenação de uma sociedade não mais atendem às demandas de seus membros, especialmente dos que se sentem excluídos, rejeitados ou que vivem à margem dos bons resultados do funcionamento dessa sociedade. Mesmo assim, como afirma Mannheim (1954, p. 197), “a simples ideia do advento de um reino milenar na Terra sempre teve uma tendência revolucionária e a Igreja procurou paralisar essa ideia transcendente à situação por todos os meios que possuía”.

Entretanto, essa oposição da instituição eclesiástica é mais fraca quando as utopias fazem referência a um paraíso fora dos limites sociais e históricos. Por outro lado, a sua percepção de perigo aumenta na medida em que a ideia de paraíso é trazida para a Terra. Assim, quando as aspirações assumem uma feição terrena, tal como ocorreu com os camponeses alemães durante a guerra de 1525 ou com os de Canudos, o fogo do céu e o trovoar dos canhões caem sobre a comunidade messiânico-milenarista aniquilando-a se possível por completo.

O aparecimento e a multiplicação de pesquisas sobre movimentos político-religiosos de inspiração messiânico-milenarista têm muito a ver com a presença no Brasil, na Universidade de São Paulo, de Roger Bastide (1898-1974) e outros pesquisadores franceses, que trouxeram com eles uma notável atração por fenômenos sociais que se aproximavam do exótico, segundo Rubem Alves (1978, pp. 119 e 120).

Bastide valorizou em suas investigações, além das religiões africanas no Brasil, os sonhos de gente dormindo e acordada, os transe e outras manifestações consideradas “patológicas” por pesquisadores de outras inclinações epistemológicas. Ele se afastou da preocupação comum da sociologia e

da antropologia francesa herdada de Comte que enfatizava a ordem, o racional e o progresso. Ainda em sua última coletânea, *O Sagrado Selvagem*, publicada em francês em 1975, um ano após a sua morte, há um capítulo dedicado aos movimentos messiânicos e milenaristas (Bastide, 2006).

Essa preocupação de Bastide com tais movimentos fica claramente delimitada na apresentação do principal livro de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p. XVI). Para ele, o messianismo seria “uma resposta bem-sucedida” de uma “classe rural abandonada, que se mostra capaz, utilizando modelos tradicionais de passar da servidão à cooperação, de chegar sozinha à economia comercial, a partir de uma economia de subsistência [...]”. Trata-se, portanto, de fenômenos situados na complexidade de processos de interpenetração de civilizações.

Mas, ao dar início na USP a essa linha de investigação, Bastide fazia coro com o que ocorria na França nas ciências sociais com relação aos estudos da religião. Lá, por exemplo, Henri Desroche, desde a metade dos anos 1950, levantava dados em dezenas de países para uma obra de fôlego que seria publicada apenas em 1969 sob o título *Dieux d’Hommes – Dictionnaire des Messianismes et Millenarismes de l’Ere Chrétienne*, que teve uma versão publicada em português 31 anos mais tarde (Desroche, 2000)¹. Desroche (1985) produziu ainda reflexões significativas para uma sociologia da esperança. Para ele, uma “messialogia” deveria tomar como ponto de partida a experiência dos “homens da espera”. Dentro de sua compreensão, “a espera é um dos fenômenos da sociologia que mais se aproximam simultaneamente do psíquico e do fisiológico sem deixar de ser, ao mesmo tempo, um dos mais frequentes” (Desroche, 1985, p. 15).

Bastide criou, portanto, uma geração de pesquisadores que tomariam as suas propostas como ponto de partida em suas respectivas investigações. Entre eles, podemos citar Florestan Fernandes, José de Souza Martins (1996), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), Duglas Teixeira Monteiro, Lísias Nogueira Negrão, Walnice Nogueira Galvão, Renato Queiroz e outros. Os cinco últimos

aqui citados iriam pesquisar e escrever textos sobre movimentos sociais e religiosos de inspiração messiânico-milenarista de várias partes do Brasil.

Da produção acadêmica de alunos de Bastide surgiram artigos sobre os sonhos escritos por Florestan Fernandes, por José de Souza Martins. Maria Isaura Pereira de Queiroz publicou, em 1966, a primeira edição de seu clássico *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. Esse texto teve uma apresentação de Bastide, seu orientador em Paris, na École Pratique des Hautes Études, VI Section. Queiroz, contudo, pesquisava o tema desde 1948 e publicou muitos artigos no exterior, abordando em especial a guerra sertaneja ocorrida no Contestado no início do século XX. Suas investigações serviram de base para pesquisadores que vieram depois, como Maurício Vinhas de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro.

Monteiro, a despeito de sua morte prematura, deixou um livro clássico sobre a Guerra do Contestado, *Errantes do Novo Século* (Monteiro, 2012), em que aplicou os conceitos de “desencantamento” e de “reencantamento” elaborados por Bourdieu. Monteiro deixou também importantes escritos comparativos entre os movimentos de Canudos, Contestado e Juazeiro (Monteiro, 1977, t. III, v. 2). Seu trabalho teve continuidade em escritos de seu aluno e colega de departamento Lísias Nogueira Negrão, que, por sua vez, foi orientando de Pereira de Queiroz, defendendo uma tese sobre um movimento messiânico-milenarista urbano e escrevendo também vários artigos sobre esse tema, inclusive para esta coletânea (pp. 49-67).

Ainda dentro dessa tradição podemos citar os estudos elaborados por Renato da Silva Queiroz sobre um surto sociorreligioso ocorrido no Catulé, próximo à cidade de Malacacheta, em 1955. Os primeiros escritos e análises desse caso se deram três meses após os acontecimentos, quando Paulo Duarte, da revista *Anhembi*, enviou os estudiosos da USP Carlos Castaldi, Eunice T. Ribeiro e Carolina Martuscelli, cujos relatos do trabalho de campo foram também comentados por Maria Isaura Pereira de Queiroz, publicados em 1957 (Castaldi, 1957, pp. 17-65). Renato da Silva Queiroz (1995) voltou ao estudo do Catulé em sua tese de livre-docência (1993), escrevendo artigos descritivos e interpretativos sobre o fenômeno, inclusive para esta coletânea (pp. 153-88).

1 O lançamento desse livro foi assinalado por Lísias Nogueira Negrão (2001).

De igual modo se coloca nesta lista Walnice Nogueira Galvão, que tem dedicado as suas pesquisas ao longo dos anos sobre o legado de Canudos e de seu Conselheiro. Esta coletânea, portanto, não somente se inscreve dentro dessa tradição uspiana, como também teve o privilégio de contar com alguns de seus autores e organizadores que trazem com eles a tradição iniciada por Bastide e Maria Isaura Pereira de Queiroz: João Baptista Borges Pereira, Lísias Nogueira Negrão, Renato da Silva Queiroz, Walnice Nogueira Galvão e Cristina Pompa. Porém, foi aberto nesse texto espaço para vários novos pesquisadores, que, ao lado dos mais experimentados, apresentam seus trabalhos sobre o tema que une a todos.

Messianismo e Milenarismo no Brasil, cuidadosamente editado pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), contém 11 artigos, distribuídos em 280 páginas, sendo que somente o último não fez parte do número 82 da *Revista USP* (2009).

O primeiro texto, escrito por Rodrigo Franklin de Sousa, faz referência à influência da escatologia judaica, de seu messianismo e apocalipsismo na constituição de movimentos messiânico-milenaristas no Brasil. O autor retoma, baseando-se numa sólida bibliografia inglesa e norte-americana, um tema que também tem merecido a atenção de outros autores, como Jean Delumeau (1997), em sua trilogia sobre o paraíso, ou Norman Cohn (2001), sobre as origens judaicas da escatologia dos movimentos messiânico-milenaristas do Ocidente. Essa ênfase faz sentido, pois a ideia de messias ou de um homem ungido/consagrado para a missão especial de levar o seu povo em direção ao paraíso foi herdada pelos cristãos do judaísmo posterior ao exílio na Babilônia (587 a.C.). O cristianismo é uma religião messiânica com forte presença da ideia persa de paraíso, que, presente no catolicismo popular brasileiro, inspirou os fatos ocorridos entre nós. Porém, o que dizer de movimentos de igual teor que surgiram à margem ou em espaços culturais distantes das religiões abraâmicas?

O artigo seguinte, de Marcio Honório de Godoy, toma como objeto de consideração o mito do desejado, do encoberto, do encantado, presente na figura do desaparecido e jovem rei de Portugal, no final do século XVI, D. Sebastião. Maria Isaura Pereira de Queiroz e Jacqueline Hermann (1998)

produziram notáveis páginas sobre os reflexos do sebastianismo português no Brasil. Godoy ressalta o caráter andarilho desse mito, que se insere exatamente entre o desejo e a busca de sua realização, o que lhe concede o papel de fazer brotar outros movimentos messiânico-milenaristas.

O terceiro artigo foi escrito pelo saudoso Lísias Nogueira Negrão, que deveria receber na semana seguinte de sua morte os exemplares a ele devidos pela Edusp. Em seu artigo, leva adiante uma discussão que sempre o motivou e que exige dos pesquisadores uma maior atenção. Assim, “messianismo”, “movimento messiânico” e “milenarismo” são encarados por ele “como conceitos abrangentes e genéricos [...] necessariamente típico-ideais”, afinal de contas eles se referem “à realidade observável e não por reproduzirem-na ou esgotarem-na”.

A seguir, Negrão faz um passeio pelos principais movimentos e estudos publicados, discutindo as teorias e paradigmas empregados em sua interpretação. Uma importante contribuição à discussão por ele proposta (p. 63) se refere à presença ou não desses movimentos em sociedades modernas, ou “em segmentos modernos de sociedades tradicionais”, em que tais movimentos tendem a “escassear, mas não a desaparecer”. Segundo Negrão (p. 64), nessas sociedades “há outros canais de expressão das insatisfações maiores [...], que tendem a assumir um caráter político e massivo”. Poderíamos falar aqui, inspirados em Weber, de sucedâneos seculares de movimentos com inspirações religiosas, tais como têm ocorrido em movimentos políticos, ideológicos, autoritários, fascistas ou comunistas?

Para Negrão, “o pluralismo religioso e a difusão pela mídia das mais variadas práticas religiosas e sistemas alternativos de conhecimento criam um caldo de cultura místico capaz de produzir os mais surpreendentes resultados”. Em outro texto, escrito em parceria com Josildeth Consorte, Negrão encontra fenômenos urbanos tão interessantes como os Borboletas Azuis, de Campina Grande, na Paraíba (Consorte & Negrão, 1984).

O artigo da coletânea termina complementando-se o diálogo com a antiga orientadora de Negrão, Maria Isaura Pereira de Queiroz, e mostrando que a “fragmentação e o autocentrismo imperantes nesses tempos pós-modernos inibem os apelos coletivistas proféticos e messiânicos”, o que repõe a viabilidade da hipótese de Queiroz so-

bre a irrupção de movimentos desse tipo. A nosso ver, dada a força da discussão teórica desse texto, poderíamos até recomendar ao leitor que inicie a leitura do livro por ele.

O texto seguinte é o de Walnice Nogueira Galvão, que tem pesquisado, ao longo de toda a sua carreira acadêmica, Canudos, Antônio Conselheiro e o seu primeiro analista, Euclides da Cunha. Para ela, Cunha é o precursor dos estudos sobre as ligações entre messias e construção de novas cidades santas.

Na sequência, Antonio Máspoli de Araújo Gomes aborda um tema pouco explorado nos estudos de tais movimentos. O seu objeto é o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, um surto messiânico-milenarista ocorrido na região do Crato, paralelo ao Juazeiro de Padre Cícero, liderado pelo beato José Lourenço. Gomes é filho da região, o que lhe deu condições de fazer várias visitas ao cenário geográfico dos acontecimentos. Por outro lado, seu amplo conhecimento da literatura sobre o assunto e das reconstruções artísticas dos acontecimentos, por meio de filmes e folhetos de poetas repentistas, lhe deu uma visão muito lúcida, embora indignada, da repressão sangrenta feita pelas Forças Armadas em 1937 sobre os pobres camponeses. Em seu comentário, “governo, Igreja e sociedade deram as mãos para destruir o Caldeirão”, enquanto a sociedade silenciou e a imprensa tratava os seguidores do beato como “bandidos, fanáticos e animais, a escória da sociedade” (p. 94).

No sexto artigo, Cristina Pompa apresenta os resultados de seu trabalho de campo sobre os eventos ocorridos em um pequeno povoado situado na divisa de Piauí e Bahia, entre 1937 e 1938. Nele, a autora valoriza um tema que despertou a sua atenção, as memórias do fim do mundo e a resignificação dos ritos e crenças católicos pelos líderes e participantes do movimento Pau de Colher (Pompa, 1998, pp. 177-211). A movimentação se iniciou estabelecendo uma relação entre um novo conselheiro, Severino, e a religiosidade popular católica inspirada em Juazeiro e no beato José Lourenço. Em maio de 1937, Severino foi morto, assumindo a liderança José Senhorinho e, logo em seguida, Quinzeiro, quando então o confronto com tropas militares levou ao esmagamento do grupo.

Em seguida, Celso Vianna Bezerra de Menezes trabalha os rituais de devoção observados

nos herdeiros do milenarismo do Contestado, descrevendo, comentando e recuperando a memória do passado nas festividades realizadas pela Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica. É muito interessante essa retomada da “Igreja da libertação” na celebração de um caso em que a Igreja – particularmente os franciscanos – teve um papel preponderante na repressão aos revoltados do Contestado. Seus colégios, conventos e outras propriedades se tornaram locais de aquartelamento de tropas a serviço da repressão. Uma romaria realizada em 1986 é o ponto inicial das reflexões em que o autor faz dialogar o teatro dos dias de hoje com a memória dos eventos da metade da segunda década do século XX.

No texto seguinte, o oitavo, Renato da Silva Queiroz retoma um tema que lhe é caro, já longamente discutido em sua tese de livre-docência, *A Caminho do Paraíso* (Queiroz, 1995). Eu tive o privilégio de estudar com profundidade esse caso em aulas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da USP, em 1993. Na época, Queiroz tinha acabado de fazer viagens ao local, no município de Malacacheta, realizando um exame das releituras feitas pela polícia, Judiciário, Igreja Católica e a recriação artística registrada pelo teatro e cinema de Jorge Andrade. O tema, a nosso ver, ainda não está esgotado, pois falta uma releitura a partir da Igreja Adventista da Promessa, da qual faziam parte como prosélitos as pessoas envolvidas numa tragédia que provocou a morte de dois adultos e várias crianças².

Heloisa Mara Luchesi Módolo propõe, no texto seguinte, uma releitura psicológica dos Muckers. A abordagem foi feita acompanhando os cânones da psicologia analítica junguiana. Daí se fazerem presentes nesse texto afirmações como “delírio religioso”, “doenças mentais” ou de manifestações psíquicas que indicam “estados alterados de consciência”³. Uma discussão interessante é feita a partir dos conceitos de “fragilidade de identidades”, “identidades ameaçadas”,

2 Tentamos analisar esses acontecimentos a partir da ótica dos evangélicos brasileiros, pois o Catulé, ao lado dos Muckers, são os dois únicos eventos em que os evangélicos brasileiros estiveram envolvidos. Ver Campos, 1995.

3 Ver, especialmente, as notas de rodapé 28 e 29, nas páginas 196 e 197.

“Jacobina e sua nova identidade” e “curadora”. Para a autora, “os delírios religiosos” são “possibilidades de estruturação psíquica”, a qual atuaria de forma positiva em situações de crise. É claro que sociólogos e antropólogos da religião, devido às suas próprias metodologias, nem sempre acompanham com interesse as explicações dadas pelos psicólogos da religião.

Em outro texto, o antropólogo Julio Cezar Melatti faz uma recuperação de pesquisas que foram realizadas por ele há vários anos sobre a ocorrência de messianismo entre várias culturas indígenas. Melatti navega bem pelos interstícios das violentas relações entre as culturas indígena e branca, mostrando como as contínuas recriação e ressimbolização conseguem apontar caminhos para a sobrevivência de culturas ameaçadas pelas formas como os brancos organizam a vida e a economia. O tema da interpenetração das civilizações, que vem desde Bastide, recebeu contribuições de Maria Isaura Pereira de Queiroz e também de Ronaldo Vainfaz (1995). Porém, a análise de Melatti estimula quem deseja caminhar em direção aos conflitos simbólicos provocados pelas missões católicas e protestantes, especialmente, a reação das culturas indígenas diante da penetração em suas aldeias de igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais. Contudo, esse não é um tema proposto por Melatti nesse texto, e sim por investigações de Robin Wright, da Unicamp⁴.

O último artigo da coletânea é de Gladson Pereira da Cunha. Nele o autor escolhe como seu objeto de pesquisa um tema original, que foi a tentativa de um estado messiânico no Espírito Santo. Cunha se baseou em material de caráter jornalístico e na versão da Polícia Militar encarregada de reprimir o movimento. A descrição do cenário dos acontecimentos, os embates entre latifundiários, posseiros e o papel do simbólico no imaginário dos que aderiram à proposta de um “Estado de Jeová”, do pregador Udelino Alves de Matos, tudo isso nos parece remeter para a explosão ocorrida meio

século antes, no Contestado. A região imaginada para o “Estado de Jeová” se situa no norte-noroeste do Espírito Santo. Exatamente numa região geográfica e cultural fronteira entre Minas Gerais e Bahia. Podem ter influenciado na explosão do movimento questões ligadas não somente à posse da terra, mas também relacionadas a identidades culturais. São questões que parecem estar ligadas a regiões geográficas com problemas de fracas identidades, como ocorreram entre Paraná e Santa Catarina, Minas e Bahia, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro e assim por diante.

Concluimos nossas considerações concordando com José de Souza Martins, que nos lembra, na orelha do livro, da importância de se retornar ao tema dessa coletânea em outras perspectivas, especialmente para os casos que ocorreram após os anos 1950, quando os censos indicam que a virada de um Brasil rural para um país urbano já estava a caminho da consolidação. Mesmo assim, a frente de expansão da Amazônia foi e vai com o seu dinamismo provocando alterações, colocando em confronto atores e culturas diversas. É o caso do surgimento de um messias para indígenas e brancos na divisa do Brasil com o Peru. Trata-se de José da Cruz, mineiro de origem, que arrebanhou uma multidão de pessoas, sobretudo entre os ticunas, fazendo-as concentrar-se numa região na Amazônia onde começaram a construir uma cidade santa, a Vila Espiritual da Irmandade da Santa Cruz⁵.

Por outro lado, esse novo despertar para o tema estimula pesquisas sobre o vínculo entre certas formas de pentecostalismo, seus profetas-apóstolos-bispos, líderes carismáticos que, a partir de uma filosofia da prosperidade, prometem a realização de desejos e sonhos a uma crescente clientela, que os procuram como se faz com xamãs e mágicos. Já podemos falar numa mentalidade milenarista que subjaz a certas porções dos chamados movimentos neopentecostais, em que o pentecostalismo se acomodou no interior de uma sociedade de consumo, onde pessoas se preocupam com o momento presen-

4 Um passeio pelos artigos reunidos por Robin M. Wright nos traz possibilidades de compreensão de como a ação de cristãos entre indígenas brasileiros está provocando um processo que Wright chamou de “transformando os deuses”. É possível que, após essa invasão, novas reações centradas em ressignificações surjam. Ver Wright, 1999; 2004.

5 Um belo texto de Ari Pedro Oro (1989) foi dedicado a esse movimento messiânico-milenarista.

te e o consumo irresistível de bens tangíveis e intangíveis? Que ligações podemos fazer entre os cultos-cargos da Melanésia, estudados por Peters Worsley (1980), e o encontro entre espiritualidade neopentecostal e inserção na sociedade de consumo?

Enfim, esta coletânea é extremamente útil para quem está se interessando, a partir de agora, pelos movimentos políticos, sociais e religiosos de protesto, que recebem o nome de movimentos “messiânico-milenaristas” ocorridos no Brasil.

Mas serve também de estímulo para quem passou rapidamente pelo tema em seus estudos de sociologia, história ou antropologia da religião e quer retomar as suas leituras.

Valem as palavras registradas por José de Souza Martins, no final da orelha do livro: “É este livro um bem estruturado ponto de partida para uma nova etapa dos estudos sobre messianismo e milenarismo no Brasil e para uma nova compreensão do misticismo subjacente à religiosidade do brasileiro”.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem. “A Volta do Sagrado: Os Caminhos da Sociologia da Religião no Brasil”, in *Religião e Sociedade*, n. 3, outubro de 1978.
- BASTIDE, Roger. *O Sagrado Selvagem*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- BODEI, Remo. *Livro da Memória e da Esperança*. Bauru, Edusc, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 7ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2013.
- CAMPOS, Leonildo S. “O Messianismo – Análise Sociológica de um Caso: Uma Comunidade ‘Protestante’ no Catulé”, in *Estudos de Religião*, ano X, n. 11. São Bernardo do Campo, dezembro de 1995.
- CASTALDI, Carlo. “A Aparição do Demônio no Catulé”, in Maria Isaura P. de Queiroz et. al. *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo, Inep/Anhembi, 1957, pp. 17-65.
- COHN, Norman. *Na Senda do Milênio – Milenaristas Revolucionários e Anarquistas Místicos da Idade Média*. Lisboa, Editorial Presença, 1981.
- _____. *Cosmos, Caos e o Mundo que Virá – As Origens das Crenças no Apocalipse*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- CONSORTE, Josildeth Gomes; NEGRÃO, Lísias N. *O Messianismo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, FFLCH-USP/CER, 1984.
- CONSORTE, Josildeth Gomes. “A Mentalidade Messiânica”, in *Ciências da Religião*, n. 1. São Bernardo do Campo, Umesp, 1983.
- DELUMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade – Uma História do Paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- DESROCHE, Henri. *Dicionário de Messianismos e Milenarismos*. São Bernardo do Campo, Umesp, 2000.
- _____. *Sociologia da Esperança*. São Paulo, Paulinas, 1985.
- DOSSIÊ “Messianismos e Milenarismos no Brasil”, in *Revista USP*, n. 82. São Paulo, CCS-USP, junho-agosto de 2009.

- HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: A Construção do Sebastianismo em Portugal. Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- LAPLANTINE, François. *Mesianismo, Posesión y Utopia: Las Tres Voces de la Imaginación Colectiva*. Barcelona, Gedisa, 1977.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Porto Alegre, 1954.
- MARTINS, José de Souza (org.). *(Des)figurações: A Vida Cotidiana no Imaginário Onírico da Metrópole*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os Errantes do Novo Século: Um Estudo sobre o Surto Milenarista do Contestado*. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 2012.
- _____. "Um Confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado", in Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, t. III, v. 2. São Paulo, Difel, 1977.
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. "Homens da Espera", in *Folha de S. Paulo*, 13/1/2001.
- ORO, Ari Pedro. *Na Amazônia um Messias de Índios e Brancos: Para uma Antropologia do Messianismo*. Petrópolis/Porto Alegre, Vozes/EdiPUCRS, 1989.
- POMPA, Cristina. "A Construção do Fim do Mundo: Para uma Releitura dos Movimentos Sociorreligiosos do Brasil Rústico", in *Revista de Antropologia*, v. 41, n. 1. São Paulo, 1998, pp. 177-211.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Messianismo no Brasil e no Mundo*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- QUEIROZ, Renato da Silva. *A Caminho do Paraíso: O Surto Messiânico-Milenarista do Catulé*. São Paulo, FFLCH-USP/CER, 1995.
- VAIFANS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebelião no Brasil Colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- VASCONCELOS, Pedro Lima. "Messianismo: Problemas de um Conceito", in *III Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE)*, São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, Editora UnB, 1991, v. 1.
- WORSLEY, Peter. *Al Son de la Trompeta Final: Un Estudio de los Cultos "Cargo" en Melanesia*. Madrid, Siglo Veintiuno, 1980.
- WRIGHT, Robin M. (org.). *Transformando os Deuses: Os Múltiplos Sentidos da Conversão entre os Povos Indígenas no Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp, 1999.
- _____. *Transformando os Deuses: Igrejas Evangélicas, Pentecostais e Neopentecostais entre os Povos Indígenas no Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp, 2004.

A REVISTA USP RECOMENDA A SEUS COLABORADORES QUE ENVIEM SEUS TEXTOS DE ACORDO COM AS NORMAS ABAIXO:

1. Texto com, no máximo, 30.000 caracteres.
Textos maiores devem ter a aprovação prévia da redação e do Conselho Editorial. O artigo deve ser enviado por *e-mail* (revisusp@edu.usp.br).
2. O autor deve mandar uma breve nota biobibliográfica que indique onde ensine e/ou pesquise, sua área de trabalho e principais publicações.
3. Referências bibliográficas devem ser colocadas no texto (sobrenome do autor, ano, página). Os outros dados da publicação devem ser colocados na bibliografia. As notas de rodapé destinam-se a informações ou esclarecimentos adicionais que não podem ser incluídos no texto.
4. Todos os textos devem conter *resumo/abstract* (com, no máximo, mil caracteres) e *palavras-chave/keywords* (com, no máximo, cinco palavras).
5. Textos enviados espontaneamente devem ser inéditos no país. Dados a público previamente, sob forma de palestra, comunicação, etc., deve-se informar em nota à parte. Os artigos serão examinados pelo Conselho Editorial, sendo que a Revista não se responsabiliza pela devolução dos não aprovados ou mesmo pela comunicação aos autores.
6. O autor pode enviar/indicar sugestões de ilustração para seu texto. As fotos devem ter alta resolução (300 dpi) e conter legendas e créditos. Imagens retiradas da Internet não serão aceitas.
7. Para receber os exemplares da Revista a que tem direito, o colaborador deve enviar número de telefone, *e-mail* e endereço.

Assine

Assine e receba em casa a publicação de cultura mais completa do país. Você terá a satisfação de ler a cada volume vários textos assinados pelos mais renomados autores em seu setor. Multidisciplinar e sem preconceitos, a **revistausp** não privilegia esse ou aquele enfoque, esse ou aquele grupo, é aberta a todas as tendências.

Para adquirir uma assinatura anual da **revistausp** (4 edições), basta enviar um cheque cruzado e nominal ou depósito em conta (Banco do Brasil - agência 7009-2; c/c 130404-6) em nome da Superintendência de Comunicação Social/USP, CNPJ 63.025.530/0053-35, no valor de R\$ 70,00. Se você for renovar sua assinatura, ela sai por R\$ 60,00. O preço da revista avulsa é R\$ 20,00. Para assinatura internacional, o valor é de R\$ 194,00 (renovação: R\$ 170,00) e o exemplar avulso, R\$ 53,00. Enviar comprovante de depósito, incluindo o valor do frete, para mariacat@usp.br, juntamente com os dados do assinante (nome/razão social, nome fantasia, CNPJ ou CPF, endereço, Inscrição Estadual/Municipal, telefone, *e-mail* para envio da nota fiscal).

<http://jornal.usp.br/revista-usp>
revisusp@edu.usp.br
(11) 3091-4403

Nosso *site* pode ser acessado por celular utilizando-se o QR Code que consta na contracapa da revista.

A **Revista USP**, publicação trimestral da Superintendência de Comunicação Social da USP, vem sendo editada desde 1989, mantendo sempre a mesma estrutura. A cada número, além da relação dos Dossiês aqui apresentada, temos as seções Textos, Livros e Arte. Abaixo, os números ainda disponíveis.

6 Europa Central	55 Revolução Virtual	78 Gestão e Política na Universidade Pública	89 Ciência, Tecnologia e Inovação	99 Futebol	105 Universidade em Movimento
7 Tecnologias	62 Cosmologia	80 Bibliotecas Digitais/ Bibliotecas Virtuais	92 Redes Sociais	90 <i>Marketing</i> Político	106 Crise Hídrica
33 Aids	64 Brasil Rural	83 Nabuco e a República	93 Caminhos do Desenvolvimento	91 Catástrofes	107 Saúde Urbana
39 Rumos da Universidade	65 20 Anos de Redemocratização	84 Vinte Anos da Queda do Muro	94 Semana de Arte Moderna	100 Educação	
47 Alternativas para o Século XXI	66 Ano Internacional da Física	85 Balanço da Crise Mundial	95 Desafios do Pré-sal	101 Justiça Brasileira	
50 Revista Cinquenta	72 Ar/Fogo	86 Cibercultura	96 Alcoolismo	102 Metrópoles	
51 Saúde	73 Financiamento da Pesquisa no Brasil	87 Música Brasileira	97 Computação em Nuvem	103 Clima	
54 <i>Os Sertões:</i> Cem Anos	76 Pensando o Futuro: Ciências Exatas	88 Humor na Mídia	98 Memória	104 Energia Elétrica	

Já está programado o próximo volume: nº 109 – Democracia na América Latina

Você pode acessar todas as edições da *Revista USP* no Portal de Revistas da USP:

www.revistas.usp.br/revusp/

